

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nota da Comissão Política do CC do PCP

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP considera positivos para o regime democrático os resultados globais das eleições para a Assembleia da República do dia 6 de Outubro.

2. Os partidos que em sucessivas coligações são os responsáveis pela política dos últimos 9 anos (PS, PSD e CDS) sofreram em conjunto uma pesada derrota, diminuindo radicalmente a sua base eleitoral e parlamentar. Torna-se agora extraordinariamente mais difícil a formação de coligações de direita (com ou sem o PS).

Este resultado significa uma importante alteração da situação política portuguesa.

3. Esta diminuição da sua base de apoio deve-se fundamentalmente à queda vertical do PS que perde cerca de 850 000 votos e 44 deputados. Este facto é um testemunho clamoroso da condenação popular da política de direita e das coligações de direita de Mário Soares e do PS. Coligando-se com a direita para realizar a política de direita e conduzindo o País ao desastre Mário Soares conduziu também ao desastre o Partido Socialista. Trata-se de motivo de reflexão para o próprio PS.

4. O PSD e o CDS, em conjunto, não alargaram sensivelmente a sua base de apoio, verificando-se apenas uma deslocação de votos do CDS para o PSD. O projecto que estes partidos tinham anunciado de reconstituir a «AD» ficou inutilizado pelo resultado das eleições, pois ficaram muito longe de alcançarem uma maioria. A percentagem conjunta dos dois partidos manteve-se estacionária.

Este resultado constitui também um factor positivo na actual situação política.

5. O PRD obteve uma votação e um número de deputados excedendo a generalidade das previsões. O seu numeroso grupo parlamentar altera significativamente o quadro partidário da Assembleia da República.

6. A APU regista uma diminuição de votos e a perda de 6 deputados. Mantém entretanto solidamente a sua base de apoio e a sua representação parlamentar.

A extraordinária campanha eleitoral da APU — coligação do PCP e do MDP/CDE com participação do partido «Os Verdes» e de democratas independentes — confirmou a fortíssima influência de massas do PCP e da Aliança Povo Unido, que continuará a ser um dos mais importantes factores da vida social e política nacional.

7. A nova composição da Assembleia da República dificulta, por si mesma, a formação de novos governos de coligação de direita, que já mostraram ser completamente incapazes de resolver os problemas nacionais.

8. Conhecidos os resultados eleitorais, a Comissão Política do Comité Central renova ante o País e todos os democratas e patriotas a proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional.

9. A Comissão Política resolveu convocar para quinta-feira, dia 10, uma reunião plenária do Comité Central a fim de examinar a situação política decorrente dos resultados das eleições para a Assembleia da República do dia 6 de Outubro e definir os objectivos e as tarefas do Partido no futuro próximo imediato.

RESULTADOS POSITIVOS PARA O REGIME DEMOCRÁTICO

- Derrota em conjunto dos partidos responsáveis por dez anos de política de direita e de desastre nacional
- Estrondosa derrota de Mário Soares e do PS
- Votação nos partidos da direita não progride
- Os resultados obtidos pelo PRD confirmam a justeza das análises do X Congresso do PCP quanto à existência de um vasto espaço social para o aparecimento de novas formações partidárias situadas no quadro do respeito pelas exigências constitucionais e políticas do Portugal de Abril.
- Os resultados obtidos pela Aliança Povo Unido e o apoio de massas confirmado pela campanha eleitoral confirmam a determinante importância na vida nacional do PCP e dos democratas seus aliados na APU
- Conhecidos os resultados eleitorais, o PCP renova a sua proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional

PREPARAR AS AUTÁRQUICAS

A conclusão dos trabalhos de formação das listas da Aliança Povo Unido para as próximas eleições autárquicas no quadro de uma ampla unidade democrática coloca-se como tarefa prioritária para todas as organizações do Partido. A preparação da campanha eleitoral para as autárquicas a realizar no próximo mês de Dezembro é igualmente tarefa urgente que desde já assegure um intenso contacto com as populações, uma intensa mobilização de esforços que constituam garantia de uma forte votação na APU, elemento essencial de defesa e desenvolvimento do Poder Local Democrático e do Portugal de Abril.

Pesada derrota da direita e do PS

No domingo, com os resultados eleitorais clarificou-se a situação política nacional.

Entreabriram-se portas que políticos obtusos e fora das realidades actuais do seu país quiseram manter fechadas. Entremostraram-se horizontes novos. E também aconteceu castigo.

As eleições mobilizaram milhões de portugueses do Continente, das Regiões Autónomas ou espalhados pelas sete partidas do mundo num pronunciamento político geral cujo acerto só os dias vindouros irão precisar com exactidão.

As eleições legislativas antecipadas de 6 de Outubro foram um acto cívico de expressão diferente do habitual no acidentado processo político iniciado com o 25 de Abril.

Na «Nota» do dia 7 que noutra lugar publicamos, a Comissão Política do CC do PCP «considera positivos para o regime democrático os resultados globais das eleições». Esta é uma caracterização essencial do acto eleitoral de domingo.

Com bases neles, novas perspectivas se abrem e novas tarefas se colocam ao movimento popular e democrático em Portugal.

No processo político português, inaugurado pela Revolução de Abril, o vasto combate pela defesa e consolidação do regime democrático tem sido muito variado e fértil.

É uma rude e prolongada batalha em várias frentes de que a principal e decisiva tem sido e vai continuar a ser a luta da classe operária e a acção determinante do movimento popular de massas.

Pontualmente, cada uma dessas frentes do combate democrático pode assumir e tem assumido num momento dado carácter decisório. Pode, numa conjuntura política determinada e em conjugação com as outras frentes de luta, provocar alterações decisivas na situação nacional e na arrumação das forças sociais e políticas — alterações susceptíveis de propiciar soluções inadiáveis para problemas nacionais que uma política visceralmente errada tornou agudos. Os resultados globais das eleições de domingo — tornadas necessárias pela política de bancarrota, desastre e ruptura do Governo de coligação PS/PSD dirigido por Mário Soares — e as sensíveis alterações produzidas desde já no quadro político - parlamentar têm exactamente essas características e podem vir a ter aquelas consequências se o nosso povo e as forças democráticas mais consequentes (em que necessariamente se inclui o PCP) tomarem, no sentido indicado pelas eleições, a iniciativa política acertada.

Para já os dois partidos da coligação ainda governante e mais o CDS, responsáveis em sucessivas coligações ou em aliança tácita pela desastrosa política dos últimos nove anos, «sofreram em

conjunto — diz-se na Nota da Comissão Política do CC do PCP — uma pesada derrota, diminuindo radicalmente a sua base eleitoral e parlamentar».

Num sentido o veredicto popular foi categórico: o repúdio das coligações de direita (com ou sem o PS).

Também a reconstituição da antiga «AD» que foi acalentada por certos círculos dirigentes da direita ficou inviabilizada: os dois partidos da direita «quimicamente pura» que puderam ascender à chefia do Executivo em 1980, na base maioritária de 126 deputados, não conseguiram (sem os resultados da Emigração) mais de 107 mandatos, apenas mais dois que na legislatura anterior.

Os dois partidos da antiga «AD» que em 1980 haviam conseguido 2 868 076 votos, obtiveram agora (sempre excluindo os resultados da Emigração) apenas 2 201 052 — menos 28 502 do que os 2 290 144 (contando com os do PPM) da legislatura anterior.

Quer isto dizer que os três objectivos proclamados pela Conferência Nacional do PCP, de 24 de Agosto:

1.º — *Atrair definitivamente para a rua o Governo de Mário Soares/PS/PSD,*

2.º — *Pôr termo à política de direita e aos governos de coligação de direita (com ou sem o PS),*

3.º — *Criar condições para a formação de um governo que ataque com decisão e resolva os gravíssimos problemas nacionais,*
foram total ou parcialmente atingidos.

O mais pesado castigo incidu sobre o PS de Mário Soares. A reprovação dos que, várias vezes enganados pelos dirigentes socialistas, lhes tem dado os votos em sucessivas eleições assumiu índices de catástrofe.

Nunca o PS caiu tão baixo em termos políticos e eleitorais. De 1 911 769 votos e 107 mandatos em 1976; 1 642 136 e 74, em 1979; 1 673 279 e 74, em 1980; 2 061 509 e 101, em 1983, obteve agora 1 195 439 votos (sem os da Emigração) e 55 mandatos, menos, respectivamente, 865 870 votos e 46 mandatos, ou seja, menos 42% e 47% do que na legislatura anterior.

Estes números reflectem a quebra vertical do PS de Mário Soares em termos aritméticos.

Em termos políticos sabe-se que a quebra foi ainda maior, pois milhares de socialistas, adversários da linha soarista que votaram por disciplina e por amor no PS, alguns dos quais vão estar na próxima Assembleia da República, tinham manifestado viva oposição e fortes reservas à política de direita capitaneada por Mário Soares na chefia do Governo PS/PSD, tinham alertado para as consequências previsíveis do plano contra-revolucionário renegociado por Soares e pela direcção soarista com o PPD/PSD em Dezembro do ano passado.

Para os socialistas democratas e patriotas sinceros, fiéis ao 25 de Abril, também a hora das opções chegou. Brutalmente, sem ambiguidades:

Continuarem atrelados ao carro de derrota das coligações de direita, fazerem objectivamente o jogo da contra-revolução — ou fazerem uma mudança de rumo resolutamente e com urgência e salvarem a face e o próprio partido.

Mário Soares tem frequentemente acusado o PCP de querer «salamizar» o PS. Que respondam a isto os socialistas democratas e patriotas sinceros: quem tem «salamizado» o PS? O PCP ou Soares, Almeida Santos e outros partidários da linha de reconstituição do poder dos monopólios e dos latifúndios em Portugal que tem timonado o PS e o País nos últimos anos?

Mário Soares e o seu «conseguimos» conseguiu de facto reduzir o seu partido ao papel de apêndice das forças políticas e sociais hostis à democracia e ao 25 de Abril, conseguiram enveredá-lo numa via de suicídio. Continuar nesta senda de falência será «salamizar» ainda mais o PS.

As negociações secretas de soaristas e PSDs para ressuscitarem a falida coligação — com o CDS ou eventualmente outras forças emergentes que não tenham sabido fazer correctamente a leitura dos resultados eleitorais de domingo — e os pactos de aliança já firmados ou em negociações entre o PS e o PSD nas autarquias dirigidas pela APU, são para os socialistas, autênticas rampas para novas derrotas.

Os resultados eleitorais do novo partido — o PRD — trouxe para já uma alteração de fundo no quadro político — partidário saído da revolução de Abril.

«O PRD obteve uma votação e um número de deputados excedendo a generalidade das previsões» — diz-se na Nota da Comissão Política do CC do PCP de 7 de Outubro. «O seu numeroso grupo parlamentar altera significativamente o quadro partidário da Assembleia da República».

Também para o novo partido que ocupou numa notável medida — como foi previsto no congresso do PCP — o largo espaço social politicamente disponível criado pelo descontentamento de socialistas e sociais democratas relativamente ao casamento de conviência PS/PSD e à sua política à frente do governo e ainda com um sector eanista desejoso de se afirmar no plano partidário, uma definição política clara se impõe.

O PRD recolheu, a massa principal dos seus votantes nestes sectores e recolheu também o voto de apoiantes da APU em eleições anteriores. O deslocamento de votos da APU para o PRD, que não foi inteiramente compensado com os votos de eleitores oriundos de outras áreas políticas na Aliança Povo Unido, não resultou de nenhuma disponibilidade de espaço social e político da APU e ainda menos do PCP. Não têm filiação na dissidência.

Foi uma deslocação da «novidade», uma errada compreensão do voto útil para uma verdadeira alternativa democrática ao governo PS/PSD e à sua política de desastre, miséria e fome.

Resumo

2 Quarta-feira

Na mira da caça ao voto, o Governo faz correr que a gasolina vai descer de



Aumento da gasolina

preço, notícia logo desmentida ■ O Conselho de Ministros decide adjudicar o fornecimento de centrais telefónicas públicas à Siemens e à Alcatel Thompson ■ O actor norte-americano Rock Hudson morre na Califórnia vítima da Sida ■ É anulado o recente concurso para professores provisórios para os ensinos preparatório e secundário, por terem sido detectados erros na colocação de professores ■ Ronald Reagan, presidente dos EUA, anuncia a proibição de venda de moeda de ouro sul-africana nos Estados Unidos ■ Mikhail Gorbatchov inicia a sua visita oficial a França, sendo recebido em Orly pelo ministro francês dos Negócios Estrangeiros e encontrando-se de seguida com o presidente francês François Mitterrand ■ Governo soviético confirma que um dos quatro diplomatas raptados em Beirute foi assassinado ■ A polícia de Pinochet efectua 50 prisões entre os manifestantes da capital chilena e de Valparaíso.

3 Quinta-feira

Gorbatchov confirma Paris a proposta da URSS aos EUA de «proibição total de armas ofensivas espaciais» e de redução de 50 por cento dos arsenais nucleares estratégicos ■ A SIP do PCP denuncia o



«acordo político global» entre o PS e o PSD, que está na base da constituição de listas coligadas entre esses dois partidos para concorrerem às autarquias de maioria APU ■ O director do «Diário de Notícias» anuncia a sua demissão para depois das eleições presidenciais ■ A Comissão Europeia das Uniões de Consumidores revela em Bruxelas que morrem em Portugal, em cada ano, cerca de mil e quinhentas pessoas por consumo de produtos perigosos.

4 Sexta-feira

Em vésperas de eleições, o 8.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa considera ilegais os novos cartazes com a foto de Mário Soares, publicidade comercial para apoiar a sua candidatura às presidenciais ■ A União dos Sindicatos de Lisboa (CGTP) revela que, em final de Agosto, só no distrito de Lisboa, 211 empresas

mantinham salários em atraso ■ Loures comemora o 4 de Outubro de 1910, data em que, naquele concelho, a República saiu mais cedo à rua há 75 anos ■ A Ordem dos Médicos anuncia a intenção de processar judicialmente o Estado por «incumprimento da convenção celebrada em 1980» entre o Ministério e a Ordem.

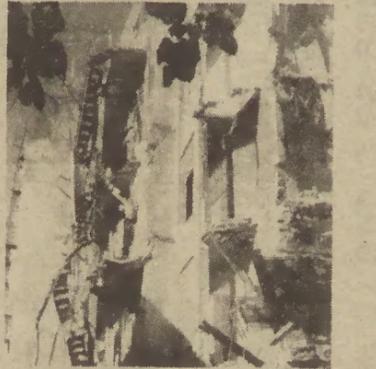
5 Sábado



O País entra «em período de reflexão», na véspera das eleições legislativas e o Presidente da República dirige-se pela televisão e pela rádio aos portugueses sobre o significado do acto eleitoral ■ Aurora Cunha, beneficiando do engano da atleta soviética que comandava a competição, chega à frente na prova dos 10 mil metros, ganhando o primeiro lugar e a medalha de ouro na Taça do Mundo, em Camberra ■ Comemora-se o 75.º aniversário da implantação da República. Ramalho Eanes coloca um ramo de flores na estátua de António José de Almeida, em Lisboa ■ No Porto, a União dos Sindicatos promove as comemorações do 15.º aniversário da CGTP/Intersindical Nacional ■ Ao regressar a Moscovo após a visita de quatro dias a França, Mikhail Gorbatchov afirmou-se «muito satisfeito» com os resultados das conversações com os dirigentes franceses ■ O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprova resolução condenando «energicamente» Israel pelo ataque aéreo contra a capital da Tunísia ■ Os chefes de Estado de Angola e da Tanzânia, reunidos em Luanda, denunciam a «intransigência dos EUA e do regime de Pretória» que continuam a condicionar o reconhecimento da independência da Namíbia à retirada das forças cubanas de Angola.

6 Domingo

Com mais de sete milhões e meio de inscritos nos cadernos eleitorais realizam-se as eleições para a Assembleia da República; os resultados comprovam a rejeição do eleitorado pela política dos últimos nove anos ■ Dois prédios desmoronam-se em poucos segundos numa rua de



Desmoronamento em Lisboa

Lisboa; não houve desastres pessoais mas os prejuízos são elevados ■ Termina o prazo fixado por lei para o anúncio de coligações para as eleições autárquicas;



PS, PSD, CDS e PPM anunciam em conjunto coligações para vários municípios ■ O Ministério da Educação afirma que não pressionará os Conselhos Directivos a abrir as escolas «a qualquer custo» ■ A OLP e a Argélia pronunciam-se pela convocação de uma cimeira árabe extraordinária para debater o recente bombardeamento a Tunes por aviões de Israel.

7 Segunda-feira



Abdu Diuf

Na sequência de uma reunião da sua Comissão Política o PCP considera «positivos para o regime democrático» os resultados globais das eleições para a Assembleia da República ■ Recomeça no Tribunal Criminal de Lisboa o julgamento do processo das «FP-25» ■ PS e PSD anunciam coligações em mais sete concelhos de maioria APU ■ A Assembleia Municipal de Alcochete exige a normalização do Centro de Saúde daquele concelho ■ O Sindicato Agrícola de Portalegre denuncia o arranque de um olival com cinco mil pés, acto que classifica de mais «uma ilegalidade de carácter criminoso contra a Reforma Agrária» ■ Confrontos entre a polícia britânica e jovens desempregados no bairro de Tottenham, no norte de Londres, provocam um morto e mais de 200 feridos ■ O «Atlantis», váivém espacial norte-americano, termina missão ultra-secreta ■ As autoridades da Tunísia prendem diversas pessoas acusadas de espionagem a favor de Israel ■ O presidente em exercício da OUA anuncia em Luanda que esta organização tem como prioridades a «independência da Namíbia, a liberdade do povo sul-africano e a tranquilidade dos países da Linha da Frente».

8 Terça-feira

Cavaco Silva, líder do PSD, afirma-se disposto a encetar diligências para a formação de um governo minoritário. ■ Eduardo Pereira, dirigente do PS, considera o PRD «um partido novo incorporado por indivíduos de partidos velhos que devem ter ido à Roménia fazer tratamento de geriatria». ■ O MURPI critica a entrega da gestão dos chamados «fundos de pensões» a companhias de seguros. ■ O Sindicato dos Professores do Norte repudia a portaria que regulamenta o novo modelo de formação de professores do ensino preparatório e secundário. ■ A polícia racista sul-africana assassina quatro pessoas que participavam em manifestações de protesto contra o regime do apartheid. ■ Prossegue o desvio do paquete italiano «Achille Lauro» no qual se encontram a bordo 75 tripulantes de nacionalidade portuguesa. ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena por unanimidade a África do Sul pelos recentes ataques aéreos contra Angola.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 87 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 34 668

Semana

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 615

10 de Outubro de 1985

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Ano escolar 1985/86

Como é possível tanta confusão?

• Ministros PSD mostram o que valem

Autêntico escândalo.

Expressão caduca da incompetência.

Alheamento total das realidades e das situações.

Má-fé, demagogia e desprezo pelos trabalhadores do sector que dirige.

Não sendo muito ortodoxo começar assim, esta é a caracterização possível do trabalho de **João de Deus Pinheiro**, o homem do PSD que veio de Braga para o gabinete da Av. 5 de Outubro, trazendo na bagagem ideias e projectos de arripiar, para dirigir com «firmeza» o Ministério da Educação do falecido Governo PS/PSD, departamento que é já um verdadeiro museu de horrores, contando no seu invejável palmarés figuras como Cardia e Seabra.

A confusão total que está a assinalar a abertura do ano lectivo 1985-86 — erros e atrasos nas listas de colocação de professores, após concurso tardio, alunos sem aulas, escolas por construir, obras por fazer, equipamento por distribuir, pessoal de apoio por colocar, etc, etc — pode, naturalmente, ser encarada de diferentes ângulos mais ou menos rigorosos, mas para quem não quiser fugir à verdade da interpretação dos factos não pode andar longe desta versão:

João de Deus Pinheiro não tem competência para o cargo, não conhece nem de longe esse universo complicado que é a rede escolar e, em vez de optar pelo diálogo com as organizações que realmente estão por dentro dos problemas porque os vivem no seu dia-a-dia (referimo-nos, como é lógico, às organizações representativas dos professores e em primeiro lugar à FENPROF), escolhe a política de má-fé, de teimosia no erro e de desprezo pelos trabalhadores do ensino e pelas suas justas propostas.

Ora, os resultados estão à vista e nem a demagogia nem a confusão deliberada dos dados, o podem livrar da responsabilidade pelo escândalo que rebentou neste Outubro de 1985. João de Deus Pinheiro está condenado a ver o seu nome na lista negra do Ministério da Educação. Os fantasmas de Cardia, Crespo, Seabra (e outros!) clamam a sua presença na galeria dos horrores. Coitado!

Um escândalo de todo o tamanho

No mês de Outubro é geralmente tema de primeira página nos jornais. Após o interregno de Verão, as escolas dão vida a um novo ano escolar. Como é hábito, os governantes vêm dizer que está tudo bem, quase óptimo, e da cartola sacam números e factos oficiais, para tranquilizar os espíritos mais preocupados e revoltados e para tentar abafar as vozes que denunciavam os resultados da incompetência e os seus autores directos.

Se necessário, para dar mais aparato (como se fez há uns dias atrás), o Primeiro-Ministro em exercício (então ainda não amuado) até reúne com a «equipa» do Ministério da Educação. Tira-se a foto dos sorrisos optimistas e sai uma nota oficiosa. Menospreza-se a realidade nua e crua das obras que não se realizaram ou das escolas que afinal acabaram por não ser construídas, e, em contrapartida, valoriza-se a falsidade dos números, numa argumentação caricata: não são nada 20 mil os alunos do Preparatório e Secundário que não terão aulas em

Outubro, mas «apenas» cinco ou seis mil!

Deste panorama de falhas com a marca do Ministério, houve este ano de tudo o que é habitual, mas reforçado e com «novidades» de relevo. No conjunto, foi um escândalo de grandes proporções, levado às primeiras páginas dos jornais a propósito (esta é a parte mais visível mas não a única...) dos erros sucessivos nas listas de colocação dos concursos de professores profissionalizados não efectivos, de professores ao abrigo da Lei dos Cônjuges e dos professores provisórios. Tudo isto no plano nacional e envolvendo grande parte dos docentes que temos no País!

Após início já tardio, o desfecho destes concursos teve algo bizarro. A empresa de informática encarregada do serviço acusou o Ministério de atrasos e erros na documentação. O Ministério por sua vez acusou a empresa de falhas técnicas... Enfim, num clima de barafunda, os professores iam reclamando. Após um período de espera, surgem as primeiras listas. Encontram-se erros atrás de erros. As listas são retiradas. Anteontem apareceram outras, até com honras de publicação em jornais de Lisboa e Porto (ainda não está esclarecido o critério do ME para pagar publicidade tão onerosa a jornais como o **Tempo** ou o **Correio da Manhã**, mas isso é uma história que fica para depois).

Estes atrasos na divulgação das listas dos docentes (à parte falamos dos transtornos causados na vida dos professores), é, como já referimos, a ponta mais visível dum escândalo que começou há muito tempo, ainda o anterior ano escolar estava a decorrer. A planificação do ano lectivo 1985/86 foi feita desde o primeiro minuto em cima do joelho.



João de Deus Pinheiro e a sua equipa de secretários de Estado baralharam toda a situação, levantaram mais e mais dificuldades, fizeram atrasar todo o processo. Desde o início, a Federação Nacional dos Professores alertou para a grave situação que se estava a gerar e avisou que em Outubro teria os seus reflexos visíveis... e dramáticos.

Criou-se confusão total com a interrupção da formação em exercício dos professores. Atrasaram-se os concursos, que sofreram alterações em nada úteis aos professores e ao funciona-

mento da rede escolar. Não se tomaram medidas de fundo no âmbito das reparações mais urgentes nos estabelecimentos de ensino. As construções escolares ficaram no papel. Quanto a acções de apoio pedagógico, nada. Problemas como a segurança nas escolas e as necessidades de pessoal auxiliar foram caindo no esquecimento.

Outubro chegou. E as consequências de toda esta política de incompetência estão à vista. Aos avisos sucessivos da FENPROF, o Ministério tapou os ouvidos. E, agora, pela voz do próprio

Ministério da Educação se fica a saber que serão contratados para os próximos 10 meses cerca de dois mil funcionários auxiliares. Confirma-se que não foram entregues 44 escolas novas, encomendadas à Direcção-Geral das Construções Escolares. Insiste-se na construção dos pré-fabricados na ordem dos 800 mil contos, e a concluir só para meados de Novembro.

É o próprio Ministério de João de Deus Pinheiro que confirma a sua política de desastre!

«As pessoas que falam muito têm voo curto»
Mário Soares, Jornal de Notícias, 25/6/1976

DICIONÁRIO POLÍTICO DE MÁRIO SOARES

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

editorial
CAMINHO



Ano escolar 1985/86

As aulas não começaram no dia marcado para mais de 120 mil alunos!

Papéis

Antes de mais nada quero apresentar-me, sou o boletim de voto que V. Excias. utilizaram no passado domingo sem darem conta do papel que me coube de registar as vossas opções e que acabei por provar que afinal o País não andava tanto aos papéis como se dizia, isto é um modo de dizer e até nem fui eu que o disse, santo eucalipto me livre a conversa é toda vossa, cada qual no seu papel e o de embrulho a alguns pertence pois agora que se desembrulhem os que de vós se embrulharam em certos papéis, uns a dar p'ró Salvador, outros talvez mais Eugénio, mas todos muito teatro, cada um sempre «o Maior» e uns tantos nem «o Mayer» que se não há fita que sempre dure também não há rábula que nunca acabê, já percebeu, doutor Soares? é aqui que bate o ponto e se é aos pontos batido mas não se volte para mim que o meu papel foi só um, o de boletim e mais nenhum, tudo o que lhe aconteceu foi você que o conseguiu, como tão bem informou e pelos vistos ninguém esqueceu, isto há papéis e papéis como o doutor tão bem sabe e quando é a eles que se anda nada como ir de cabeça e arrancar um papelão, veja só o doutor Cavaco, nem uma indústria de celulose lhe aguentava a pedalada, velhinhas para aqui, juventude para ali, a família ao meio e no meio disto tudo o professor de Finanças acabou por se subtrair das responsabilidades que tinha consigo para se adicionar com virtudes que nem você tem, agora é que vai ter piada apreciar o papel dele depois de tal papelão, muito melhor que o papelinho do doutor Lucas Pires, diga-se de passagem, que esse a sonhar daquela maneira com a direita nacional só mesmo de quem anda a dormir País fora, de qualquer modo há sempre quem fique dentro dos seus próprios papéis e eu cá os recebi de novo, todas as eleições é isto, mal me vêem saltam-me para o colo, uma mania, até parece que não podem viver sem mim e se calhar eu acabo por não viver também sem eles, tão queridos que são a dizer sempre o mesmo, que o escrutínio os conserve coitadinhos, mas o que quero dizer-vos nestas curtas linhas é que gostei muito de ver como vós, meus utentes eleitores, desempenharam o vosso papel quando tão submergidos estavam por uma certa papelada pipilante a prometer que fazia num mês o que recusara durante anos, a cavaquear numas semanas aquilo a que não passara cartão durante a vida inteira, tendo sido notável a maneira como demonstrastes que não é a fazer-vos passar fome que vos metem em envelopes de «caros concidadãos», apesar de mais magrinhos, isto é a gente a falar e a falar é que a gente se entende, que quem não entende nada disto são os que ainda pensam que se pode levar com lábia depois de se tirar da boca e pela boca se lixa o peixe, ai a caldeirada que o Cavaco prometeu! mas a gente cá está para ver o que no fim de contas está mais que visto e isto só visto que contado não tem graça, um partido vencedor sobre a sua própria política! vai ser lindo um tal papel com os mesmos papelões à mesa do Orçamento, no meio das Secretarias, em cima dos ministérios à frente da mesma política que engeitaram para ganhar, atrás da mesma ambição com que sempre hão-de perder, nunca mais ganham juízo mas é lá problema deles, o que ainda vos quero dizer já à beirinha do fim é que se de novo vos puserem em mais alguma embrulhada que necessitem desenovelar com a limpeza necessária, não façam qualquer cerimónia, botem as mesas cá para fora, aprontem as canetinhas e contem sempre comigo: eu conheço o meu papel.

■ H.C.

Hábil na procura de argumentos para enganar a opinião pública, o Ministério da Educação tentou agora uma nova jogada para justificar, ou pelo menos para desviar as atenções de atrasos relacionados com o novo ano escolar. Como salienta uma nota da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), ao afirmar que o ano lectivo só abriria anteontem, dia 8, e não no dia anterior, devido ao funcionamento de mesas de voto nas escolas, o ministro João de Deus Pinheiro **não faz mais do que procurar justificar o fracasso rotundo da sua gestão no que respeita à preparação do ano lectivo 85/86.**

«Todos sabemos que não é esse o motivo, mas apesar desse facto o ministro insiste na falsa informação» — sublinha a FENPROF, que acrescenta no seu documento divulgado no princípio da semana:

«O ano lectivo não se inicia para mais de 120 000 alunos porque os professores profissionalizados, os efectivos que concorreram ao abrigo da preferência conjugal e os provisórios só agora têm conhecimento officioso das escolas em que obtiveram colocação, devido a erros repetidos na colocação de professores que o Ministério já assumiu. Atendendo a que os professores dispõem de três dias para se apresentarem a partir do conhecimento oficial da lista de colocações (publicação em "Diário da República"), muitas dezenas de milhares de alunos vão ainda continuar sem aulas.

«Para além deste tipo de problemas, existem outros que a FENPROF já divulgou — construção de escolas de raiz, de pavilhões pré-fabricados e de obras em instalações degradadas —, que irão deixar sem aulas mais de 50 000 alunos no mês de Outubro, sendo certo que destes alguns milhares apenas terão aulas em Janeiro.»

Só na área da Grande Lisboa estão afectados cerca de 15 mil alunos.

Um Ministério que brinca com a vida dos professores

Outro aspecto que a FENPROF denuncia e que é profundamente sentido pelos professores que finalmente foram colocados é o de o Ministério não considerar minimamente os inconvenientes da situação que gerou para milhares de professores que, por força do concurso, irão ser colocados a muitas dezenas e a centenas de quilómetros da sua zona de residência.

Estes professores têm, num período de três dias, de conseguir alojamento e encontrar forma de resolver problemas graves que se colocam aos que não são solteiros e/ou que têm filhos e/ou pessoas que estão a seu cargo. Para estes professores nem uma palavra se diz no sentido de serem apoiados por um Ministério que assim dispõe das suas vidas — denuncia a FENPROF, que conclui:

«Para além desta grave situação, as escolas terão que optar entre uma abertura precipitada

no ano lectivo sem preparação prévia ou então cumprem as orientações das Direcções-Gerais pedagógicas para o lançamento do ano lectivo e neste caso terão que programar a curto e a médio prazo o trabalho por grupos e disciplinas. Entre a chegada de um professor à sua nova escola e a primeira aula tem que existir planificação do trabalho e isso terá que ser feito ou então o ME aceita para já que ele é o primeiro veículo que conduz ao insucesso escolar.»



Um exemplo de prepotência

A passagem de João de Deus Pinheiro pelo ME é marcada desde o início por uma aposta forte na fuga ao diálogo com as organizações representativas dos professores. Exemplos deste procedimento são inúmeros, e largamente denunciados pela Federação Nacional dos Professores — a FENPROF. Por agora, esco-

possui sobre o tema, não se compreende a recusa que obstinadamente oferece às propostas de negociação insistentemente avançadas pela FENPROF, a menos que siga o preceito megalómano de quem, por ignorância, prefere a prepotência.

«Aprovando, sem negociar com a FENPROF, o decreto-lei n.º 150-A/85 e agora a portaria n.º 750/85, publicada em 2/10/85, o Ministério da Educação veio alterar as regras relativas à vinculação do pessoal docente à administração e procura fazer avançar um modelo de formação em serviço que não é aceite pela esmagadora maioria dos professores.

«A Federação Nacional dos Professores foi mais uma vez impedida de negociar um diploma. Por este facto e por discordar profundamente do conteúdo da portaria, a FENPROF exige a sua revogação e reivindica o direito que lhe assiste de negociar estes diplomas legais relacionados com vinculação e a formação de professores.

«O ministro da Educação coloca-se assim do lado dos que preferem a ilegalidade e perfila-se no conjunto dos ministros da Educação que contribuíram para a ruína e para a crise profunda em que fizeram mergulhar a Educação e o Ensino.

«A lei terá que cumprir-se. A FENPROF investirá todos os esforços para que assim aconteça, sabendo à partida que conta com o apoio dos professores e com as instituições que, embora pese ao ME, hão-de garantir a legalidade.»



lhamos a título de mero exemplo o caso recentemente levantado numa nota da FENPROF assinada por João Pascoal, um dos seus dirigentes. A formação de professores e as atitudes do ministro estão no centro desta nota:

«Quanto à formação em exercício reconhece o Ministério as suas insuficiências, quando afirma publicamente não ter avaliado o modelo anterior. Se assim é, e se tão escassa reflexão

Nacional

Reforma Agrária

Governo desrespeita tribunais

O sistemático desrespeito do Governo pelas decisões do Supremo Tribunal Administrativo (STA) respeitantes à atribuição de reservas na zona da Reforma Agrária acaba de ser uma vez mais objecto de denúncia por parte de vários advogados, que para o efeito se avistaram com diversas entidades, entre as quais se contou, mais recentemente, o Presidente da República.

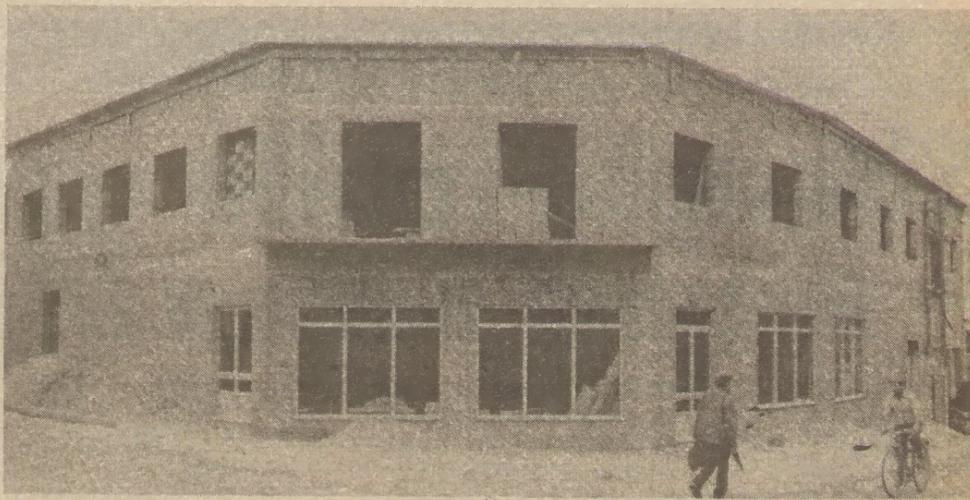
Na decorrer da entrevista com este órgão de soberania os advogados Luís de Azevedo, António Bica, Alberto Costa e Vítor Tomás — em representação dos causídicos que têm patrocinado os recursos interpostos pelas

UCP's/Cooperativas no STA — tiveram ensejo de denunciar o comportamento do Executivo, o qual, em seu entender, põe em causa a existência do estado de direito, o prestígio dos tribunais como órgãos de soberania e o «conceito de "pessoa de bem" que deve ser apanágio de qualquer Estado, personalizado nos órgãos de Poder (neste caso o próprio Governo)».

Na ocasião, os presentes puderam ainda transmitir os resultados dos contactos com outras entidades (Presidente da Assembleia da República, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Procurador Geral da República, Provedor de Justiça, Minis-

tro da Justiça, Bastonário da Ordem dos Advogados e Cardeal Patriarca de Lisboa), contactos esses que revelaram a «maior receptividade e compreensão pelas situações vividas que afectam a Administração da Justiça» no nosso país e que constituem motivo de grande preocupação.

De acordo com uma informação chegada à nossa redacção as referidas entrevistas foram apoiadas num documento subscrito por trinta advogados no qual são analisadas as graves irregularidades cometidas pela Administração Pública no domínio da atribuição de reservas na denominada zona da Reforma Agrária.



Uma foto para o álbum de recordações da construção do novo Centro de Trabalho do Partido na vila ribatejana de Alpiarça: em Novembro de 1984 as obras estavam assim. Agora, já só faltam uns «retornos»... A festa de inauguração tem data marcada: 2 de Novembro!

Alpiarça

Novo Centro do PCP «abre» a 2 de Novembro

Após 18 meses de esforço e dedicação, que puseram de pé novas e funcionais instalações, os comunistas de Alpiarça pensam agora, e com razão, numa

festa de alegria. Na conhecida vila ribatejana, a cerca de 80 quilómetros de Lisboa, o novo Centro de Trabalho do PCP está quase pronto. No próximo dia 2 de Novembro será inaugurado, em ambiente de «grande festa», como nos assegura a organização local, que afirma ao «Avante!»:

«O Centro de Trabalho do PCP é hoje uma realidade, demonstrando assim o grande esforço desta organização e de

muitos simpatizantes e amigos do Partido, que, oferecendo dias de trabalho voluntário, dinheiro, materiais, etc, tornaram possível concretizar o sonho que desde há alguns anos se tinha iniciado com a campanha de fundos».

Terra de enraizadas tradições antifascistas, onde o PCP e a APU contam com apoio firme da população, Alpiarça aguarda com entusiasmo a festa de 2 de Novembro, cujo programa divulgaremos mais tarde com todo o pormenor.

O acto quotidiano da informação APU

Já aqui foi dito que a informação é um acto quotidiano em qualquer autarquia APU. Toda a gente o sabe — em particular os que vivem em zonas geridas por executivos da Aliança Povo Unido. Essa informação troca por miúdos toda a actividade autárquica das Câmaras ou das Freguesias, mantêm as populações informadas acerca dos problemas, sucessos, planos e objectivos, incentiva-as à participação, torna, em suma, totalmente transparente o exercício do Poder Local democrático onde quer que a Aliança Povo Unido esteja como força maioritária. Não é de estranhar que o prestígio dos eleitos da APU seja um facto incontestável: é que quem não deve, não teme e só quem cumpre o que promete está em condições de escancarar ao público o quotidiano dos seus actos cívicos. Talvez por isso a APU seja a única força política com expressão autárquica que, nesta frente, mantém desde sempre a mais completa cobertura informativa do trabalho.

Camaradas Falecidos

José Joaquim Lopes

Vítima de brutal acidente de viação, faleceu no passado dia 27 de Setembro o nosso camarada José Joaquim Lopes. O militante comunista fez parte da Comissão Concelhia do Montijo, da Comissão de Freguesia de Canha e da Comissão Local dos Afonsos. À sua família, nomeadamente à viúva e filha, aos seus companheiros de trabalho e amigos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Rui Sá Coimbra

Faleceu, na passada terça-feira, o nosso camarada Rui Sá Coimbra, de 34 anos de idade, vitimado por doença súbita.

Advogado, licenciado pela Universidade de Coimbra, era militante do PCP desde 1969 e pertencia, à data do falecimento, à direcção do Sector Intelectual

do Porto. Responsável pela Célula dos Advogados no Porto, era consultor jurídico do Movimento Sindical Unitário, designadamente da União dos Sindicatos do Porto, desde que esta foi fundada.

Democrata firme e combativo, revelou-se sempre um intrasigente defensor dos interesses e direitos dos trabalhadores.

José Manuel Gomes

Vítima de doença súbita, faleceu na sua residência, no passado dia 8, o camarada José Manuel Gomes. O camarada tinha a profissão de desenhador e era membro da direcção da Cooperativa Padaria do Povo, de Campo de Ourique, Lisboa.

★ A família dos camaradas falecidos o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Peguemus num dos recentes exemplares da informação APU que regularmente chega à nossa Redacção, o Boletim Municipal do Seixal, que apresenta na sua edição de Setembro últimas preciosas informações sobre a vida (e os problemas) deste Concelho, com um pormenor deveras assinalável.

Dois temas têm chamada de primeira página: a Festa municipal do desporto amador, (a 4.ª Seixalada) e a grave situação escolar do Concelho (por culpa do Poder Central). Quanto à «Seixalada», este ano em 4.ª edição, o boletim refere que «é uma iniciativa da Câmara em colaboração com Juntas de Freguesia, Colectividades e Comissões de Moradores, tendo-se realizado entre 20 de Setembro e 4 de Outubro como corolário das actividades desportivas desenvolvidas ao longo do ano (Seixalada é todo o ano) e tendo participado cerca de 12 000 atletas nas 28 modalidades do programa». Em relação à grave situação escolar no Concelho, é mesmo grave: «De há três anos para cá foi ultrapassada a capacidade das escolas do ensino secundário e actualmente vão para Almada 1500 alunos à custa das Finanças Municipais do Seixal. Porém este ano a situação é ainda mais grave porque, além dos 1500 alunos, há mais algumas centenas de estudantes que a partir de Outubro deste ano não terão lugar nas escolas do Concelho».

Na 2.ª página do boletim encontramos uma extensa secção de notícias breves que, também «brevemente», dão uma ideia da

intensa actividade desenvolvida pelas autarquias do Concelho, seguindo-se a habitual secção assinada pelo presidente da Câmara em diálogo com os munícipes, enquanto nas 4.ª e 5.ª páginas se dá particular atenção aos problemas do saneamento básico (campanha «Deite o Lixo no Lixo», obras diversas no município, o emissário da Aroeira, de colaboração intermunicipal). As centrais documentam fotograficamente a vida concelhia, enquanto as duas seguintes concluem a análise da grave situação escolar do Concelho e contam como «no Seixal os livros vão à praia», numa curiosa iniciativa do município que criou na praia do Alfeite uma «biblioteca estival». O boletim ainda tem tempo para analisar o progresso da Arrentela (uma das Freguesias), num exemplo de colaboração Câmara/Junta/população, de dar «alguns conselhos úteis aos inquilinos para minorar a catástrofe da Lei das Rendas», de falar do 4.º Festival da Canção Infantil do Seixal, de recordar em gráfico como têm evoluído os melhoramentos no Concelho, de informar acerca do andamento dos trabalhos de abastecimento de água na referida Freguesia de Arrentela e ainda expor um anúncio dos Bombeiros locais a admitir voluntários!

Note-se, entretanto, que este boletim é apenas mais um. Atrás dele estão dezenas de outros que, com ele, vão construindo o edifício informativo da actividade autárquica. Aqui no Seixal ou em qualquer outra autarquia APU onde, como já dissemos, a informação constitui um acto quotidiano e... desde sempre.



Ballet Soviético em Portugal

Após uma digressão de mês e meio pelo país vizinho onde actuou com grande sucesso em várias cidades, desloca-se a Portugal para uma série de cinco espectáculos a Companhia de Ballet de Minsk, da União Soviética.

Constituída por 60 artistas sob a direcção de V. Elizariiev, Artista do Povo da URSS, a companhia apresentará ao público português as versões integrais de *Spartacus*, música de A. Khatchaturian e do *Lago dos Cisnes*, música de P. I. Tchaikovsky.

Os espectáculos decorrerão no Coliseu do Porto (dia 15, *Spartacus*; e dia 16, *Lago dos Cisnes*) e no Coliseu dos Recreios de Lisboa (dias 18 e 19, *Spartacus*; e dia 20, *Lago dos Cisnes*) com excepção do último espectáculo, cujo início está marcado para as 16 horas, todos os restantes terão lugar às 21 horas.

A iniciativa desta deslocação da Companhia de Ballet Soviético partiu do Teatro Nacional de S. Carlos e conta com a colaboração da Associação Portugal-URSS.

Os bilhetes para os cinco espectáculos encontram-se à venda a partir de amanhã, dia 11, nas bilheteiras dos dois Coliseus.

Trabalhadores

Desemprego

Situação muito «crítica» — mesmo para a OIT

A imprensa sindical unitária tem chamado a atenção para as mais recentes recomendações da Organização Internacional do Trabalho ao Governo português. Além das referentes aos salários em atraso, a OIT fez há cerca de um mês uma recomendação ao Executivo em funções donde ressalta a questão do aumento do desemprego, em especial das mulheres e dos jovens. Num relatório elaborado por uma missão que visitou o nosso país, aquela organização internacional, com sede em Genebra e de composição tripartida (governos, patronato e sindicatos), recomenda uma redução progressiva do horário de trabalho. Para a OIT, que visitara anteriormente empresas de vários ramos da actividade em Portugal, o máximo de 45 horas de trabalho semanal deve generalizar-se numa primeira etapa para se alcançar esse máximo, designadamente no sentido de reduzir o desemprego dos jovens, que neste campo é considerado «o problema mais sério pela OIT.

O relatório entregue ao Governo baseia-se em elementos recolhidos em Novembro do ano passado e nele se assinala que apenas 24 por cento dos 500 mil

desempregados recebem subsídio de desemprego.

A OIT, que considera essa percentagem «relativamente limitada», sublinha que as perspecti-

vas do emprego em Portugal, a curto e médio prazo, se afiguram «bastante desfavoráveis».

A situação de desemprego é «séria» em Portugal, segundo a OIT. De acordo com os elementos recolhidos pela organização, a taxa de desemprego no nosso país aumentou de 7 para 11 por cento (mais de 50 por cento) entre 1977 e 1984.

A situação dos desempregados é considerada «crítica». Os jovens que procuram o primeiro emprego são, segundo a OIT, 250 mil.

«Particularmente difícil» é a perspectiva dos perto de 160 mil jovens portugueses que, anualmente, deixam de estudar, sem direito a qualquer subsídio.

Os baixos salários são também assinalados pela OIT, bem

como a baixa do poder de compra e os salários em atraso.

Composta por peritos, a missão da OIT, de que resultou o relatório entregue ao Governo português em fins de Agosto, refere-se ainda a situações de discriminação salarial, relativamente a mulheres e adolescentes, e aos contratos a prazo mediante os quais o patronato abusa daquelas situações.

No relatório da OIT assinala-se também, a par dos baixos salários, a duração do trabalho relativamente elevada.

Quanto à negociação colectiva das convenções de trabalho (contratos, acordos, etc.) a OIT observa que esse direito é limitado em diversos pontos. Como exemplo, assinala-se (da nossa parte) o que se passa com a contratação colectiva na Função Pública onde é manifestamente sonogada a intervenção sindical.

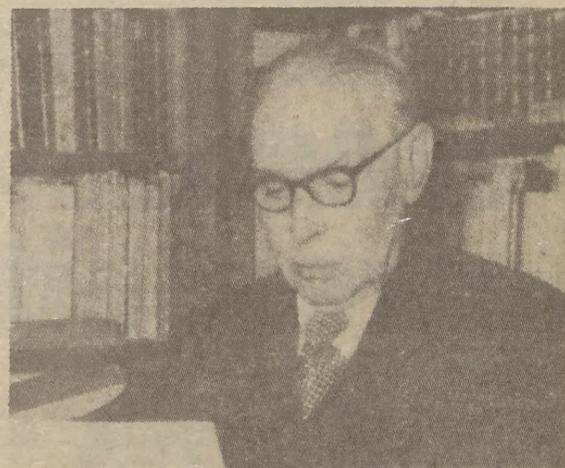
Números contraditórios

O relatório da OIT refere a taxa de 24 por cento como sendo aproximadamente a dos desempregados aos quais era pago em 1984 o subsídio de desemprego.

No entanto, uma fonte oficial dependente do Ministério do Trabalho, no caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, fornece sobre o assunto dados muito diferentes.

Publica-se a seguir o quadro comparativo que a Imprensa sindical tem divulgado nos últimos meses.

Assinala-se, por último, que, segundo a mesma fonte oficial, apenas 27,8 por cento das receitas do Fundo de Desemprego se destinaram, no primeiro trimestre de 1985, ao pagamento de subsídios a desempregados. Essa mesma taxa foi de 22,1 por cento durante todo o ano de 1984, tendo atingido o seu máximo com 43,6 por cento, cinco anos antes, em 1979. Este é o primeiro dos anos que vêm mencionados no respectivo quadro extraído de fonte sindical.



«Aquilino teria dito não»

Aquilino Ribeiro foi «vergonhosamente» utilizado pela «administração da Livraria Bertrand, na data do centenário do seu nascimento», afirma a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços. Segundo a FEPCES, aquele «vulto maior das letras portuguesas e da resistência intelectual ao fascismo» teria dito «não» à «situação anormal da empresa» que a administração tenta iludir, mantendo mais de 100 trabalhadores sem salários desde Janeiro e os restantes a receber com um e dois meses de atraso.

«Mestre Aquilino teria dito não», reafirma a FEPCES, sublinhando que uma administração que desrespeita totalmente o direito ao salário «não pode impunemente homenagear Aquilino Ribeiro».

Depois de recordar que os 100 trabalhadores sem salários estão «em absoluto estado de miséria», a Federação sindical unitária acusa ainda a administração da Livraria Bertrand de não entregar «aos sindicatos, como legalmente devia, as quotas que desconta aos trabalhadores».

A administração da Bertrand é também acusada pela FEPCES de não ter pago ainda «metade do subsídio de Natal de 1984 aos trabalhadores que obrigou a rescindir o contrato».

A mão do Bulhosa

A Federação sindical, depois de lembrar que os 100 trabalhadores sem salários foram colocados pela administração da Bertrand numa «subsidiária-fantasma, o Credário», acrescenta que «todas as entidades oficiais (e naturalmente, primeiro que todas, o Governo) têm sido alertadas insistentemente para o gangsterismo económico, que tem permanecido na administração da Livraria Bertrand, sem que, desde 1976, qualquer governo tenha impedido o desenlace dos planos de Manuel Bulhosa».

A Bertrand, que era «a maior empresa do seu ramo, tem sido paulatinamente destruída, e os provaricadores têm actuado na mais completa impunidade» — sublinha a FEPCES. A Federação faz notar que a administração-Bulhosa tem encontrado nos «Governos do PS, PSD e CDS a protecção necessária aos seus desígnios de desmantelamento da empresa» e de despedimento dos trabalhadores.

Antes de concluir, reafirmando que continua «a resistência e a luta pela reposição da legalidade» na empresa, a Federação sindical representativa da maioria dos trabalhadores da Bertrand acentua que a administração-Bulhosa, que «já incluiu no seu seio os actuais secretário-geral e porta-voz dos terroristas da Renamo, Evo Fernandes e Jorge Correia», recebeu «milhares e milhares de contos de subsídio do Estado para manter os postos de trabalho, o que não fez, sem que se saiba para onde foi o dinheiro».



Número de desempregados a receberem subsídio de desemprego

Anos	Subsidiados	% em relação ao total de desempregados
1978 (Dezembro)	66 400	19,8%
1979 (Dezembro)	57 900	16,7%
1980 (Dezembro)	58 700	17,6%
1981 (Dezembro)	58 900	16,5%
1982 (Dezembro)	57 700	18,2%
1983 (Dezembro)	64 424	13,3%
1984 (Dezembro)	73 822	14,9%
1985 (Abril)	81 891	16,6%

Um caso: a Acuport

Além da Acuport, que se revela um processo exemplar, entre as lutas anunciadas para estes dias, destaca-se a da Portucel. Os sindicatos marcaram para hoje, quinta-feira, uma greve de 24 horas. O conflito deve-se à persistência da administração em atitudes contrárias às regalias, direitos e interesses dos trabalhadores. Por outras formas, de acordo com as condições e os objectivos, várias lutas se prevêem, conduzidas pelo movimento sindical unitário e as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs), em empresas e sectores. A União dos Sindicatos de Lisboa previa

anteontem, que só no distrito por ela abrangido perto de 500 mil trabalhadores desenvolverão até ao Natal acções reivindicativas, em especial no âmbito da contratação colectiva, contra os baixos salários, em defesa do emprego e pela recuperação de empresas em condições diferentes das «viabilizações» à custa dos postos de trabalho e sem audição prévia das organizações representativas e dos sindicatos. Conflitos derivados da sonogação de direitos laborais e sindicais por parte de gerências, administrações e patronato, desenvolviam-se entretanto em elevado número de empresas, com

destaque para a Casa Pinheiros, Acuport, Petrogal, Petroquímica (CNP), Lisnave e CTT/TLP.

Na Acuport é a falência com a liquidação dos 84 postos de trabalho.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), condenando e protestando contra a «solução» encontrada para as dificuldades daquela empresa de Benavente (Porto Alto), acusa a DEG (instituição estatal alemã federal), accionista maioritária da Acuport de ter provocado na empresa, que fabrica baterias, «uma situação de descalabro económico e de endividamento».

Foi a DEG — «uma das accionistas do Banco Português de Investimentos (BPI), o primeiro banco privado formado em Portugal depois do 25 de Abril», nota o SIESI — que «durante quinze anos nomeou as administrações da Acuport», que cumpriram à letra as suas orientações.

Os 84 trabalhadores sob a ameaça iminente do desemprego têm intervido junto da DEG para que seja anulado o requerimento de falência.

A empresa, como faz notar o SIESI, é perfeitamente viável; tem uma boa carteira de enco-

mentas, que até permite a sua expansão.

Embora os principais credores da Acuport sejam bancos nacionalizados (BESCL, CGD, BTA e CPP) também por esse lado não se vê saída.

A DEG federal alemã não iniciou sequer negociações com os bancos credores. Certamente não pensa pagar as dívidas. O requerimento de falência entrou no tribunal de Benavente em Outubro de 1984.

O Governo ainda em funções, afirma o SIESI, deu toda a cobertura à liquidação da empresa. «Todo o tipo de manobras da DEG» foram permitidas, acres-

centam os trabalhadores da Acuport. Muito justamente consideram, segundo o Sindicato, «que este é um primeiro sinal do que poderá dar a banca privada ao povo português». Note-se que é um dos grupos accionistas do primeiro banco privado a instalar-se no nosso país que «pretende lançar mais uma empresa na falência e atirar mais 84 trabalhadores para o desemprego». Ainda por cima, conclui o SIESI, é esse mesmo grupo financeiro federal alemão que tenta «defraudar a banca nacionalizada em centenas de milhares de contos» — processo realmente exemplar.

Trabalhadores

O Estado ao serviço das grandes fortunas

Ainda há dias, o que parece não ter surpreendido ninguém, o presidente do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa era suspenso das suas funções. Suspeito de actividades especulativas com capitais daquela empresa pública, Pestana Bastos é apenas um caso entre dezenas de outros, em lugares-chave da actividade económica e financeira. E primeiro que tudo vem à mente a banca nacionalizada, o próprio Governo gestor, as responsabilidades que tem assumido na tentativa de extinguir, em favor das grandes fortunas particulares, organismos da Administração Pública que deveriam velar pelas funções sociais e económicas do Estado. A outra face desta moeda encontra-se na escalada do desemprego e dos salários em atraso, nas falências e na forte degradação dos serviços que o Estado é pago para prestar.

O caso do gerente-mor do Metro parece não ter surpreendido ninguém, porque os importantes meios de comunicação social estatizados se fecharam praticamente em copas, limitando-se a pegar no assunto só muito depois de o movimento sindical unitário pôr a descoberto, pelos meios incomparavelmente mais reduzidos que tem ao seu dispor, as negociações com terrenos envolvendo uma empresa pública do Metropolitano de Lisboa.

Não foi a campanha eleitoral que fez passar despercebido esse e outros casos — casos de mau Governo, afinal. O que contribuiu, isso sim, para diluir o caso Pestana Bastos na «corrupção geral» foi a própria política do Governo, uma política do «salve-se quem puder»... e se for à custa dos dinheiros públicos tanto melhor.

Veja-se o caso da Segurança Social, por exemplo. Enquanto a respectiva secretária de Estado (PSD-cavaquista) continuava a gastar prodigamente rios de dinheiro público numa campanha publicitária — televisiva e tudo — com evidente impacto na opinião, as dívidas patronais à mesma SS subiam por aí fora, nos dois últimos anos, até atingirem níveis-record, como o movimento sindical revelou ultimamente. E nem uma palavra oficial sobre essas dívidas, a não ser para diminuir o impacto do seu volume escandaloso e da incapacidade manifesta para as cobrar. Viu-se alguma imagem publicitária contra as dívidas do patronato à Segurança Social? Viu-se alguma explicação convincente sobre o volume desatado do crédito mal parado? Sobre a recente nomeação de gestores

para a banca nacionalizada? Sobre um deles, por exemplo, que é um dos altamente beneficiados com esse crédito? Viu-se? É o vés...!

As fraudes pontuais no que respeita à Segurança Social merecem uma generalização publicitária de alcance nacional. Mas acabam os programas de habitação social, extingue-se o único organismo oficial que tratava disso — o Fundo de Fomento da Habitação — e bico calado, oficialmente mudo.

Se isto continua vão mais organismos! Ah, isso vão

Além do Fundo de Fomento, extinto ao mesmo tempo que era aprovada a lei das rendas, outros organismos da Administração Pública estão sob a ameaça de encerrar.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, que mais uma vez alertou para o caso, recorda que a **privatização das funções económicas do Estado** abrange o Instituto do Comércio Externo (seria transformado em empresa privada), a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, o Instituto Português das Conservas de Peixe, os matadouros, as Juntas das Frutas, do Vinho e do Azeite. Tudo para a «privada» se encher.

No caso da habitação, foram

com os trabalhadores mandados para os «excedentes» — antecâmara do desemprego, ou da reforma antecipada no melhor dos casos. Nos outros, espera-se a solução do costume, ou pior — visto que a conhecida «capacidade» da iniciativa privada só funciona reduzindo postos de trabalho, não pagando salários, descapitalizando aqui para abrir acolá, sem dar satisfações a ninguém e muito menos aos trabalhadores, supostamente com os salários «cobertos» por subsídios do Governo que — os casos abundam — não se sabe onde foram parar, ou foram parar a tudo o que é lucro menos ao bolso dos que trabalharam sem receber.

Não pode ser!

Enquadrados no movimento sindical unitário, os sindicatos da Função Pública levantam um veemente protesto contra o encerramento e entrega à **privada** dos organismos de coordenação económica, bem como de todos os que tenham a ver com a redução das funções sociais, económicas e financeiras do Estado.

A «sacramental desculpa» da adesão à CEE, não serve. O Sindicato dos TFP do Sul e Açores, fazendo-se eco da posição das outras organizações congêneres e da Federação sindical, volta a sublinhar que nos países do Mercado Comum existem

aqueles mesmos organismos e que, para além do mais, o Governo em gestão exorbita do que por Lei lhe compete.

Só um Executivo no uso pleno das suas funções, com um Parlamento a funcionar, etc. é que «teria legitimidade para decidir» num caso destes. E então haveria muito que ponderar.

Trata-se de reduzir o âmbito da Administração Pública. Trata-se de «despedir ou lançar na situação de emprego precário milhares de trabalhadores». Os sindicatos da FP consideram que quaisquer medidas neste sentido constituem «um abuso de poder do Governo PS/PSD», e «irão tomar as medidas de luta que a situação exige».

LUTAS E TAREFAS

• **Os trabalhadores da EPAC, que realizaram uma greve com êxito em 19 do mês passado, iniciam amanhã a negociação de novos salários.** A Comissão Sindical afirma que a proposta do conselho de gerência é inaceitável. A proposta dos trabalhadores é de um aumento global de 27 por cento. A do CG não vai além dos 18. Recordando-se que a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais continua sob a ameaça de desmantelamento em favor dos grandes moageiros e multinacionais do grão. Através da FEP-CES (Federação sindical) os trabalhadores da EPAC reclamam a revogação dos despachos mediante os quais parte do património da empresa já foi entregue a empresários do sector privado. A Federação afirma que a luta vai continuar contra o desmantelamento da EPAC.

• **«Só no distrito de Lisboa, em Dezembro de 1984, 33 597 entidades patronais não pagavam à Segurança Social, apesar de entregarem as respectivas folhas de ordenados e salários»**, garante a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Acrescentando que o significado desse número indica que «um em cada 2,9 patrões entregou folhas sem contudo efectuar o respectivo pagamento», assinala ainda o STFPSA que «muitos outros milhares, inseridos na chamada economia paralela ou clandestina, nada entregam, nada pagam». Nos números divulgados pelo Sindicato numa recente nota à Imprensa — só no que se refere ao distrito de Lisboa — sublinhe-se ainda que essas 33 597 entidades patronais de um montante de 22 260 442 mil escudos, enquanto que a secretária de Estado da Segurança Social, Leonor Beleza (PPD) se manifesta «incapaz de desenvolver uma campanha pedagógica, esclarecedora e capaz de inverter o escandaloso caso das dívidas à Segurança Social», conclui o STFPSA.

• **Mantém-se a situação que determinou a adopção recente de formas de luta no sector da metalomecânica pesada, com relevo para empresas como a Sorefame, Equimetal e Mompur**, gravemente afectadas pela política de destruição das maiores unidades industriais do sector empresarial do Estado. Depois da concentração das ORTs (organizações representativas) da Sorefame, no dia 25 do mês passado, a mesma forma de luta foi adoptada na Mompur (dia 1) onde a administração pretende, entre outras medidas ilegais e de carácter repressivo, «desarticular a acção conjunta das várias subcomissões de trabalhadores» e reduzir o número de representantes eleitos. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul acusa a administração de pretender retirar direitos e regalias, que, além

de legal e constitucionalmente definidos, fazem parte do «acordo interno» da Mompur. Os trabalhadores da Sorefame manifestavam, entretanto, a sua disposição de prosseguir com a luta pela viabilização da empresa, a garantia dos postos de trabalho e a negociação do caderno reivindicativo.

• **A FENPROF — Federação Nacional dos Professores «responsabiliza o Ministério pela colocação tardia dos docentes, com implicações inevitáveis no atraso na abertura do ano lectivo»**. Depois da confusão gerada pelas listas afixadas no dia 30, em Lisboa, posteriormente anuladas, existem ainda «dezenas de outros erros», frisa a Federação, afectando «centenas de professores profissionalizados e ao abrigo da preferência conjugal», bem como «milhares de professores provisórios». A FENPROF «exige a anulação do concurso e reivindica que todo o processo se reinicie». Fonte ministerial prometia, entretanto, afixar novas listas na passada segunda-feira.

• **Os trabalhadores da Oliva/ITT (São João da Madeira) acusam a direcção de não respeitar as leis portuguesas.** Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, a multinacional americana (ITT) dona da Oliva pretende «impedir a actividade sindical», alterar ilegalmente os horários do trabalho, aplicar sanções a activistas sindicais a quem se recusa a fornecer informações relativas ao contrato de viabilização. As ORTs (organizações representativas dentro da empresa) decidiram convocar um plenário geral de trabalhadores para «estudar e definir formas de luta». A situação que se vive na empresa foi dada a conhecer aos órgãos de soberania, designadamente ao Presidente da República, ao Governo e à Comissão Permanente da Assembleia da República.

• **A «actuação brutal da GNR», que interveio, provocando feridos, contra trabalhadores sem salários da Têxtil S. Gonçalves, de Vila Nova de Gaia, no passado dia 1, foi «vivamente repudiada» pelo Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos Têxteis que exige o apuramento de responsabilidades e que sejam «incurridos os responsáveis por tão infame intervenção contra a população indefesa e trabalhadores que nada fizeram para justificar a violência repressiva».** Organizada e sem distúrbios, os trabalhadores da S. Gonçalves limitaram-se a parar a laboração para reunirem com a gerência, exigindo o pagamento dos salários em atraso que somam perto de duzentos contos a cada um. A força da GNR era composta de 50 elementos. Alguns trabalhadores tiveram que receber tratamento hospitalar. Num plenário foi decidida a greve até amanhã.



«A degradação do parque habitacional não se resolve com o aumento das rendas de casa. É urgente um Plano Nacional de Habitação» — legendava recentemente, sob esta «amostra», um órgão da imprensa sindical («O Nosso Papel» é o seu nome). É neste panorama que o Governo manda extinguir o Fundo de Fomento da Habitação e lança os olhos sobre todos os organismos de coordenação económica para os entregar — quando interessem — aos lucros «eficazes» da privada iniciativa, que de iniciativa tem pouco e de privada tudo. Apenas por serem contratados além-quadro, a Secretaria Regional do Comércio e Indústria dos Açores despedia, nos matadouros de Ponta Delgada e Ribeira Grande, 25 trabalhadores, no passado dia um. Há grandes fortunas interessadas nas actividades rendosas do Estado, mas (se possível) sem trabalhadores. Elas, as fortunas, se encarregarão de os contratar... a prazo ou em situação ainda pior. Se as deixarem... Mas os trabalhadores não são paredes. Não se deixarão cair.

a TV

O Telejornal por conta

1 — Por diversas ocasiões tivemos oportunidade de sublinhar nestas colunas a fúria anticomunista da Televisão. Ela assumiu em certos períodos uma situação calamitosa.

Igualmente foi notório, ao longo dos últimos anos, com particular incidência nos dois anos de desgoverno PS/PSD, a discriminação das organizações unitárias dos trabalhadores. A amarelíssima UGT teve sempre lugar de primeiro plano. Não houve iniciativas, por mais chochas, que não tivessem o patrocínio do Telejornal.

Para amigos, mãos rotas...

Por outro lado, a realidade nacional sofreu tratos de polé: ou foi deturpada ou foi pura e simplesmente ignorada. Recordemos aqui apenas o exemplo da situação social no distrito de Setúbal: várias vezes pressionada pelos organismos populares e de trabalhadores da região, a RTP sempre prometeu um tratamento aprofundado da matéria. Sempre prometeu — mas nunca deu...

2 — Todos os esforços da Televisão se concentravam na propaganda do governo e das forças nele representadas. A tele-informação perdeu toda a visão pública de independência. Era uma informação **oficiosa** — isto é, era o avesso da verdadeira informação...

A «grande operação» consistiu em procurar diminuir as consequências das eleições antecipadas. A tónica era posta na inutilidade delas. Na RTP, controlada pelos soaristas, defendia-se descaradamente a tese de que as eleições não iam resolver nada, pois tudo ia ficar na mesma, o «espectro político» não iria sofrer alterações de vulto. Com o PS à cabeça — e tudo o resto eram fantasias de um dia de Outono...

Pelo sim pelo não, Telejornal chegou à conclusão de que cautelas e caldos de galinha nunca fizeram mal ao doente...

3 — ...e aí temos nós uma vasta campanha de promoção do PS, lançada desta vez não apenas no Telejornal, mas em tudo quanto na TV, era território informativo.

Gente de Mário Soares aparecia em todos os blocos com as mais variadas panóplias de promessas, benesses, vantagens: iam ajudar os lavradores, proteger a construção civil, resolver (!!!) a questão dos salários em atraso...

Valeu tudo. Até tirar olhos...

O próprio Mário Soares interveio na campanha. Freneticamente. Sentindo o chão fugir-lhe debaixo dos pés, multiplicava-se em presenças, viagens, iniciativas. Tinha o Telejornal por conta...

4 — Um célebre político afirmou um dia: «Levem-me todos os exércitos e deixem-me a televisão», tal o poder dela.

Mas uma vez mais se prova que é tão certa a força da TV como falsa a ilusão dessa mesma força. A Televisão pode esconder a realidade: mas não a pode abolir. É uma vara que pode conduzir pessoas para o caminho errado; mas não pode conduzir para caminho errado a marcha da História, muito embora possa parecer que obtenha ganhos parciais e conjunturais.

A prova aí está. Como já afirmara Álvaro Cunhal, numa das entrevistas de pré-campanha, enganavam-se aqueles que supunham que tudo ia ficar na mesma. E foi também Álvaro Cunhal quem, entrevistado na noite das eleições, definiu, com miridiana clareza, o essencial das eleições: elas representam uma poderosa machadada nas forças da direita, vinham deitar por terra os seus projectos e maquinações imediatas.

Recorde-se este pormenor: ao longo do serão, todas as forças de direita, incluindo os elementos soaristas entrevistados declararam que «tudo se tinha complicado». Ora, traduzido por miúdos, isto significa que tudo se tinha complicado... para a direita...

Tão complicado que Mário Soares não apareceu uma única vez a dar um pouco de alento aos seus amigalhões. Eles que se arranjassem...

Isto é muito feio. Mas depois de tudo o que aconteceu, quem esperava outra coisa?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O Soarismo tem mau perder e não aprende

Depois da sua maior derrota eleitoral de sempre, o «soarismo» mostra-se despeitado, malcriado e incapaz de aprender a lição. Suserano Soares e seus vassalhos Lacões, Campos e Ca., se pudessem, demitiam o Povo. Como não podem, mostram-lhe má cara.

Soares quer abandonar o Governo demitido

• O Primeiro-Ministro demitido, Mário Soares, enviou ontem cartas ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, e ao presidente do PSD, Cavaco Silva, a comunicar-lhes o abandono de funções e a entrega do exercício do cargo ao seu substituto legal, o vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, Rui Machete, do PSD.

(...) Mário Soares tornou pública a sua iniciativa num breve contacto com os jornalistas ontem, às 17 horas, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento.

Soares não comunicou previamente a sua decisão ao Presiden-

te da República que, depois de receber a carta, convocou o Primeiro-Ministro demitido para Belém hoje.

(«o diário», 8, Outubro)

PSD recusa

• «A direcção do PSD ontem reunida ao fim da tarde em Lisboa considerou «inaceitável» a atitude de Mário Soares e rejeitou a sua passagem de testemunho para Rui Machete.

Por seu lado, o ministro da Defesa, em comunicado pessoal, informou não poder aceitar a delegação de poderes que o Primeiro-Ministro demitido desejou conferir-lhe.

Rui Machete diz, nomeadamente que «não se afigura correc-

to, a mim próprio e ao partido a que pertença, antecipar na estrutura do actual Governo de gestão, os resultados eleitorais, que só a formação de um novo governo fará consagrar».

«Nestes termos, no rigoroso cumprimento da Constituição, não pode o vice-Primeiro-Ministro aceitar a delegação de poderes, que o Primeiro-Ministro deseja conferir-lhe.»

(«o diário», 8, Outubro)

Soaristas criticam Eanes e recusam as lições do voto popular

• «O PS, no rescaldo da derrota eleitoral sofrida no domingo, atacou ontem o Presidente da República e o PRD.

Num comunicado da sua Comissão Permanente, o PS considerou «ser o momento de denunciar o comportamento político do Presidente da República, que tendo sido eleito com os votos dos socialistas e com a garantia de cumprir o seu mandato como independente, lançou o PRD como concorrente preferencial do PS e traiu, em consequência, o apoio que lhe foi dado».

«Reivindicando-se — acrescenta a direcção do PS — de «uma nova moral na política», o PRD é, hoje, o símbolo vivo de uma atitude política nascida da falta de dimensão ética. Por todo o País, milhares de socialistas que apoiaram o general Ramalho Eanes à Presidência, sentem-se hoje traídos na confiança que nele depositaram».

Referindo-se directamente ao resultado das eleições, a Comissão Permanente do PS diz que «o povo português entendeu penalizar o partido que conduziu, de forma patriótica, uma política de rigor e austeridade, que salvou o País da bancarrota, conseguiu a recuperação financeira, criou condições para o desenvolvimento económico e conseguiu a entrada de Portugal na CEE».

(«o diário», 8, Outubro)

• «Antes de surgir a imagem do responsável do PS, em estúdio, outro socialista fizera uma primeira análise dos resultados. António Campos considerou, pouco depois das 21 horas, que «amanhã o país estará mais ingovernável do que hoje e com um eleitorado mais disperso». Não escondendo uma certa animosidade contra o PRD, António Campos disse que «o povo português votou num partido que desconhece ideologicamente».

(«Diário de Notícias» 7, Outubro)

Direita + PS: Aliança prossegue nas autarquias

• «O PSD não pode, no momento da vitória esquecer os acordos que fez com o PS no plano local, mas o PS também não pode esquecer que as incomensuráveis vantagens que daí advêm implicam que a forma de ser oposição terá de ser responsável».

(J.M. Júdica, dirigente do PSD, «O Diabo», 8 de Outubro)

África do Sul

A violência não salvará o apartheid



editorial **CAMINHO**

Internacional

ANGOLA

Continua invasão sul-africana

As tropas racistas da África do Sul prosseguem em território angolano os ataques às posições das FAPLA na região de Mavinga, na tentativa desesperada de salvar o que ainda resta do bando de Jonas Savimbi, obrigado a abandonar o seu quartel-general e a refugiar-se na África do Sul. A persistência da invasão sul-africana ao território de Angola constitui o melhor desmentido dos pretextos invocados por Pretória para mais este atentado à integridade de um país independente: o pretenso desmantelamento de bases da SWAPO. Como o ministério angolano da Defesa tem vindo a informar, os invasores sul-africanos estão a travar combates com as forças angolanas tendo provocado já dezenas de mortos e feridos, bem como a destruição de material de guerra, incluindo viaturas e o derrube de um Mig-21.

Esta acção criminosa contra o povo angolano, condenada internacionalmente, não conseguiu contudo evitar a transferência forçada da Unita, até há pouco acocorada no Kuando Kubango, na fronteira de Angola com a Namíbia ocupada. Uma transferência, como salienta uma nota emitida a partir de Luanda, que corresponde a uma devastadora derrota que vem abalar duramente os tremidos allcerces de toda a es-

tratégia terrorista do bando fantoche. Com esse passo, os lacos de Pretória admitem explicitamente a sua incapacidade de resistir ao avanço do exército angolano, apesar de todos os apelos de que beneficiam da clique racista e dos inquilinos da Casa Branca. Notícias desse apoio foram de resto dadas em Lisboa por representantes da Unita, graças à total impunidade com que têm sido

brindados pelas autoridades portuguesas. Nem outra coisa seria de esperar, conhecidos que são os esforços de Washington para fazer de Lisboa/Pretória uma verdadeira ponte de ingerência na África Austral. E se a condenação mundial do apartheid, o ascenso da luta popular na África do Sul, o aumento da solidariedade com Angola e os países da Linha da Frente em geral que mais directamente sofrem as consequências da política agressiva de Pretória podem estrategicamente, levar o imperialismo a mudar aparentemente o seu apoio à África do Sul, seria imperdoável ingenuidade acreditar numa mudança radical.

Tanto assim é que as centrais de desinformação capitalista não perderam tempo, divulgando de imediato acusações de Pretória quanto à pretensa presença de militares soviéticos em Angola. A velha receita do papão comunista agitado pelos Estados Unidos sempre que escasseiam argumentos para defender o que designa de sua zona de influência. Com tal apoio, a África do Sul le-



Miséria e repressão, cartão de visita da África do Sul que o apartheid quer exportar para Angola

vou mesmo a «acusação» a uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde o delegado de Pretória convidou o Conselho de Segurança a enviar uma comissão de investigação a Angola para «determinar quem combate quem». Primeiro foram as bases da SWAPO, depois os «russos», antes eramos cubanos... expedientes que colhem cada vez menos,

quanto mais não seja porque não explicam o que tem a África do Sul a ver com o que se passa em Angola, nem tão pouco justificam invasões para apoiar um grupo armado que publicamente reconhece que sem ajuda externa está condenado à derrota. As tentativas de transportar para a África Austral o confronto leste-oeste, se serve bem a estra-

tégia imperialista e dá ao regime racista de Pretória balões de oxigénio para sobreviver, não impede no entanto a luta consequente dos povos africanos determinados a trilhar o seu próprio caminho para o desenvolvimento, a paz e a democracia. Angola é disso um bom exemplo, pese embora o elevado preço que o seu povo está a pagar pela opção socialista.

El Salvador

O início da luta armada em El Salvador, vai para cinco anos, provocou na opinião pública internacional um misto de reacções em que a perplexidade e a admiração se entrecruzavam. Na verdade parecia um contra-senso, para não dizer mesmo um suicídio, a decisão dos patriotas salvadorenhos de enveredarem pelo combate armado contra a oligarquia burguesa-latifundiária no poder com o apoio do imperialismo norte-americano, dadas as características próprias do país.

É necessário ter em conta que El Salvador é o mais pequeno país continental da América Latina (cerca de 1/4 de Portugal) e o de mais alta densidade populacional e cujas características geográficas, à luz das experiências conhecidas, em nada são propícias a uma luta de guerrilhas. Não existem grandes montanhas nem florestas inexpugnáveis, e as suas fronteiras são com países (Guatemala e Honduras) há muito submetidos a ditaduras e ao domínio norte-americano, ele próprio um vizinho demasiado próximo.

Seria de esperar, nestas condições, que qualquer tentativa de insurreição seria prontamente esmagada. E no entanto a luta prolonga-se há quase cinco anos aproximando-se de forma gradual mas segura da hora da vitória, sob a liderança da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Frente Democrática Revolucionária (FDR), organizações que englobam um vasto leque de forças de oposição ao regime.

Surpreendente? Talvez não. Antes a comprovação de que muitos são os caminhos para a libertação dos povos e que as experiências valem como ensinamentos que se assimilam e transformam em função da especificidade de cada país.

O inimigo comum

A luta que se trava em El Salvador sendo antes do mais de libertação nacional, pela paz, o progresso e a democracia, não pode ser dissociada da luta mais vasta de todos os povos do mundo contra o imperialismo e a política de ingerência dos Estados Unidos. Com efeito, pese embora o facto de El Salvador não possuir recursos naturais que atraiam a cobiça norte-americana, encontra-se numa região considerada de interesse vital para o seu grande vizinho do norte. E é sabido como a administração Reagan, em particular, procura impedir que movimentos revolucionários na América Latina debilitem o que considera a sua zona de influência mais próxima, tornando-se num estímulo para os povos que vivem ainda sob o jugo de ditaduras militares ou de democracias burguesas enfeudadas a Washington.

Não fora esse interesse activo dos EUA e há muito os patriotas salvadorenhos teriam derrubado o governo fantoche que lançou o país na sua mais grave crise económica, política e social.

O peso da intervenção norte-americana em Salvador, expresso em dólares (ver quadro), é significativo e fala por si, mas os resultados estão longe de ser os desejados.

Mais perto da vitória

A par da luta armada, o povo salvadorenho tem feito frente aos que o dominam recorrendo a todas as formas de luta: o movimento grevista registado no país em fins de 1983 manteve-se e cresceu desde então; as organizações de defesa dos direitos humanos ganharam um peso que não pode ser ignorado; a Universidade Nacional recuperou a cidade universitária, invadida, ocupada e destruída desde 1980 pelas tropas da ditadura; os camponeses lutam hoje de forma organizada pelas suas reivindicações.

E a FMLN-FDR, que não possui helicópteros, nem aviões, nem navios de guerra, nem transportes blindados, que não controla o co-

mércio nem a indústria, nem dispõe dos milhões de dólares que os EUA fornecem ao governo de Napoleon Duarte, não só não está destruída como se pretendia como controla hoje grande parte do território salvadorenho.

Não é para admirar que muitos se interroguem: como é isso possível?

O caminho da unidade

Um comunicado do comando geral da FMLN-FDR dá a resposta a essa questão. Conseguir a unidade de todas as forças que

lutam contra a ditadura tem sido uma das principais preocupações dos revolucionários salvadorenhos. Não se trata de uma tarefa fácil, mas um importante caminho foi já percorrido nesse sentido.

Como se afirma no referido documento, atingiu-se já um nível de unidade no pensamento político a ponto de se poder afirmar não existirem diferenças substanciais de carácter estratégico. Podemos afirmar, sublinha o texto, que contamos com uma só linha política, tal como contamos com uma análise histórica do processo de construção e desenvolvimento do nosso pensamento militar, bem como do conhecimento das leis que regem a evolução do nosso processo de guerra.

Os nossos valores proletários e revolucionários, refere ainda o comunicado, fortaleceram-se como demonstrámos na prática e continuaremos a fazê-lo unindo-nos cada vez mais até nos convertermos num só partido e num só exército. A única divisão que o inimigo pode esperar de nós é a divisão do trabalho, das responsabilidades e dos esforços para garantir que os nossos golpes sejam mais contundentes e os nossos avanços mais sólidos e irreversíveis.

O caminho para a vitória

Ninguém poderá dizer quanto tempo de sacrifícios, dor e luta o povo salvadorenho terá de passar até à sua libertação. Mas não restam dúvidas de que muito se

avançou já nesse sentido. Os planos do imperialismo para reduzir a guerra em Salvador a pequenos focos num ou dois locais do território o mais afastados possível das áreas vitais falharam; a decisão de levar a guerra a todo o país está a ser posta em prática.

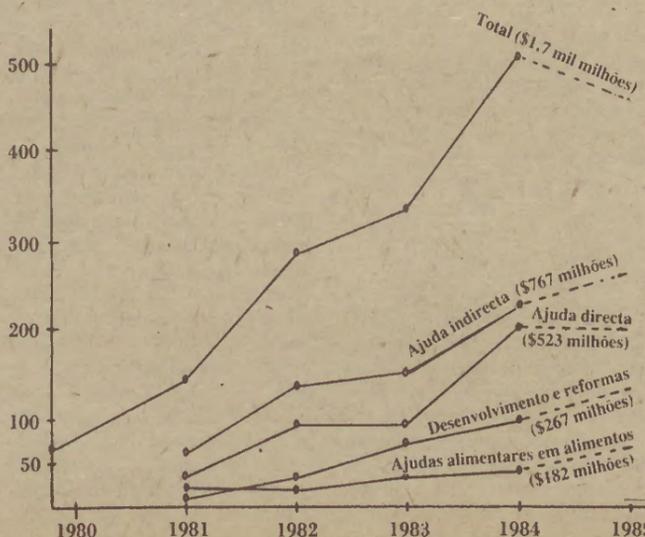
Pretendiam os EUA e os seus fantoches em Salvador reduzir ao mínimo o apoio popular às forças revolucionárias; a realidade é que um número cada vez maior de patriotas apoia a luta insurreccional.

Tudo tem sido tentado para impedir as lutas populares por justas reivindicações, e para as separar da guerra revolucionária; o objectivo que os patriotas salvadorenhos estão empenhados em cumprir visa justamente converter a luta armada revolucionária e todas as outras lutas numa só corrente capaz de derrotar não só as forças de Napoleon Duarte como também as forças norte-americanas, caso os EUA cheguem a uma intervenção directa.

Os planos para isolar a luta de libertação em El Salvador, no plano internacional, tão pouco conseguiram vingar; a solidariedade internacional é cada vez mais uma componente da luta e um incentivo permanente para os patriotas salvadorenhos.

Todos estes sucessos que aproximam a FMLN-FDR da vitória tornam simultaneamente maior os perigos de uma agressão militar directa dos Estados Unidos. Impedi-lo, tal como em relação à Nicarágua, é uma tarefa de todas as forças democráticas e progressistas do mundo. A solidariedade internacional terá de ser cada vez mais o outro braço da revolução onde quer que se lute pela independência e pela paz.

Ajuda norte-americana a El Salvador entre 1980-1985



Internacional

Guerra ou Paz?

A resposta lógica

Uma batalha quotidiana. A questão mais importante da nossa época. Estas são formas correntes com que justamente nos referimos à luta pela Paz. Hoje mais verdadeiras do que nunca. Exactamente porque estamos no limiar de uma nova fase: ou é possível a travagem — rápida — da corrida aos armamentos, ou se passa a um outro degrau, qualitativamente novo, desse desenvolvimento, o da militarização do Cosmos. Com consequências que será difícil prever. Mas com uma certeza: todas elas negativas e particularmente graves. O mesmo é dizer que atingimos um limite.

Desse limite falou o camarada Mikhail Gorbachov, secretário-geral do PCUS, à televisão francesa, dois dias antes da partida para Paris.

«Quando dizemos que atingimos um limite para além do qual podem ter início acontecimentos que escaparão ao controlo, não pretendemos revelar pessimismo. É uma manifestação da responsabilidade do Estado soviético e dos soviéticos pela sorte do mundo. Para certas pessoas é inconveniente que os povos concebam a situação tal como ela é. Mas, em virtude do desenvolvimento da ciência e da técnica, aproximamos-nos da etapa em que podem ser criados novos tipos de armas que, não sendo exactamente nuclear, terão a mesma potência e eficácia ainda maiores, se é que neste caso se pode falar de eficácia. Para ser franco, é desde já muito difícil iniciar negociações sem se ter percebido que se assiste, talvez, a uma espécie de militarização da consciência política. E o que será se amanhã se iniciar a militarização do espaço e forem criados armamentos cósmicos de ataque? Em que deverá consistir a resposta lógica da outra parte a semelhantes acções?».

A questão coloca-se com clareza. Para evitar a lógica da escalada armamentista, a única resposta possível é a criação — ou recriação — de premissas para fazer involuir a corrida aos armamentos em curso. Essa é sem dúvida a posição do socialismo, que se ergue como barreira à corrida suicida. O problema é que tal lógi-

ca não pode ter sentido único. Tem que se impor também na prática política do capital.

URSS, novas propostas

A batalha soviética pela conquista de um clima internacional de paz, não é apenas uma política sistemática, coerente, nascida com a própria revolução de Outubro. É também uma política profundamente construtiva, que tem em conta a realidade concreta e as suas evoluções, e que apoia objectivamente na luta dos povos contra a corrida aos armamentos, pelo progresso social, avança sempre com novas possibilidades, novas soluções.

O que leva ao desmascaramento da demagogia do imperialismo. E tende a impor ao capital uma posição de elementar realismo, para que negociações sérias sejam possíveis.

Em vésperas do importante encontro entre Gorbachov e Reagan, marcado para 19 de Novembro, Mikhail Gorbachov, divulgou, em Paris, novos passos que estão a ser dados pela União Soviética, com o objectivo de «parar a frenética corrida aos armamentos e afastar o perigo de guerra que paira sobre a Humanidade». Estes novos passos incluem três propostas concretas:

• Proposta ao governo dos Estados Unidos para um acordo que proíba totalmente as armas espaciais e reduza, efectiva e radicalmente, em 50 por cento, os arse-

nais nucleares estratégicos tanto da União Soviética como dos Estados Unidos (ou seja, armas nucleares que podem atingir o território da outra parte).

• «Para facilitar o acordo sobre a mais rápida redução mútua dos meios nucleares de médio alcance», aponta-se para a assinatura de um acordo correspondente, independentemente do problema dos armamentos espaciais e estratégicos. Nesse sentido propõe-se um diálogo directo com a França e a Grã-Bretanha para «tentar encontrar uma saída aceitável através de esforços conjuntos».

• A terceira medida concreta assume para já um carácter unilateral: a moratória adoptada pela União Soviética relativa à instalação de mísseis de médio alcance na Europa. O número de mísseis SS-20 actualmente instalados na zona europeia soma 243 unidades, o que corresponde exactamente ao nível de Junho de 1984, quando foi iniciada a instalação dos mísseis suplementares soviéticos, como resposta à colocação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Como afirmou Gorbachov, «julgo que a Europa tem todo o direito de esperar um passo idêntico por parte dos EUA: a cessação da instalação dos seus mísseis de médio alcance no continente europeu».

Diálogo, difícil não quer dizer impossível

A própria reacção do governo de Reagan aos novos passos da ofensiva soviética de paz, testemunha da consciência do imperialismo que a renovação do diálogo é possível.

Daí a marcação para dia 24, em Nova York, de uma cimeira



dos sete grandes países capitalistas, para «preparar a cimeira com Gorbachov», ou seja, para garantir solidariedades de classe à insustentável posição do imperialismo norte-americano de prosseguir na corrida global aos armamentos, nomeadamente com a sua recente componente de militarização do Espaço.

Daí ainda posições de grosseira ingerência na vida política interna dos seus próprios parceiros. De outra forma não podem ser consideradas as declarações do presidente norte-americano a «Le Figaro», em vésperas da visita do dirigente soviético a França, em que nomeadamente se diz que este povo não pode esquecer que a sua política tem como base a «parceria atlântica» e que se alicerça em «ideias comuns e uma concepção comum do futuro» e ainda que o governo de Paris «não se deve deixar enganar nem cair na artimanha de um mundo ilusório» (!)

Não se espera um diálogo fácil. Mas é preciso lembrar que o diálogo já foi possível: toda uma fase do pós-guerra que englobou Helsínquia como ponto decisivo, em que se concretizaram múltiplos e importantes acordos limita-

tivos da corrida aos armamentos. Essa a vontade indiscutível dos povos da Europa. Mas também a posição mais realista que vai sendo assumida por alguns sectores do capital, conscientes da impossibilidade de alternativa.

Recentemente, afirmava-se no «Le Monde Diplomatique»: «A Europa perderia tudo se entrasse na nova revolução industrial sem a aspiração de prosseguir um objectivo de importância vital — utilizar o aumento do seu poderio para criar uma situação internacional mais harmónica e mais sã: no campo das relações com os países do Pacto de Varsóvia, onde a Europa está interessada em reforçar o desanuviamento; nas relações com os Estados Unidos, onde de nada serve a Europa aderir a um credo bastante simplista do reaganismo; no domínio da cooperação com os países do terceiro mundo, que encerra o perigo mais grave para os países do primeiro mundo».

Factos e opiniões que não surgem por acaso. A luta pela paz, porque corresponde à própria premissa dos graves problemas actuais, não pode deixar de dar os seus frutos.

«Continuando a sua política antipopular no campo económico, fazendo cair sobre as classes trabalhadoras todo o peso da sua ruína política em benefício dos monopolistas, o salazarismo tenta levar a cabo mais uma medida que conduzirá à miséria mais uns milhares de trabalhadores da indústria vidreira de garrafas.

«Num momento em que a indústria vidreira atravessa uma séria crise por falta de mercados, o governo apresta-se a autorizar a criação de um novo monopólio, o da produção de garrafas, com a montagem de duas fábricas, apetrechadas com maquinaria moderna, que absorverão toda a produção, utilizando somente umas centenas de operários, provocando assim o encerramento de todas as outras hoje existentes, o que afecta 11 fábricas com uma população operária que anda à volta de 4000 homens e mulheres, sem ter na mínima conta a situação dos trabalhadores, só com o objectivo de favorecer os interesses monopolistas de meia dúzia de «tubarrões».

(«Mais um Monopólio» — «Avante!», VI Série, n.º 124, 1.º Quinzena de Outubro de 1948).

AVANTE!

«É sintomático que Salazar tenha ido encontrar-se com Franco logo após a chegada de Washington do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto revela que na reunião do Pacto do Atlântico foi discutida a participação da Espanha franquista na guerra agressiva que os imperialistas prepararam contra a União Soviética e as Democracias Populares. E ninguém mais indicado que Salazar para pôr Franco ao corrente do problema e transmitir-lhe novas directrizes recebidas de Washington. Isto é assim porque os incendiários de guerra anglo-norte-americanos ainda não consideram «oportuna» a entrada oficial da Espanha franquista no bloco do Atlântico e no escravizador plano Marshall.

«E, por isso, ter sido reservada à camarilha salazarista o papel de intermediária entre os países participantes no bloco do Atlântico e do Plano Marshall e a camarilha franquista. Tudo isto para iludir as aparências.» (...)

(«Salazar e Franco Ontem Satélites de Hitler e Mussolini, Hoje Lacaios Servis dos Imperialistas Norte-Americanos» — «Avante!», VI Série, n.º 152, Outubro de 1950)

AGRESSÃO A TUNÍSIA

Um recado do imperialismo

Avante!

O criminoso ataque israelita contra as instalações da Organização de Libertação da Palestina (OLP) na capital da Tunísia, que provocou 68 mortos e mais de uma centena de feridos, colocou de novo na ordem do dia a necessidade de se encontrar uma solução justa para o conflito do Médio Oriente, cujo cerne passa pela questão palestina. Condenado energicamente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde desta vez os EUA não se atreveram a utilizar o seu tradicional veto ficando-se pela abstenção, o ataque israelita a Tunis chamou de novo também a atenção internacional para a urgente necessidade de medidas que impeçam a impunidade com que actuam países, como Israel, que fizeram do terrorismo de Estado a sua política.

Milhares de quilómetros separam Israel da Tunísia; o regime tunisino, presidido por Habib Bourguiba, é conhecido pelas suas posições pró-americanas e considerado um aliado da administração Reagan no continente africano. Nada disto obstou no entanto ao ataque levado a cabo a semana

passada por seis aviões israelitas contra o quartel-geral da OLP naquele país. Importa analisar porquê.

Em primeiro lugar, interessa não perder de vista o facto de Israel desempenhar, no Médio Oriente, o principal papel na política norte-americana para a região,

o que equivale a dizer que é o gendarme do imperialismo naquela parte do mundo.

Assim se explica a «simpatia» dos EUA para com a acção de Israel, retaliação evidente pelo recente assassinato de agentes secretos sionistas por forças palestianas, acrescida pela certeza de que os planos norte-americanos dificilmente podem ser levados a cabo sem a liquidação da OLP, verdadeira representante do povo palestino.

Mas se é certo que Israel não olha a meios para atingir os seus fins — como o demonstra o ataque a Tunis — não é menos certo que tal só é viável devido às profundas divisões existentes entre os países árabes. O que se passou no Conselho de Segurança é elucidativo da força da unidade árabe quando pontualmente se

manifesta; os Estados Unidos não evitaram a condenação de Israel, através do seu veto, dado o amplo movimento de protesto contra a agressão sionista expresso pelos países árabes, incluindo os aliados dos EUA, e a sua firmeza em condenar Israel a pagar indemnizações pelos danos materiais e humanos provocados à Tunísia.

Em segundo lugar, importa ter presente a conturbada situação que se vive no Líbano, a que não é estranha a ingerência norte-americana e dos seus agentes sionistas. Evitar a pacificação, impedir a todo o custo a formação de um governo democrático, reforçar a ameaça israelita, são elementos de uma estratégia cujo objectivo serve as aspirações expansionistas de Telavive e coarctar as possibilidades de libertação dos territórios árabes ocupados desde 1967 e consequente forma-

ção de um Estado palestino.

Em terceiro lugar, há que reconhecer o «recado» mais do que evidente deste ataque israelita à Tunísia com o aval da administração Reagan: nenhum país que aceite receber a OLP, mesmo se tradicional aliado dos EUA, está ao abrigo de ataques semelhantes. É a perseguição implacável aos representantes de um povo, o palestino, demasiado incómodo para os interesses imperialistas numa região considerada vital para que lhe seja reconhecido de facto o direito de existir.

Mas é também uma afirmação da política do mais forte, cuja contestação está sujeita a retaliações onde quer que se manifeste. Ontem em África, amanhã na Europa... porque não?

Basta que a comunidade internacional se deixe intimidar.

«Segundo os dados conhecidos por nós, 40 004 portugueses assinaram os apelos que reivindicam a proibição incondicional da arma atómica. Estes números estão, porém, longe da realidade. Muitos milhares de assinaturas fugiram ao nosso controlo como é fácil de calcular. Muitos outros milhares foram apreendidos pelos esbirros da PIDE e outros agentes das forças repressivas, aos angariadores de assinaturas, na altura da sua prisão. Outros milhares foram destruídos pelos seus possuidores ante o receio de buscas em suas casas e de prisões.

«Não andaremos longe da verdade se calcularmos em cerca de 100 000 o número de portugueses que assinaram os apelos que reivindicam a proibição da arma atómica e uma política de Paz em Portugal e nos outros países.» (...)

(«Resultados duma Campanha a Favor da Paz» — «Avante!», VI Série, n.º 162, Outubro de 1951)

Em Foco

Avante!

Ano 53 - Série VII

N.º 615

10 de Outubro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Eleições

para a Assembleia da República
1985

**Deputados eleitos
pela APU
Resultados nacionais
distritais
e concelhios**

Os deputados da APU

AVEIRO



Zita Seabra

Membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português. Deputada que na anterior legislação desempenhou acção relevante na apresentação pelo grupo parlamentar do PCP dos projectos sobre planeamento familiar, educação sexual e interrupção voluntária da gravidez, que suscitaram amplo apoio na opinião pública, designadamente entre as mulheres.

Militante do PCP desde os 15 anos, Zita Seabra conheceu as duras condições da clandestinidade, esteve ligada à União dos Estudantes Comunistas (UEC) desde a sua fundação em 1972, tendo participado nas lutas estudantis antes e depois do 25 de Abril. Tem 36 anos.

BEJA



Bernardina Sebastião

Membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português. Operária, natural de Aljustrel, de família mineira, tem 32 anos e é responsável da organização do Partido no distrito de Beja. Foi responsável da União da Juventude Comunista (UJC) dos distritos de Évora e Beja, tendo pertencido à comissão executiva da antiga organização de jovens trabalhadores comunistas. Activista do movimento da juventude no Alentejo, participou com dinamismo na luta em defesa da Reforma Agrária. Fez parte da Assembleia Municipal de Aljustrel entre 1979 e 1982.



Francisco Miguel Duarte

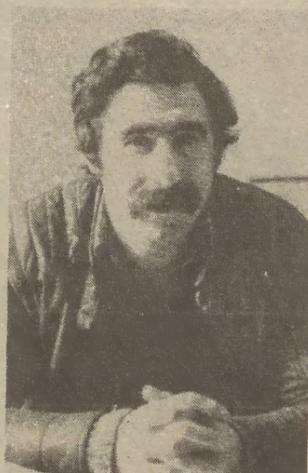
Membro do PCP desde 1932 e do Comité Central desde 1939, natural de Baleizão, manufacturador de calçado, tem 77 anos. Deputado à Assembleia Constituinte (1975) e à Assembleia da República (1976, 79, 80 e 83) pelo círculo eleitoral de Beja, Francisco Duarte é uma figura destacada da resistência e da luta contra o fascismo. No total, passou mais de 21 anos nas prisões da ditadura, de onde se evadiu quatro vezes. Participou nas célebres fugas colectivas de Peniche, em 1960, juntamente com Álvaro Cunhal e outros camaradas, e de Caxias, em 1961. Esteve por duas vezes preso no Tarrafal, onde passou oito anos e um mês. Foi o último preso a sair do campo da Morte Lenta.



Belchior Alves Pereira

Membro da Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português, 56 anos, empregado de escritório, é membro do PCP desde 1949. Preso pela polícia política do fascismo em 1947, 1951 e 1958, passou sete anos nas prisões salazaristas. Foi eleito anteriormente por este círculo alentejano. Desempenhou o cargo de presidente da Assembleia Municipal de Beja entre 1976 e 1979.

BRAGA



António Lopes

Membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, professor de Educação Física, tem 38 anos e é responsável da organização do Partido no Minho. Participou nas campanhas eleitorais da Oposição Democrática, no tempo do fascismo. Preso pela Pide em 1971, encontrava-se na clandestinidade em Abril de 74 na organização das Beiras. É natural de Santo Tirso.

COIMBRA



Jaime Serra

Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, 64 anos, operário-fresador naval. Membro do PCP desde 1935 e do Comité Central desde 1952. Foi preso quatro vezes pela polícia política do fascismo, tendo-se evadido em três ocasiões, a última das quais em 1960, ao participar na histórica fuga colectiva de Peniche, juntamente com Álvaro Cunhal e outros membros do PCP. Nos 14 anos seguintes, até Abril, a Pide não conseguiria voltar a detê-lo, apesar das perseguições insistentes de que foi alvo, designadamente na região Centro do País. Foi deputado à Constituinte em 75 e à AR em 1976 e 1980.

ÉVORA



António Gervásio

Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português. Operário agrícola, 58 anos, é natural de Montemor-o-Novo. Membro do PCP desde 1945, foi preso três vezes pela polícia política da ditadura, passando cinco anos nas cadeias de Salazar e Caetano. Em 1961 participou na fuga do forte de Caxias. Em 1974 era um dos antifascistas presos em Peniche, condenado a uma pena de 14 anos de prisão. Viveu cerca de duas dezenas de anos na clandestinidade.

Em 1975 foi eleito deputado à Constituinte pelo círculo de Portalegre. Em 1979 e 1980 foi eleito por Évora. É membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo.



Custódio Gingão

Operário agrícola, natural de Montemor-o-Novo, tem 42 anos e é membro do PCP desde 1962. Pertence à Comissão Concelhia local do Partido e faz parte dos órgãos sociais da UCP «Cravo Vermelho», de Vale de Figueira, no concelho, e da Assembleia Municipal de Montemor. Desde 1976 que é eleito por Évora para a Assembleia da República, onde trabalhou na subcomissão para a Emigração.

FARO



Carlos Brito

Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, 52 anos, empregado de escritório, eleito em 1975 para a A. Constituinte pelo círculo de Faro. Presidente do grupo parlamentar do PCP em todas as legislaturas da Assembleia da República, tendo sido eleito pelos distritos de Lisboa e Faro.

Activista do MUD-Juvenil, fez parte da Direcção Universitária de Lisboa desse movimento. Membro da Comissão Nacional da Paz em 1954-55, participou nas campanhas contra a entrada de Portugal na NATO e pela interdição das experiências com bombas atómicas. Em 1953 tornou-se membro do PCP. Nesse mesmo ano conhece as prisões fascistas. Em 1955 passa à clandestinidade. Em 56 é de novo preso pela PIDE. Do Aljube evade-se em Maio de 1957. Dois anos depois, em meados de 59, volta às masmorras salazaristas, onde passa mais sete anos (Aljube, Caxias e Peniche). É libertado em 66.



Margarida Tengarrinha

Membro do Partido Comunista Português desde 1952 e do Comité Central desde Maio de 1974, professora, tem 57 anos e foi candidata comunista pelo Algarve em todas as eleições para a Assembleia da República. Pertenceu ao secretariado do grupo parlamentar do PCP na anterior legislatura. Nas eleições autárquicas de 1982 foi eleita para a Assembleia Municipal de Portimão.





LEIRIA

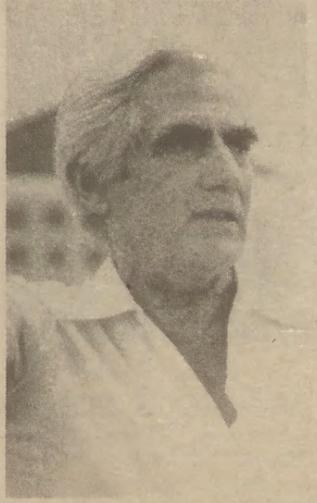
LISBOA



Joaquim Gomes

Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, 68 anos, operário vidreiro, natural da Marinha Grande (distrito de Leiria). Com 15 anos ingressou na Federação das Juventudes Comunistas. É membro do Partido há mais de 50 anos e faz parte do Comité Central desde 1955. Viveu 22 anos na clandestinidade. Foi preso ainda muito jovem nos anos 30 e depois nos anos 50. Em 54 evadiu-se da prisão da PIDE no Porto.

Em 1960 foi um dos participantes na espectacular fuga de Peniche. Durante o tempo do fascismo desempenhou tarefas em diferentes organismos do Partido, tendo participado na organização e direcção de numerosas lutas operárias. Desde 1976 que é eleito para a Assembleia da República pelo círculo de Leiria.



Álvaro Cunhal

Secretário-Geral do PCP. Licenciado em Direito. Iniciou a sua actividade revolucionária quando estudante, sendo eleito em 1934 representante dos estudantes de Lisboa no Senado Universitário. Membro do PCP desde 1931, foi eleito em 1935 secretário-geral da Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Preso no Verão de 1937, sendo já membro do C.C. Libertado um ano mais tarde, volta imediatamente à luta.

Participa activamente na reorganização do PCP em 1940/41. Chamado ao Secretariado, no Outono de 1942, destaca-se no estabelecimento de seguros métodos de defesa do Partido, na criação de um sólido núcleo de dirigentes e militantes e de uma direcção colectiva estável, na elaboração da estratégia da luta operária e antifascista (condução das greves de 1943, 1944 e 1947, e criação do MUNAF), na imprensa clandestina, no restabelecimento das relações com o Movimento Comunista Internacional. Preso de novo em 1949 e mantido incomunicável 14 meses, veio a permanecer 11 anos seguidos nas cadeias fascistas, 8 anos dos quais em completo isolamento. Em Janeiro de 1960 reconquista a liberdade, evadindo-se, junto com um grupo de destacados militantes comunistas, da prisão-fortaleza de Peniche.

Chamado ao Secretariado do C.C., é eleito secretário-geral do PCP em 1961. Deu uma contribuição capital para a elaboração do Programa do Partido, aprovado pelo VI Congresso, em 1965. Participou, chefiando delegações do PCP, em numerosos congressos e encontros com partidos irmãos e em conferências internacionais. Autor de vasta obra teórica, vários dos seus livros e artigos têm larga audiência nacional e no estrangeiro.

Foi ministro sem pasta do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Governos Provisórios e eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1983.

É membro do Conselho de Estado.



José Manuel Tengarrinha

Presidente do Conselho Nacional do MDP/CDE. Professor universitário.

Nasceu em Portimão em 1932. Aos 15 anos ingressa no MUD Juvenil e no ano seguinte pertence à direcção distrital de Faro, sendo então detido e submetido a interrogatórios pela 1.ª vez pela PIDE. Em 1951 de novo é preso pela polícia política. Membro da direcção da organização de Lisboa, e depois, da Comissão Central do MUD Juvenil. Em 1957 é arbitrariamente expulso do Corpo de Oficiais de Milicianos e obrigado a cumprir, no posto mais baixo, o serviço militar na Colónia Penal de Penamacor. Conclui, entretanto, na Universidade de Lisboa, o Curso de História e ingressa como professor no Ensino Secundário de que é afastado compulsivamente. Retomando a actividade de jornalista profissional, é chefe de redacção de um jornal diário, de Lisboa, cargo de que é obrigado a abandonar por imposição da censura. Em 1961, é preso. Em 1969 é um dos fundadores da CDE, participa na organização do 2.º Congresso da Oposição Democrática e é candidato da CDE de Lisboa. Preso pela polícia política antes do início da campanha eleitoral de 1973, é preso de novo em 1974, encontrando-se em regime de isolamento no Forte de Caxias quando do 25 de Abril. Foi-lhe atribuído em 1963 o prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto. É autor de vários livros e trabalhos no domínio da História e das Ciências Sociais.

Deputado do MDP/CDE em 1975 e, integrado nas listas da APU, em 1979, 1980 e 1983.

É membro do Conselho Mundial da Paz. Exerce funções docentes na Faculdade de Letras (Curso de História) da Universidade Clássica de Lisboa.



Octávio Pato

Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Nasceu em 1925 em Vila Franca de Xira. Ingressou no PCP aos 16 anos.

Passou à clandestinidade em 1945. Em 1946 dá impulso à criação do MUD Juvenil, de que veio a ser obreiro e dirigente. Em 1947, rigorosa clandestinidade, sendo chamado à Direcção da ORL. Em 1949, membro suplente do C.C.. Em 1952, membro efectivo do Comité Central, é chamado ao Secretariado. Responsável pelo controlo das tipografias centrais do «Avante!». Preso em 1961. Nove anos de prisão com medidas de segurança. Libertado em 1970. Regressou à clandestinidade. No 25 de Abril era membro do Secretariado e da Comissão Executiva do C.C.. Entre outras tarefas, responsável então pelo «Avante!». Deputado à Assembleia Constituinte. Candidato à Presidência da República em 1976. Deputado à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1983, pelos círculos de Santarém e Lisboa.



Anselmo Aníbal

Licenciado em Filosofia na Universidade de Lisboa em 1965. Tem 42 anos. Dirigente estudantil entre 1963 e 1965. Presidente da Pró-Associação da Faculdade de Letras, exerce também em 1965 funções no Secretariado da RIA. Expulso de todas as universidades portuguesas por um ano pelas suas actividades académicas. Especializou-se em França (Universidade de Lille em 1965/66).

Foi director de Pessoal do Banco Totta & Açores de 1974 a 1980. É docente da área de Gestão de Recursos Humanos no Instituto Superior de Economia, desde 1974. Foi Secretário de Estado da Administração Pública durante o 5.º Governo Provisório. Exerceu as funções de Vice-Presidente do Instituto de Tecnologia Educativa. É vereador da Câmara Municipal de Lisboa pela APU desde 1977. É deputado à Assembleia da República desde 1980.



Jerónimo de Sousa

Operário metalúrgico da MEC. Tem 38 anos e é natural de Santa Iria da Azóia, Loures. Membro suplente do Comité Central do PCP. Membro da DORL do PCP. Participou nos movimentos e actividades culturais e desportivos nas Colectividades de Santa Iria da Azóia, Periscóxe e Póvoa de Santa Iria, sendo actualmente Presidente da Assembleia Geral do Grupo Desportivo de Periscóxe. Foi dirigente sindical dos Metalúrgicos de Lisboa, no período de 1973 a 75.

É membro da Comissão de Trabalhadores da MEC e do Executivo da Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa (CIL).

Deputado na Assembleia Constituinte e eleito deputado à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1983, é Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e Vice-Presidente da Comissão de Trabalho da Assembleia da República.



Alda Nogueira

Membro do Comité Central do PCP. Licenciada em Físico-Químicas. Nasceu em Lisboa em 1923. Quando estudante liceal foi Presidente da Associação Escolar do Liceu D. Filipa de Lencastre. Na Universidade aderiu às Juventudes Comunistas. Militou no Socorro Vermelho, na Associação Feminina Portuguesa e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas para a Paz. Desenvolveu actividade cultural em colectividades populares. Colaborou em jornais e revistas. Militou na célula do PCP para o trabalho feminino. Em 1949 passou à clandestinidade e trabalhou na redacção do «Avante!». Em 1956 trabalhou no Comité Local de Lisboa. Em 1957 é eleita membro suplente do CC no V Congresso; em 1957/59 é membro da DOR Lisboa. Presa em 1959 e condenada a 9 anos nas cadeias fascistas. Foi deputada à Assembleia Constituinte e é deputada à Assembleia da República desde 1976. Integrou o Conselho Executivo da União Interparlamentar. Foi Presidente, durante a III Legislatura, da Comissão Parlamentar da Condição Feminina.



Carlos Carvalhas

Economista, de 42 anos, membro do CC do PCP. Foi activista associativo estudantil, participou nos Congressos da Oposição de Aveiro e integrou listas das CDE's no tempo do fascismo. Foi professor do Ensino Técnico; quadro su-



Os deputados da APU

LISBOA

perior do Gabinete de Planeamento e Transportes Terrestres; e responsável do controlo de gestão da «Profabril». Foi director do «Notícias da Amadora» e colaborador da «Seara Nova», «Vértice» e outras revistas; é director da Revista «Economia-EC». Foi um dos fundadores do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, a cuja Presidência continua a pertencer. Era árbitro sindical dos metalúrgicos quando eclodiu o 25 de Abril. Foi Secretário de Estado do Trabalho nos primeiros cinco Governos Provisórios. Deputado eleito por Lisboa à Assembleia da República em 1976, 1979 e 1983; foi deputado no Conselho da Europa. É Vice-Presidente do Conselho Nacional do Plano.



João Corregedor

Jornalista, nasceu em 1938. Iniciou a sua actividade profissional desde muito jovem no antigo Jornal «República». Mais tarde transitou para o Jornal «O Século», tendo sido escolhido, sem votos contrários, para integrar o quadro de chefia daquele diário. Activista sindical, foi sucessivamente eleito para o Conselho de Redacção, para a Comissão de Trabalhaores e para o Secretariado Executivo daquele Jornal. É chefe de redacção de uma agência noticiosa internacional. Foi membro do Conselho de Informação para a Anop/EP. Foi director do Cine-Clube ABC e Vice-Presidente do Congresso da Federação Portuguesa de Andebol. Participou activamente, desde a juventude, nas lutas antifascistas, tendo sido preso pela PIDE. É membro da Comissão Política, do Secretariado da Comissão Política e do Conselho Nacional do MDP/CDE e foi deputado por aquele partido na II e III Legislativas.



João Amaral

Licenciado em Direito, trabalhador da Função Pública, 41 anos. Activista do movimento estudantil democrático, designadamente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto de 1972 a 1974, nomeado pela direcção democrática eleita pela classe. Após o 25 de Abril, nos I a V Governos Provisórios foi chefe de Gabinete dos Ministros do Trabalho (Avelino Gonçalves e Costa Martins) e, no VI Governo Provisório, dos Secretários de Estado da Estruturação Agrária António Bica e Victor Louro. Foi chefe do gabinete de apoio do Grupo Parlamentar do PCP de 76 a 79 e de 81 a 83. Eleito deputado em 1979 e em 1983 pelo círculo eleitoral de Lisboa. É membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP. Entre outras actividades, exerce a função de membro da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional.



Maria Santos

Formada pelo Conservatório Nacional de Lisboa, Curso Superior de Educação pela Arte. Nasceu em Lisboa em 1952, é casada e tem uma filha de 11 anos. Actividade profissional actual e regular, reparte-se pela docência no Ensino Secundário Unificado, pelo Magistério Primário de Lisboa, Formação de Educadores e Coordenadora Pedagógica, Animadora cultural e Dirigente do Centro Cultural de Almada desde a sua fundação. Frequentemente presta apoio na orientação de Cursos de Reciclagem de Professores Primários e Educadores de

Infância da Rede Pública Nacional. Autora de textos para a Infância, colaboradora do programa «A criança e o Livro» da RTP. É membro da Assembleia Municipal de Almada, desde 1979, eleitas nas litas da APU. É membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Movimento Ecologista Português/Partido «Os Verdes».



Rogério Moreira

Estudante universitário, natural de Lisboa, de 22 anos. Foi membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Patrício Prazeres durante vários anos, e membro da Direcção da Associação de Estudantes, do Conselho Pedagógico e da A. Representantes do Instituto Superior de Economia. Pertence à Comissão do Curso do seu ano. É eleito APU na Assembleia de Freguesia de S. Jorge de Arroios, Lisboa. É membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.



Jorge Lemos

Professor, natural de Lisboa, 34 anos. Militante da União dos Estudantes Comunistas (UEC) desde Abril de 1974, colaborou com as CDE's em 1969 e em 1973. Foi dirigente da A.E. da Faculdade de Letras de Lisboa em 1971/72 e 1972/73, tendo sido suspenso por duas vezes devido às suas actividades antifascistas e em defesa dos direitos dos estudantes. Foi membro da Comissão Directiva da Faculdade de Letras em 1974 em representação dos estudantes. Membro da Direcção Regional de Lisboa da UEC entre 1974 e 1976, passando depois a integrar a organização dos Professores

de Lisboa do PCP. Deputado pelo PCP desde Julho de 1977, tem-se essencialmente ocupado de matérias relativas à comunicação social e a problemas da educação e ensino. Foi Presidente do Conselho de Informação para a Anop/EP de 1978 a 1984. É membro do Conselho Geral da Anop/EP, eleito pelo Conselho de Comunicação Social. É membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP. É membro eleito da Assembleia Municipal da Amadora.

PORTALEGRE



Joaquim Miranda

Membro da Comissão Distrital de Portalegre do Partido Comunista Português, 34 anos, economista. Vereador da Câmara Municipal de Portalegre entre 1978 e 1979. Foi técnico do Secretariado Distrital das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária. Já em anteriores eleições foi eleito deputado pelo círculo de Portalegre. Membro do secretariado do grupo parlamentar comunista. É natural de Portalegre.

PORTO



Carlos Costa

Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, 57 anos, natural de Fafe, intelectual. Militante do PCP desde 1943, tinha então apenas 15 anos. Em 1946 foi um dos fundadores do MUD-Juvenil e depois membro da sua Comissão Central. Preso pela primeira vez em 1948, com 20 anos, na altura membro do Comité Local de Fafe do PCP. Posto em liberdade em 1949, retoma a acção política e em 1951 passa à clandestinidade como funcionário do Partido. Nos anos seguintes participa na organização de numerosas lutas operárias e populares e desempenha várias tarefas de responsabilidade no quadro da organização do Partido. Em 1960 é eleito para o Comité Central. Nesse mesmo ano é um dos participantes na histórica fuga de Peniche.

No total, passou 15 anos da sua vida nas prisões fascistas. Eleito em anteriores actos eleitorais pelo círculo do Porto.

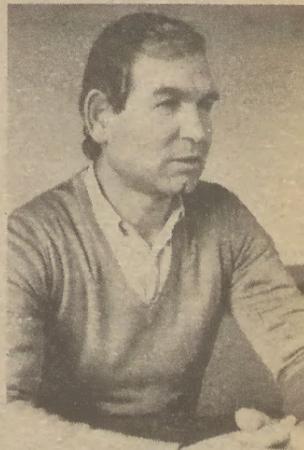


Ângelo Veloso

Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, 54 anos, intelectual, natural do Bonfim, Porto. Membro do Partido desde 1949. Ainda estudante liceal adere ao MUD-Juvenil. Participa nas actividades associativas no Porto e em Lisboa. Com 19 anos é preso pela primeira vez. Em fins de 1950 passa a fazer parte da Comissão Central do MUD-Juvenil. Em 1955, a Pide volta a detê-lo. É um dos sete primeiros réus do célebre processo dos 52, que envolveu homens

como Agostinho Neto, Óscar Lopes, Borges Coelho, Hernâni Silva e outros. Depois de mais de quatro anos de prisão, deixa Peniche em liberdade condicional. Como funcionário do PCP, retoma depois a actividade revolucionária.

Em 1966 passa a integrar o Comité Central. Após as grandes lutas de massas em 68/69 é preso de novo, sendo condenado a mais sete anos de cárcere. A 26 de Abril de 1974 é um dos antifascistas libertados da fortaleza de Peniche pelas Forças Armadas. Sofreu no total cerca de 11 anos de prisão. Tem sido eleito pelo círculo do Porto para a Assembleia Constituinte (75) e para a Assembleia da República.



António Mota

Membro do Comité Central do PCP, 48 anos, operário metalúrgico. Integra a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP. Eleito para a Assembleia Municipal do Porto. Foi um dos fundadores da Intersindical. Eleito representante dos trabalhadores portugueses, foi impedido em 1972 de participar na delegação portuguesa aos trabalhos da OIT por ordem expressa do governo fascista. Membro do secretariado do grupo parlamentar comunista na AR. Eleito pelo círculo do Porto em anteriores eleições.



Raul Castro

Membro do Secretariado do MDP/CDE e vice-presidente da sua Comissão Nacional, 63 anos, advogado, deputado em anteriores eleições por este círculo do Norte. Personalidade bem conhecida dos meios antifascistas, foi



um activista destacado da Oposição Democrática à ditadura de Salazar e Caetano. Participou em todas as campanhas eleitorais da Oposição.



Ilda Figueiredo

Militante do PCP, economista, 36 anos. Foi dirigente da Juventude Operária Católica em Aveiro. Vereadora da Câmara Municipal de Gaia. Membro do secretariado do grupo parlamentar do PCP. Eleita em anteriores eleições para a AR.

SANTARÉM



Dias Lourenço

Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, 70 anos, natural de Vila Franca de Xira. Militante do PCP desde 1932, membro do primeiro Comité Regional do Ribatejo, operário metalúrgico das OGMA e da Soda-Póvoa. Passou à clandestinidade em 1942, eleito para o Comité Central em 1943. Preso pela primeira vez em 1949, evadido da fortaleza de Peniche em 1954, é preso pela segunda vez em 1962 e libertado em Abril de 1974. No total, passou 17 anos da sua vida nas prisões fascistas. Jornalista e director do Avante!, órgão central do PCP, eleito sucessivamente deputado desde a Assembleia Constituinte em 1975.



Álvaro Brasileiro

Membro do Partido Comunista Português desde 1960. Natural de Alpiarça, 50 anos, operário agrícola, lutador activo em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores da terra. Preso 16 meses pela polícia política do fascismo, foi candidato em 1973 pela CDE. Vogal da Assembleia Municipal de Alpiarça. Eleito para a AR em anteriores eleições pelo círculo de Santarém. Foi presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

SETÚBAL



Domingos Abrantes

Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, 49 anos, operário, natural de Vila Franca de Xira. Pertenceu ao MUD-Juvenil, tendo participado activamente nas lutas e nas acções da juventude contra a ditadura. Entrou para o Partido com 18 anos. Desde 1964 que faz parte do Comité Central do PCP. Preso por duas vezes pela polícia política do fascismo: em 1959 e 1965. Em 1961 tinha-se evadido do forte de Caxias. No total, passou 11 anos e meio nas prisões do regime fascista. Tem sido eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Setúbal.



José Vitoriano

Membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, 67 anos, operário, natural de Silves. Foi presidente do Sindicato dos Corticeiros do Algarve, tendo desempenhado uma acção destacada nas lutas dos trabalhadores daquele sector por direitos e regalias, numa acção significativa contra a ditadura. Foi preso pela Pide duas vezes: a primeira em 1948 e a segunda em 1953. No total, sofreu mais de 17 anos de prisão. De 1966 até Abril de 74 manteve trabalho político intenso nas condições rigorosas da clandestinidade. Eleito nas anteriores eleições, exerceu funções de vice-presidente da Assembleia da República em sucessivas legislaturas.



José Manuel Maia

Membro suplente do Comité Central do Partido Comunista Português, serralheiro mecânico, operário da Lisnave, 39 anos. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Lisnave. Eleito em 1975 para a Assembleia Constituinte pelo distrito de Setúbal e mais tarde nas sucessivas eleições para a AR, onde exerceu funções de secretário da Mesa da Presidência.



Carlos Manafaia

Membro do PCP desde 1976, pescador e residente em Sines, 54 anos. Antigo campeão nacional de caça submarina, tendo participado em campeonatos mundiais da modalidade no Brasil e em Cuba, num Europeu em Espanha e nos antigos Luso-Brasileiros. É membro da Assembleia Municipal de Sines e suplente dos corpos gerentes da Mútua dos Pescadores. Anteriormente, conheceu outras profissões.



Odete Santos

Militante do Partido Comunista Português, 44 anos, advogada em Setúbal. Deputada na legislatura de 1980/83. Membro do Conselho Nacional do MDM e da Assembleia Municipal de Setúbal.



Rogério de Brito

Membro do Partido Comunista Português, 39 anos, engenheiro técnico agrícola, com participação activa no apoio às UCPs/Cooperativas. Deputado na Assembleia da República 1980/1983.



Jorge Patrício

Dirigente nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Operário da Setenave, 27 anos. Deputado na Assembleia da República na legislatura de 1980/1983.



Resultados por distrito

Distrito de AVEIRO

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	12 198	3,8	-	28 238	7,9	1	24 553	6,8	1	23 963	7,0	1	22 673	6,5	1
PS	100 082	30,8	5	101 550	28,3	5	97 457	27,1	4	125 035	36,6	6	80 636	22,9	4
PPD/PSD	113 705	35,0	6	-	-	-	-	-	-	119 058	34,8	6	135 043	38,4	6
CDS	72 842	22,5	4	-	-	-	-	-	-	56 115	16,4	2	47 482	13,5	2
AD	-	-	-	202 729	56,6	9	211 408	58,8	10	-	-	-	-	-	-
UDP	2 975	0,9	-	4 147	1,1	-	2 674	0,7	-	1 684	0,5	-	2 776	0,8	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46 927	13,3	2

Distrito de BEJA

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	52 948	44,0	4	63 499	50,6	3	57 988	47,1	3	56 986	49,4	3	50 632	44,8	3
PS	38 258	31,8	2	27 503	21,9	1	25 996	21,1	1	32 265	28,0	2	22 759	20,1	1
PPD/PSD	9 916	8,2	-	-	-	-	-	-	-	13 545	11,8	-	15 550	13,8	1
CDS	5 002	4,2	-	-	-	-	-	-	-	4 719	4,1	-	2 471	2,2	-
AD	-	-	-	23 815	19,0	1	27 619	22,4	1	-	-	-	-	-	-
UDP	2 670	2,2	-	2 196	1,7	-	1 589	1,3	-	980	0,9	-	1 448	1,3	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13 103	11,6	-

Distrito de BRAGA

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	13 744	4,1	-	38 057	10,0	1	32 449	8,4	1	33 336	8,8	1	33 846	8,5	1
PS	108 292	32,1	6	114 648	30,1	5	113 648	29,3	5	149 782	39,7	7	86 337	21,8	4
PPD/PSD	96 737	28,7	5	-	-	-	-	-	-	101 826	27,0	5	130 026	32,8	6
CDS	85 260	25,3	4	-	-	-	-	-	-	69 051	18,3	3	55 416	14,0	2
AD	-	-	-	196 823	51,8	9	212 676	54,9	9	-	-	-	-	-	-
UDP	3 513	1,0	-	5 409	1,4	-	3 346	0,9	-	1 686	0,5	-	2 915	0,7	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66 477	16,8	3

Distrito de BRAGANÇA

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	2 561	2,7	-	6 098	5,7	-	4 941	4,8	-	4 415	4,8	-	4 967	5,3	-
PS	21 512	22,6	1	23 351	22,0	1	21 905	21,3	1	28 185	30,4	1	21 061	22,7	1
PPD/PSD	31 627	33,2	2	-	-	-	-	-	-	33 196	35,8	2	36 068	38,9	2
CDS	26 960	28,3	2	-	-	-	-	-	-	19 382	20,9	1	15 786	17,0	1
AD	-	-	-	63 956	60,4	3	67 153	65,3	3	-	-	-	-	-	-
UDP	765	0,8	-	1 890	1,7	-	977	0,9	-	457	0,5	-	779	0,8	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 464	6,9	-



Distrito de CASTELO BRANCO

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	9 368	6,6	-	19 052	12,4	-	15 946	10,5	-	15 616	11,3	-	12 612	8,9	-
PS	51 829	36,4	3	42 420	27,6	3	46 182	30,3	2	51 483	37,1	3	26 138	18,5	1
PPD/PSD	32 085	22,6	2	-	-	-	-	-	-	42 461	30,6	2	44 110	31,2	3
CDS	28 175	19,8	2	-	-	-	-	-	-	18 264	13,2	1	13 608	9,6	-
AD	-	-	-	76 475	49,8	4	77 675	51,0	4	-	-	-	-	-	-
UDP	1 528	1,1	-	2 705	1,7	-	1 115	0,7	-	873	0,6	-	1 460	1,0	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34 505	24,4	2

Distrito de COIMBRA

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.
PCP/APU	17 405	7,2	1	29 923	11,1	1	26 231	9,9	1	26 471	10,7	1	25 154	10,2	1
PS	98 213	40,9	6	94 056	35,0	5	95 350	35,9	5	112 518	45,3	6	70 436	28,5	3
PPD/PSD	64 117	26,7	4	-	-	-	-	-	-	68 935	27,8	3	72 784	29,4	4
CDS	30 004	12,5	1	-	-	-	-	-	-	25 375	10,2	1	21 192	8,6	1
AD	-	-	-	121 701	45,3	6	122 488	46,1	6	-	-	-	-	-	-
UDP	2 765	1,2	-	3 520	1,3	-	2 124	0,8	-	1 808	0,7	-	1 960	0,8	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41 859	16,9	2

Distrito de ÉVORA

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	52 378	43,0	4	61 433	48,8	3	57 521	45,7	3	56 722	47,6	3	48 661	41,2	2
PS	36 876	30,3	2	21 218	16,8	1	23 484	18,7	1	28 486	23,9	1	16 885	14,3	1
PPD/PSD	11 159	9,2	-	-	-	-	-	-	-	22 184	18,6	1	22 546	19,1	1
CDS	9 713	8,0	-	-	-	-	-	-	-	5 395	4,5	-	3 884	3,3	-
AD	-	-	-	33 826	26,8	1	36 767	29,2	1	-	-	-	-	-	-
UDP	3 155	2,6	-	2 076	1,6	-	1 161	0,9	-	902	0,8	-	1 293	1,1	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18 598	15,8	1

Distrito de FARO

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	27 667	14,5	1	41 639	20,2	2	34 486	16,7	1	36 141	18,6	2	30 132	15,3	2
PS	85 410	44,7	6	69 831	33,9	3	71 588	34,7	4	83 718	43,2	5	43 923	22,3	2
PPD/PSD	36 905	19,3	2	-	-	-	-	-	-	44 758	23,1	2	55 763	28,3	3
CDS	12 799	6,7	-	-	-	-	-	-	-	14 428	7,4	-	12 019	6,1	-
AD	-	-	-	71 088	34,5	4	76 769	37,2	4	-	-	-	-	-	-
UDP	4 933	2,6	-	6 486	3,1	-	3 869	1,9	-	2 272	1,2	-	3 116	1,6	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40 339	20,5	2

Resultados nacionais das eleições para a AR

	1976			1979			1980			1983			1985 ⁽¹³⁾		
	Números	%	M	Números	%	M	Números	%	M	Números	%	M	Números	%	M
Eleitores inscritos ...	6 402 035	•	263	6 894 636	•	250	7 179 023	•	250	7 337 064	•	250	7 619 978	•	250 ⁽¹⁴⁾
Votantes	5 482 723	85,64	•	6 007 453	87,13	•	6 026 395	83,94	•	5 707 695	77,79	•	5 743 948	75,38	•
Abstenção	919 312	14,36	•	887 183	12,87	•	1 152 628	16,06	•	1 629 369	22,21	•	1 876 030	24,62	•
Votos brancos	— ⁽¹⁾	—	•	42 863	0,71	•	34 522	0,57	•	42 494	0,74	•	47 724	0,83	•
Votos nulos	257 612	4,7	•	120 851	2,01	•	103 140	1,71	•	104 276	1,83	•	102 562	1,79	•
PCP/APU⁽²⁾	786 701	14,35	40	1 129 322	18,8	47	1 009 505	16,75	41	1 031 609	18,07	44	893 180	15,55	38 ⁽¹⁵⁾
PS⁽²⁾	1 911 769	34,87	107	1 642 136	27,33	74	1 673 279 ⁽⁶⁾	27,76	74	2 061 309	36,12	101	1 195 439	20,81	56 ⁽¹⁶⁾
PPD/PSD	1 336 697	24,38	73	141 227 ⁽⁷⁾	2,35	7	147 644 ⁽⁷⁾	2,45	8	1 554 804	27,24	75	1 710 982	29,79	86 ⁽¹⁷⁾
CDS	877 494	16,0	42	23 523 ⁽⁷⁾	0,39	—	13 765 ⁽⁷⁾	0,23	—	716 705	12,56	30	559 660	9,74	21 ⁽¹⁸⁾
PPM	28 352	0,52	—	—	—	—	—	—	—	27 635	0,48	—	—	—	—
AD	2 242 543 ⁽⁸⁾	40,9	115	2 554 458 ⁽⁸⁾	42,52	121	2 706 667 ⁽¹⁰⁾	44,91	126	—	—	—	—	—	—
UDP	91 691	1,67	1	130 842	2,18	1	83 204	1,38	1	27 260	0,48	—	72 935	1,27	—
PSR	—	—	—	36 978	0,62	—	60 496	1,0	—	13 327	0,23	—	34 823	0,61	—
UDP/PSR⁽⁴⁾	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25 222	0,44	—	—	—	—
PDC⁽⁵⁾	29 873	0,54	—	72 514	1,21	—	23 819	0,4	—	39 180	0,69	—	39 681	0,69	—
MRPP	36 108	0,66	—	53 268	0,39	—	35 409	0,59	—	20 995	0,37	—	19 501	0,34	—
AOC	15 756	0,29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MES	31 315	0,57	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PRT	5170	0,09	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PCP (m-I)	15 795	0,29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
OCMLP	—	—	—	3433	0,06	—	3913	0,06	—	6113	0,11	—	—	—	—
LCI	16 263	0,30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FSP	42 124	0,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
POUS	—	—	—	12 713	0,21	—	83 095 ⁽¹¹⁾	1,38	—	19 657	0,34	—	18 668	0,33	—
UEDS⁽²⁾	—	—	—	43 325	0,72	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PT	—	—	—	—	—	—	39 408 ⁽¹²⁾	0,65	—	—	—	—	—	—	—
PDA	—	—	—	—	—	—	8529	0,14	—	5523	0,10	—	—	—	—
LST	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11 500	0,20	—	—	—	—
PRD	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 036 185	18,04	45
PC(r)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12 608	0,22	—



(1) — Em 1976 os votos brancos foram contados como nulos.
 (2) — Em 1976, PCP, nos outros anos APU.
 (3) — Em 1980 o PS concorreu coligado com a FRS e a ASDI sob a sigla FRA.
 (4) — Em 1983 a UDP coligou-se com o PSR nos distrito de Lisboa, Porto e Coimbra, cujos resultados aparecem nesta linha, o MIRN/PPD e a FN.
 (5) — O PDC concorreu em 1980 coligado com o MIRN/PPD e a FN.
 (6) — Soma dos votos dos partidos que viriam a constituir a AD. Como se sabe, em 1976 o número de deputados era de 263, passando nas eleições seguintes a 250; se em 1976 os partidos da AD tivessem concorrido coligados, e o número de deputados já fosse de 250, este número de votos corresponderiam a 116 deputados.
 (7) — Refere-se aos resultados obtidos nos Açores e na Madeira, onde não se constituiu AD, tendo PPD e CDS concorrido separados.
 (8) — Para se ter uma ideia correcta da votação dos partidos da direita será necessário acrescentar a este número o dos votos obtidos pelo PPD e pelo CDS na Mdeira e nos Açores a que se refere a nota (7), o que dará um total de 2 719 208 (45,26 por cento e 128 deputados).
 (9) — Nestes resultados estão somados os votos obtidos pela FRS no Continente (1 606 198) e os obtidos pelo PS nos Açores, Madeira e Emigração, em que concorreu sozinho (67 081, correspondente a 3 mandatos).
 (10) — Idêntica situação à referida na nota (8) e que fornece um total para os partidos da direita de 2 868 076, uma percentagem de 47,59 por cento e 134 mandatos.
 (11) — Em 1980 o POUS concorreu coligado com o PST.
 (12) — Em 1980 o PDA concorreu coligado com a UDA.
 (13) — Todos os resultados relativos a 1985 são provisórios e referem-se exclusivamente ao Continente e Regiões Autónomas, faltando ainda escrutinar a votação dos círculos da emigração da Europa e de Fora da Europa. Os números que publicamos são os fornecidos oficialmente na altura em que apenas faltavam apurar os resultados de quatro freguesias (segunda-feira, 7 de Outubro, às 15.41 h). Sucede que estas quatro freguesias são duas do concelho de Vizela mais as de Lever e Raiva onde, por motivos vários, não se realizaram eleições, pelo que os dados apresentados se podem considerar praticamente definitivos.
 (14) — Para as eleições de 1985 verificaram-se alguns ajustes na distribuição de deputados que não alteraram contudo o seu número total: o círculo de Portalegre elegeu menos um deputado, enquanto o do Porto elegeu mais um. No total de 250 incluem-se 2 deputados correspondentes ao círculo de emigração na Europa e 2 ao de emigração fora da Europa que (cf. nota (13)) não estão ainda escrutinados. Nestas condições, o total de deputados que se indica em seguida como já eleitos corresponde aos 246 dos círculos do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.
 (15) — Dada a falta de apuramento definitivo a distribuição de quatro lugares de deputados. A análise dos números existentes assegura contudo que, seja qual for a solução a dar à situação daquelas freguesias, é impossível que os seus resultados modifiquem a distribuição destes quatro deputados, dos quais caberá um à APU, outro ao PS, outro ao PPD/PSD e outro ao CDS. Os números de mandatos indicados neste quadro incluem já esta distribuição.
 (16) — Idem nota (15).
 (17) — Idem nota (15).
 (18) — Idem nota (15).

Distrito da **GUARDA**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	3 549	2,9	-	7 108	5,3	-	6 517	4,9	-	5 806	4,9	-	6 209	5,2	-
PS	30 622	25,1	2	34 603	26,0	1	34 428	26,3	1	39 618	33,5	2	27 506	23,1	2
PPD/PSD	31 263	25,7	2	-	-	-	-	-	-	37 233	31,5	2	39 831	33,5	2
CDS	39 101	32,1	2	-	-	-	-	-	-	28 135	23,8	1	22 830	19,2	1
AD	-	-	-	80 280	60,4	4	79 196	60,5	4	-	-	-	-	-	-
UDP	1 364	1,1	-	1 118	0,8	-	971	0,7	-	410	0,4	-	944	0,8	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12 927	10,9	-

Distrito de **LEIRIA**

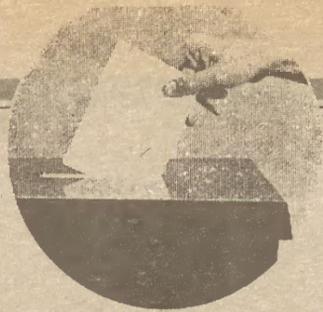
	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.
PCP/APU	16 227	7,3	1	27 503	10,8	1	24 460	9,7	1	22 572	9,5	1	19 769	8,1	1
PS	69 224	31,1	4	58 754	23,1	3	57 117	22,7	3	78 041	32,7	4	47 344	19,4	2
PPD/PSD	69 350	31,1	4	-	-	-	-	-	-	84 862	35,6	4	93 504	38,4	5
CDS	43 212	19,4	2	-	-	-	-	-	-	38 556	16,2	2	29 382	12,1	1
AD	-	-	-	142 556	56,0	7	150 353	59,8	7	-	-	-	-	-	-
UDP	2 129	0,9	-	3 765	1,4	-	2 618	1,0	-	1 590	0,7	-	2 258	0,9	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37 499	15,4	2

Distrito de **LISBOA**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	263 047	21,9	14	341 454	26,1	16	304 693	23,1	13	320 066	25,3	15	258 696	20,1	12
PS	460 696	38,3	25	338 072	25,8	15	370 412	28,0	17	453 116	35,8	21	254 924	19,9	12
PPD/PSD	196 068	16,3	10	-	-	-	-	-	-	276 660	21,8	13	329 298	25,6	15
CDS	156 537	13,0	8	-	-	-	-	-	-	148 379	11,7	7	103 592	8,0	4
AD	-	-	-	521 439	39,8	24	548 892	41,6	25	-	-	-	-	-	-
UDP	31 626	2,6	1	35 850	2,7	1	22 935	1,7	1	15 940	1,3	-	20 800	1,6	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273 488	21,2	13

Distrito de **PORTALEGRE**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	21 135	22,0	1	29 023	29,3	1	25 907	26,1	1	25 615	28,7	1	23 539	25,1	1
PS	40 295	41,9	3	29 359	29,6	1	32 119	32,4	1	34 299	38,5	2	22 156	23,7	1
PPD/PSD	9 679	10,1	-	-	-	-	-	-	-	17 053	19,1	1	19 536	20,9	1
CDS	13 375	13,9	-	-	-	-	-	-	-	6 715	7,5	-	4 589	4,9	-
AD	-	-	-	31 692	32,0	2	33 152	33,4	2	-	-	-	-	-	-
UDP	950	1,0	-	1 706	1,7	-	658	0,7	-	482	0,5	-	938	1,0	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 554	18,8	-



Distrito do PORTO

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	69 264	8,4	3	131 757	14,4	6	110 013	11,9	5	121 181	13,6	5	111 171	12,1	5
PS	337 126	40,7	18	316 791	34,7	14	316 032	34,3	14	383 485	43,0	18	217 110	23,5	9
PPD/PSD	223 181	27,0	11	-	-	-	-	-	-	233 615	26,2	10	269 911	29,3	11
CDS	129 913	15,7	6	-	-	-	-	-	-	111 097	12,5	5	89 796	9,7	3
AD	-	-	-	404 453	44,3	18	429 685	46,6	19	-	-	-	-	-	-
UDP	12 585	1,5	-	17 158	1,8	-	12 592	1,4	-	7 338	0,8	-	9 800	1,1	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188 569	20,4	8

Distrito de SETÚBAL

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	159 079	44,3	9	189 403	46,9	9	179 030	44,0	9	183 372	45,9	8	160 625	38,2	7
PS	115 346	32,1	7	86 086	21,3	4	95 841	23,5	4	122 531	30,6	6	69 606	16,5	3
PPD/PSD	30 142	8,4	1	-	-	-	-	-	-	50 657	12,7	2	64 608	15,4	3
CDS	15 734	4,4	-	-	-	-	-	-	-	20 578	5,1	1	16 168	3,8	-
AD	-	-	-	89 918	22,2	4	97 930	24,1	4	-	-	-	-	-	-
UDP	10 065	2,8	-	15 958	3,9	-	11 453	2,8	-	6 959	1,7	-	8 189	2,0	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85 886	20,4	4

Distrito de SANTARÉM

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.									
PCP/APU	43 822	16,1	2	62 650	21,6	3	55 248	19,0	2	54 473	20,0	3	45 456	16,6	2
PS	104 407	38,3	6	78 971	27,3	3	88 389	30,4	4	104 824	38,4	5	51 386	18,5	2
PPD/PSD	53 161	19,5	3	-	-	-	-	-	-	67 238	24,7	3	76 949	27,7	4
CDS	37 678	13,8	2	-	-	-	-	-	-	27 312	10,0	1	21 263	7,7	1
AD	-	-	-	118 547	40,9	6	122 261	42,1	6	-	-	-	-	-	-
UDP	4 531	1,6	-	6 272	2,1	-	3 482	1,2	-	2 677	1,0	-	3 073	1,1	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66 167	23,8	3

Distrito de VIANA DO CASTELO

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	8 612	6,6	-	14 227	9,7	-	14 548	10,0	-	13 572	9,9	-	11 586	8,2	-
PS	33 286	25,6	2	36 056	24,7	2	33 245	22,8	1	44 711	32,5	2	25 911	18,4	1
PPD/PSD	42 527	32,7	3	-	-	-	-	-	-	44 869	32,6	3	47 221	33,5	3
CDS	30 481	23,5	2	-	-	-	-	-	-	25 291	18,4	1	23 341	17,0	1
AD	-	-	-	79 621	54,6	4	86 186	59,2	5	-	-	-	-	-	-
UDP	1 130	0,9	-	1 295	0,8	-	996	0,7	-	525	0,4	-	1 342	1,0	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 897	16,2	1

Distrito de **VILA REAL**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	4 081	3,2	-	8 907	6,1	-	7 374	5,1	-	7 089	5,4	-	7 807	5,9	-
PS	34 025	26,2	2	36 160	24,8	2	32 733	22,8	1	42 758	32,3	2	30 109	22,9	2
PPD/PSD	50 593	39,0	4	-	-	-	-	-	-	55 547	42,0	3	55 318	42,1	3
CDS	23 750	18,3	1	-	-	-	-	-	-	16 768	12,7	1	16 374	12,5	1
AD	-	-	-	83 974	57,6	4	89 209	62,1	5	-	-	-	-	-	-
UDP	1 189	0,9	-	2 214	1,5	-	1 097	0,8	-	832	0,7	-	1 103	0,8	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 346	8,6	-

Distrito de **UISEU**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.	VOTOS	%	DEP.
PCP/APU	4 959	2,3	-	13 332	5,5	-	11 936	5,0	-	10 163	4,6	-	11 206	5,0	-
PS	50 034	23,0	3	51 145	21,2	2	50 272	20,9	2	68 835	30,9	4	44 427	20,0	2
PPD/PSD	70 152	32,3	4	-	-	-	-	-	-	81 494	36,6	4	84 002	37,7	5
CDS	67 803	31,2	4	-	-	-	-	-	-	46 015	20,7	2	44 333	19,9	2
AD	-	-	-	155 052	64,2	8	160 593	66,8	8	-	-	-	-	-	-
UDP	2 024	0,9	-	3 317	1,3	-	1 536	0,6	-	1 105	0,5	-	1 441	0,7	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24 120	10,8	1

Distrito dos **AÇORES**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	1 870	1,5	-	3 971	3,0	-	3 671	3,0	-	3 303	3,1	-	4 521	4,4	-
PS	42 726	33,6	2	38 745	29,7	2	32 812	27,2	1	33 408	31,1	2	20 798	20,0	1
PPD/PSD	62 956	49,5	4	67 526	51,8	3	68 663	57,0	4	58 536	54,5	3	50 015	48,2	3
CDS	13 532	10,6	-	9 505	7,3	-	5 467	4,5	-	5 020	4,7	-	6 689	6,4	-
AD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UDP	-	-	-	2 253	1,7	-	1 566	1,3	-	614	0,6	-	1 187	1,1	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 747	15,2	1

Distrito da **MADEIRA**

	1976			1979			1980			1983			1985		
	VOTOS	%	DEP.												
PCP/APU	1 680	1,5	-	3 874	3,0	-	3 621	2,9	-	3 300	2,8	-	3 918	3,2	-
PS	28 673	25,0	1	21 891	17,1	1	20 531	16,5	1	28 888	24,4	1	15 987	13,2	1
PPD/PSD	60 923	53,0	4	73 514	57,7	4	78 981	63,6	4	66 611	56,2	4	68 899	56,7	4
CDS	15 308	13,3	1	13 987	10,9	-	8 298	6,7	-	9 734	8,2	-	9 445	7,8	-
AD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UDP	1 467	1,3	-	8 430	6,6	-	5 578	4,5	-	3 212	2,7	-	6 113	5,0	-
PRD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 743	9,7	-

Resultados por concelho

AVEIRO

	1980						1983						1985											
	APU		PS		AD		APU		PS		PSD		CDS		APU		PS		PSD		CDS		PRD	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Águeda	1 916	7,5	7 144	28,0	14 689	57,5	1 671	7,1	9 244	39,2	6 988	29,7	4 496	19,1	1 609	6,8	6 429	27,0	8 204	34,5	3 973	16,7	2 410	10,1
Albergaria-a-Velha	536	4,3	2 873	23,2	8 111	65,5	534	4,6	3 853	33,2	4 313	37,2	2 317	20,0	521	4,4	2 518	21,1	4 805	40,3	2 077	17,4	1 407	11,8
Anadia	774	4,2	3 965	21,4	12 529	67,6	672	3,9	5 136	29,6	7 578	43,6	3 040	17,5	682	3,9	3 621	20,7	8 241	47,0	2 690	15,3	1 283	7,3
Arouca	517	4,1	1 811	14,4	9 260	73,4	446	3,5	3 048	23,9	5 530	43,4	2 935	23,1	428	3,3	2 080	16,0	6 040	46,5	2 404	18,5	1 222	9,4
Aveiro	2 641	7,3	8 650	23,9	22 686	62,6	2 601	7,5	11 580	33,4	9 943	28,7	8 835	25,5	2 482	6,9	7 196	20,0	12 871	35,7	6 765	18,8	4 824	13,4
Castelo de Paiva	515	5,8	2 769	31,0	4 704	52,7	432	5,1	3 871	45,4	2 977	34,4	782	9,2	314	4,1	2 392	31,5	2 761	36,4	594	7,8	1 028	13,6
Espinho	2 749	14,0	6 756	34,3	9 014	45,8	2 919	15,2	7 651	40,0	5 908	30,9	1 812	9,5	2 639	13,1	4 915	24,4	7 129	35,3	1 381	6,9	3 180	15,8
Estarreja	1 224	7,9	3 085	19,9	10 111	65,2	1 253	8,5	4 281	29,1	6 127	41,6	2 193	14,9	1 069	7,1	2 482	16,5	6 430	42,8	1 671	11,1	2 511	16,7
Feira	3 780	6,2	22 394	36,9	29 860	49,2	3 728	6,4	27 550	47,2	18 034	30,9	6 204	10,6	4 005	6,5	18 442	30,1	21 823	35,6	5 489	9,0	8 301	13,6
Ilhavo	996	5,9	4 226	25,0	10 407	61,6	1 189	7,5	5 822	36,6	5 891	37,0	2 260	14,2	1 043	6,3	3 710	22,4	6 803	41,1	1 859	11,2	2 294	13,9
Mealhada	918	8,2	4 982	44,8	4 370	39,3	1 102	10,5	5 548	53,0	2 625	25,1	678	6,5	1 096	10,6	3 719	36,0	2 720	26,4	727	7,0	1 455	14,1
Murtosa	211	3,7	635	11,3	4 361	77,4	169	3,3	1 047	20,2	2 972	57,4	676	13,0	146	2,9	715	14,1	3 055	60,2	536	10,6	328	6,5
Oliveira de Azeméis	2 510	7,1	10 062	28,3	20 170	56,8	2 214	6,6	13 358	39,8	11 877	35,4	4 452	13,3	1 881	5,4	7 913	22,7	13 094	37,5	3 842	11,0	6 204	17,8
Oliveira do Bairro	249	2,2	1 308	11,8	8 839	79,6	222	2,1	1 707	16,5	5 036	48,7	2 871	27,3	177	1,7	1 176	11,1	5 648	53,1	2 570	24,2	577	5,4
Ovar	2 561	11,4	7 193	32,1	10 750	48,0	2 893	12,3	9 879	42,0	7 054	30,0	2 467	10,8	2 720	11,2	5 421	22,4	8 091	33,4	1 684	6,9	4 845	19,9
S. João da Madeira	1 045	9,9	3 673	34,7	5 174	48,9	963	9,5	4 471	43,9	2 647	26,0	1 670	16,4	948	8,6	2 847	25,9	3 237	29,5	1 508	13,7	1 920	17,5
Sever do Vouga	333	4,0	1 244	15,1	6 193	74,9	280	3,5	1 666	20,6	4 244	52,4	1 538	19,0	277	3,3	1 264	15,2	3 925	47,1	1 740	20,9	695	8,3
Vagos	204	1,4	909	8,5	9 027	84,7	152	1,5	1 328	13,2	4 932	48,9	3 006	29,8	125	1,2	1 138	11,0	5 309	51,5	2 884	28,0	426	4,1
Vale de Cambra	689	5,0	2 748	19,7	9 499	68,3	518	3,8	3 982	29,5	4 347	32,2	3 874	28,7	512	3,7	2 658	19,1	4 857	34,8	3 088	22,1	2 016	14,5

falta apurar os resultados de uma freguesia do concelho de Castelo de Paiva

BEJA

Aljustrel	4 922	55,5	1 922	21,7	1 397	15,8	4 806	57,1	2 341	27,8	644	7,6	197	2,3	4 574	54,4	1 791	21,3	662	7,9	136	1,6	676	8,0
Almodôvar	1 552	25,8	2 257	37,5	1 602	26,6	1 631	29,4	2 428	43,8	923	16,7	170	3,1	1 270	22,0	2 399	41,6	1 071	18,6	102	1,8	485	8,4
Alvito	878	43,0	364	17,8	634	31,1	867	45,1	478	24,9	307	16,0	119	6,2	727	38,4	285	15,1	479	25,3	28	1,5	234	12,4
Barrancos	487	38,4	467	36,8	177	14,0	767	58,9	355	27,3	71	5,5	29	2,2	659	50,8	266	20,5	71	5,5	23	1,8	183	14,1
Beja	12 120	48,0	5 237	20,7	5 892	23,3	11 558	48,7	6 591	27,8	3 020	12,7	1 235	5,2	10 378	43,9	4 913	20,8	3 622	15,3	533	2,3	2 625	11,1
Castro Verde	2 703	57,3	761	16,1	818	17,3	2 534	57,0	1 085	24,4	421	9,5	85	1,9	2 380	53,8	778	17,6	491	11,1	64	1,4	373	8,4
Cuba	2 316	55,5	691	16,6	875	21,0	2 303	58,6	869	22,1	366	9,3	187	4,8	2 024	52,8	574	15,0	493	12,9	88	2,3	412	10,7
Ferreira do Alentejo	3 642	47,4	1 533	20,0	1 882	24,5	3 623	50,0	2 278	31,5	735	10,1	203	2,8	3 143	45,1	1 623	23,3	753	10,8	111	1,6	844	12,1
Mértola	4 110	55,1	1 213	16,3	1 366	18,3	3 898	57,2	1 589	23,3	541	7,9	242	3,6	3 575	55,0	1 107	17,0	625	9,6	135	2,1	471	7,2
Moura	5 630	45,4	2 947	23,8	2 585	20,9	5 574	48,4	3 618	31,4	949	8,2	487	4,2	4 322	39,8	2 068	19,1	1 107	10,2	258	2,4	2 127	19,6
Mourão	8 860	45,4	3 839	19,7	4 253	21,8	8 803	48,7	4 718	26,1	1 959	10,8	967	5,3	7 563	42,5	2 769	15,5	2 562	14,4	535	3,0	2 749	15,4
Ourique	1 940	37,1	1 007	19,2	1 742	33,3	1 957	40,0	1 212	24,8	1 238	25,3	161	3,3	1 823	37,7	907	18,8	1 302	26,9	75	1,5	401	8,3
Serpa	6 518	48,5	2 517	18,7	3 368	25,0	6 347	50,0	3 411	26,9	1 804	14,2	459	3,6	6 147	50,0	2 559	20,8	1 695	13,8	271	2,2	860	7,0
Vidigueira	2 309	45,8	1 241	24,6	1 028	20,4	2 318	50,2	1 191	25,8	568	12,3	178	3,9	2 047	45,1	720	15,9	617	13,6	112	2,5	663	14,6

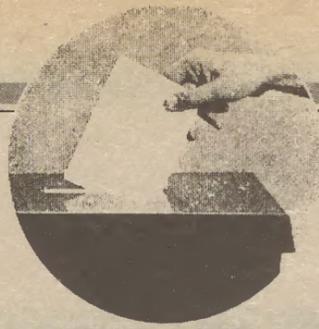
BRAGA

Amares	347	3,8	1 721	18,8	6 373	69,8	289	3,2	2 742	30,7	2 846	31,8	2 489	27,8	353	3,8	1 844	19,7	3 559	38,0	2 003	21,4	993	10,6
Barcelos	3 405	6,1	11 726	21,0	36 790	66,0	3 121	5,7	17 110	31,2	22 613	41,2	8 588	15,6	3 378	5,8	10 697	18,3	26 563	45,4	7 691	13,2	6 657	11,4
Braga	8 964	12,8	23 140	33,1	32 811	47,0	9 854	14,2	29 459	42,6	14 267	20,6	11 400	16,5	10 192	13,6	16 246	21,7	19 775	26,4	9 196	12,3	14 964	20,0
Cabeceiras de Basto	354	3,5	2 813	27,9	6 085	60,3	242	2,5	3 811	39,5	3 365	34,9	1 698	17,6	239	2,4	2 888	29,4	3 766	38,4	1 222	12,5	1 077	11,0
Celorico de Basto	555	4,6	2 240	18,6	8 007	66,7	370	3,3	3 141	28,1	2 895	25,9	3 910	35,0	392	3,5	1 873	16,5	3 559	31,3	3 099	27,3	1 526	13,4
Esposende	911	6,0	2 254	14,9	10 961	72,6	824	5,6	3 704	25,3	4 497	30,7	4 686	32,0	920	6,0	2 143	13,9	6 191	40,0	3 555	23,0	1 725	11,2
Fafe	1 848	7,2	9 226	36,0	12 259	47,9	1 777	7,2	11 160	45,4	6 629	27,0	3 388	19,8	1 868	7,3	7 572	29,6	8 229	32,2	2 437	9,5	3 688	14,4
Guimarães	8 853	11,0	30 878	38,4	34 091	42,3	9 907	12,5	37 669	47,7	13 658	17,3	11 866	16,3	9 567	12,2	18 346	23,3	18 297	23,2	9 784	12,4	17 868	22,7
Póvoa de Lanhoso	455	4,1	2 632	23,7	7 095	63,9	370	3,4	3 757	34,8	4 080	37,8	1 823	16,9	479	4,2	2 445	21,7	4 943	43,8	1 591	14,1	1 023	9,1
Terras de Bouro	302	5,2	897	15,6	4 172	72,4	289	5,3	1 293	23,5	2 762	5,2	741	13,5	285	5,1	875	15,6	2 739	48,8	761	13,6	579	10,3
Vieira do Minho	668	7,4	1 979	21,9	5 550	61,3	600	7,1	2 685	31,7	3 348	39,6	898	10,6	623	7,0	1 938	21,9	3 920	44,3	651	7,4	905	10,2
Vila Nova de Famalicão	4 892	8,1	20 079	33,1	31 672	52,3	5 064	8,5	27 056	45,6	14 490	24,4	9 835	16,6	4 829	7,5	15 629	24,3	19 652	30,6	7 943	12,4	12 983	20,2
Vila Verde	848	3,7	3 911	17,1	16 444	71,8	613	2,8	6 036	27,3	6 828	30,9	6 969	31,5	721	3,1	3 841	16,7	8 833	38,4	5 483	23,9	2 489	10,8

falta apurar os resultados de duas freguesias do concelho de Guimarães

BRAGANÇA

Alfândega da Fé	347	7,4	987	21,2	2 932	62,9	290	6,9	1 141	27,0	1 668	39,4	767	18,1	308	7,2	867	20,1	1 823	42,4	655	15,2	252	5,9
Bragança	914	4,5	4 981	24,6	12 764	62,9	882	4,9	6 326	35,0	5 918	32,7	3 492	19,3	992	5,4	4 701	25,7	6 610	36,1	2 852	15,6	1 660	9,1
Carrizada de Ansiães	206	3,2	1 209	18,9	4 466	69,7	176	3,1	1 501	26,2	1 561	27,2	2 053	35,8	272	4,9	1 090	19,5	2 231	40,0	1 008	18,1	413	7,4
Freixo de Espada à Cinta	260	7,6	1 065	31,0																				



COIMBRA

	1980						1983						1985											
	APU		PS		AD		APU		PS		PSD		CDS		APU		PS		PSD		CDS		PRD	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%										
Arganil	422	4,3	2 612	26,4	6 040	61,1	346	3,8	3 185	35,4	3 834	42,6	1 031	11,5	303	3,3	2 378	26,2	3 671	40,5	711	7,8	1 321	14,6
Cantanhede	699	3,1	5 615	24,7	14 897	65,6	687	3,3	7 276	34,5	8 808	41,8	3 312	15,7	665	3,2	5 464	26,6	8 289	40,3	3 821	18,6	1 202	5,9
Coimbra	13 147	15,2	32 953	38,0	34 492	39,8	13 559	16,4	37 816	45,7	18 194	22,0	8 898	10,7	13 201	15,7	22 345	26,5	20 700	24,6	6 432	7,6	16 967	20,2
Condeixa-a-Nova	898	11,1	3 398	41,9	3 123	38,5	905	12,0	3 873	51,5	1 725	22,9	521	6,9	925	12,1	2 392	31,3	1 964	25,7	341	4,5	1 536	20,1
Figueira da Foz	5 205	14,3	14 913	40,8	13 100	35,9	5 098	14,8	17 588	51,0	6 385	18,5	3 093	9,0	4 111	12,1	9 000	26,6	7 268	21,5	2 210	6,5	8 963	26,5
Góis	123	3,1	1 275	31,8	2 204	55,0	111	3,2	1 689	48,3	1 070	30,6	411	11,8	108	3,1	1 360	39,1	1 106	31,8	337	9,7	314	9,0
Lousã	480	6,0	3 140	39,2	3 453	43,1	493	6,5	4 035	53,5	1 888	25,0	610	8,1	590	7,6	2 926	37,4	2 181	27,9	545	7,0	946	12,1
Mira	272	3,6	2 275	30,3	4 378	58,3	205	2,9	2 887	41,4	2 714	38,9	812	11,6	202	2,8	2 326	32,7	2 933	41,1	790	11,1	514	7,2
Miranda do Corvo	372	5,3	2 636	37,6	3 375	48,2	362	5,5	3 136	47,4	2 149	32,5	521	7,9	394	6,1	2 220	34,2	1 934	29,9	415	6,4	1 014	15,6
Montemor-o-Velho	1 559	10,1	6 873	44,7	5 323	34,6	1 735	12,2	7 815	55,0	2 439	17,2	1 197	8,4	1 698	12,2	4 469	32,2	2 595	18,7	1 332	9,6	2 734	19,7
Oliveira do Hospital	375	2,5	4 395	29,9	8 655	58,8	352	2,6	5 287	39,5	5 152	38,5	1 647	12,3	335	2,5	4 170	31,4	5 206	39,2	1 311	9,9	1 268	9,6
Pampilhosa da Serra	190	4,0	883	18,5	3 178	66,7	143	3,6	1 089	27,3	1 977	49,6	444	11,2	150	3,9	794	20,5	1 959	50,5	327	8,4	339	8,7
Penacova	679	6,9	2 855	29,2	5 528	56,6	565	6,3	3 553	39,5	3 552	39,4	903	10,0	587	6,6	2 403	27,0	3 872	43,5	701	7,9	751	8,4
Penela	177	3,6	1 312	26,0	3 042	61,8	176	4,0	1 525	34,3	2 232	50,2	236	5,3	144	3,5	1 008	24,4	2 044	49,5	211	5,1	433	10,5
Soure	1 070	7,9	6 802	50,0	4 413	32,4	1 194	9,3	7 591	59,1	2 602	20,2	569	4,4	1 159	9,5	4 432	36,2	2 640	21,6	510	4,1	2 469	20,2
Tábua	273	3,4	1 035	25,2	4 990	61,8	275	3,8	2 708	37,0	2 699	36,9	1 139	15,6	344	4,7	1 848	25,2	2 860	39,1	1 008	13,8	689	9,4
Vila Nova de Poiares	286	7,7	1 084	29,3	1 962	53,0	225	6,4	1 417	40,6	1 387	39,7	205	5,9	238	6,7	901	25,2	1 562	43,7	190	5,3	399	11,1

ÉVORA

Alandroal	3 155	54,0	827	14,1	1 449	24,8	3 119	57,3	1 049	19,3	744	13,7	205	3,8	2 771	52,8	638	12,2	708	13,5	133	2,5	655	12,5
Arraiolos	3 609	54,9	926	14,1	1 680	25,6	3 610	58,5	1 062	17,2	963	15,6	216	3,5	3 188	53,3	694	11,6	938	15,7	146	2,4	703	11,7
Borba	2 765	46,5	1 222	20,6	1 478	24,9	2 559	45,0	1 688	29,7	777	13,7	305	5,4	2 109	37,2	886	15,6	957	16,9	214	3,8	1 071	18,9
Estremoz	4 663	36,6	2 437	19,1	4 671	36,7	4 675	39,1	2 832	23,7	2 936	24,6	760	6,4	3 490	29,9	1 464	12,6	3 075	26,4	487	4,9	2 218	19,0
Évora	14 561	41,3	7 178	20,6	11 033	31,7	14 581	43,8	8 288	24,9	6 995	21,0	1 775	5,3	11 685	34,8	4 654	13,9	7 255	21,6	1 324	3,9	6 747	20,1
Montemor-o-Novo	8 578	57,5	2 036	13,6	3 534	23,7	8 288	58,4	2 548	17,9	2 330	16,4	394	2,8	7 780	55,3	1 896	13,5	2 091	14,8	288	2,0	1 328	9,4
Mora	2 608	49,1	609	11,5	1 798	33,9	2 590	51,7	794	15,9	1 124	22,4	294	5,9	2 489	49,8	568	11,4	999	20,0	206	4,1	452	9,0
Mourão	774	34,0	551	24,2	798	35,0	726	35,3	664	32,3	469	22,8	67	3,3	542	28,5	375	19,7	458	24,1	56	2,9	309	16,2
Portel	3 307	57,1	817	14,1	1 331	23,0	3 167	59,0	1 008	18,8	725	13,5	111	2,1	2 818	54,7	785	15,2	647	12,5	74	1,4	473	9,2
Redondo	1 422	42,1	1 172	20,4	1 688	29,3	2 439	45,8	1 376	25,8	928	17,4	231	4,3	2 065	40,1	643	12,5	922	17,9	161	3,1	970	18,8
Reguengos de Monsaraz	2 755	34,8	2 307	29,1	1 183	28,8	2 690	36,1	2 843	38,1	1 226	16,4	273	3,7	2 470	34,0	1 628	22,4	1 198	16,5	255	3,5	1 145	15,8
Vendas Novas	3 451	44,7	1 457	18,9	2 352	30,5	3 452	46,7	1 816	24,5	1 349	18,2	410	5,5	3 058	41,0	1 140	15,3	1 443	19,3	347	4,6	1 075	14,4
Viana do Alentejo	2 349	53,0	680	15,4	992	22,4	2 307	55,2	882	21,1	610	14,6	93	2,2	2 047	49,1	607	14,5	567	13,6	83	2,0	494	11,8
Vila Viçosa	2 497	42,6	1 258	21,5	1 656	28,3	2 510	44,2	1 633	28,7	1 002	17,6	245	4,3	2 149	37,4	907	15,8	1 288	22,4	110	1,9	958	16,7

FARO

Albufeira	1 219	11,6	3 569	34,1	4 634	44,3	1 140	11,8	4 244	44,0	2 860	29,6	750	7,8	873	8,9	2 202	22,5	3 569	36,5	570	5,8	1 887	19,3
Alcoutim	544	15,9	1 318	38,5	1 108	32,4	543	17,5	1 450	46,8	714	23,0	100	3,2	451	15,0	1 159	38,5	627	20,8	156	5,2	354	11,8
Aljezur	949	26,0	1 441	39,4	747	20,4	968	27,4	1 694	48,0	455	12,9	87	2,5	725	20,9	966	27,8	513	14,8	101	2,9	872	25,0
Castro Marim	508	11,8	1 896	44,1	1 186	27,6	536	13,6	2 112	53,5	798	20,2	110	2,8	463	11,8	1 403	35,6	959	24,3	146	3,7	561	14,2
Faro	5 810	19,8	8 838	30,5	12 174	41,4	5 693	20,7	10 591	38,4	7 290	26,4	2 185	7,9	4 566	16,7	5 155	18,9	7 815	28,6	2 557	9,4	5 632	20,6
Lagoa	1 546	16,0	3 735	38,6	3 270	33,8	1 815	19,7	4 220	45,7	1 719	18,6	732	7,9	1 347	14,4	1 414	15,1	2 371	25,4	439	4,7	2 920	31,3
Lagos	2 894	22,1	4 644	35,6	4 023	30,7	2 855	22,6	5 828	46,1	1 919	15,2	968	7,7	2 268	17,4	2 795	21,4	2 617	20,0	668	5,1	3 652	28,0
Loulé	2 984	10,7	8 233	29,6	13 436	48,3	3 056	11,8	9 919	38,3	8 958	34,6	1 909	7,4	2 443	9,1	5 596	20,9	11 298	42,2	1 437	5,4	4 120	15,4
Mouchique	871	13,0	1 920	28,7	3 070	45,8	769	12,6	2 512	41,5	1 888	31,2	423	7,0	633	10,4	1 450	23,8	2 181	35,8	350	5,7	1 107	16,7
Olhão	2 454	11,9	8 305	40,3	7 512	36,5	3 023	15,5	9 405	48,2	3 817	19,6	1 691	8,7	2 974	14,7	5 408	26,7	4 756	23,5	1 542	7,6	3 975	19,6
Portimão	3 762	16,3	9 321	40,3	7 729	33,4	4 327	19,6	10 251	46,5	3 962	18,0	1 894	8,6	3 582	15,5	4 249	18,4	6 094	26,4	1 238	5,4	6 311	27,4
S. Brás de Alportel	630	13,2	1 704	33,6	1 898	39,7	676	15,2	1 921	43,3	1 339	30,2	219	4,9	597	12,8	1 191	25,6	1 642	35,3	251	5,4	637	13,7
Silves	4 837	23,2	6 844	32,8	6 645	31,9	4 977	25,5	7 868	40,4	3 869	19,9	1 247	6,4	4 053	20,8	3 921	20,2	5 044	25,9	889	4,6	3 906	20,1
Tavira	1 474	10,1	5 442	37,2	5 687	38,8	1 533	11,2	6 378	46,8	2 991	21,9	1 383	10,1	1 463	10,6	3 923	28,4	3 693	26,8	1 168	8,5	2 241	16,2
Vila do Bispo	774	21,8	1 784	33,4	934	26,5	1 493	44,3	2 458	44,3	498	13,6	125	3,7	666	20,1	809	24,4	567	17,1	109	3,3	810	24,5
V. Real de Santo António	3 209	31,8	3 169	31,4	1 700	26,8	3 364	34,4	3 554	36,3	1 669	17,2	473	4,8	3 028	30,6	2 282	23,1	2 017	20,4	398	4,0	1 444	14,6

GUARDA

Aguilar da Beira	89	2,0	398	9,1	3 609	82,4	28	0,7	622	15,9	1 444	36,5	1 614	40,8	52	1,3	443	10,9	1 611	39,8	1 215	30,0	333	8,2
Almeida	211	3,1	1 026	15,1	5 193	76,4	165	2,6	1 514	24,7	2 023	32,4	2 229	35,6	239	3,7	1 120	17,2	2 066	31,7	1 960	30,0	611	9,4
Celorico da Beira	210	3,4	1 514	24,5	3 838	61,2	160	2,8	1 711	30,2	1 921	34,0	1 455	25,7	256	4,6	1 123	20,4	2 184	39,6	1 133	20,6	376	6,8
Fig																								

LISBOA

	1980						1983								1985									
	APU		PS		AD		APU		PS		PSD		CDS		APU		PS		PSD		CDS		PRD	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%										
Alenquer	5 978	26,8	7 678	34,4	6 444	28,9	5 888	27,5	9 238	43,2	3 445	16,1	1 516	7,1	4 922	22,9	5 047	23,5	4 108	19,1	990	4,6	5 151	24,0
Amadora	29 203	30,0	29 037	29,9	32 285	33,2	30 914	32,4	35 367	37,1	16 916	17,7	7 404	7,8	25 542	25,4	19 628	19,5	21 004	20,9	5 707	5,7	23 664	23,5
Arruda dos Vinhos	1 135	21,6	1 953	37,2	1 569	29,9	1 084	21,7	2 462	48,8	750	14,9	431	8,5	858	16,8	1 357	26,6	873	17,1	283	5,6	1 441	28,3
Azambuja	3 292	26,3	4 558	36,4	3 133	25,0	3 815	31,9	4 953	41,4	1 814	15,1	402	3,4	3 062	25,5	2 585	21,5	2 215	18,4	296	2,5	2 794	23,3
Cadaval	757	8,1	3 075	33,0	4 565	49,0	767	8,8	3 897	44,5	2 365	27,1	1 087	12,4	619	7,3	2 368	28,0	2 626	31,0	785	9,3	1 488	17,6
Cascais	16 719	19,0	20 929	23,7	44 181	50,1	17 640	20,5	26 913	31,3	22 574	26,2	14 377	16,7	14 083	15,6	15 931	17,7	27 992	31,0	10 291	11,4	17 558	19,5
Lisboa	117 253	20,6	153 059	26,9	260 323	45,8	120 472	22,7	179 959	33,9	125 890	23,7	75 819	14,3	94 248	18,2	97 971	19,0	146 328	28,3	49 545	9,6	102 129	19,8
Loures	48 298	29,8	49 646	30,6	52 530	32,4	53 296	33,0	61 034	37,8	27 701	17,2	11 520	7,1	44 338	25,8	35 900	20,9	35 217	20,5	9 090	5,3	38 526	22,4
Lourinhã	509	3,9	3 499	26,9	7 857	60,5	591	4,8	4 665	38,1	4 015	22,8	2 120	17,3	515	4,0	3 072	24,0	5 119	40,0	1 363	10,7	1 905	14,9
Mafra	3 470	13,2	7 484	28,5	12 181	46,4	3 638	14,5	10 234	40,9	6 458	25,8	2 669	10,7	2 897	11,4	5 443	21,5	6 555	25,9	2 070	8,2	6 507	25,7
Odessa	19 913	22,3	24 012	26,9	40 060	44,8	20 638	23,8	29 710	34,2	20 202	23,3	12 056	13,9	16 569	18,4	16 890	18,8	25 872	28,8	8 402	9,3	18 053	20,1
Sintra	30 774	23,4	37 462	28,5	52 071	39,6	32 720	25,5	49 068	38,2	26 572	20,7	12 554	9,8	26 345	19,4	27 564	20,3	31 079	22,9	10 078	7,4	32 872	24,2
Sobral de Monte Agraço	1 752	35,9	1 168	23,0	1 342	27,5	1 901	41,0	1 485	32,0	740	15,9	197	4,2	1 588	34,3	829	17,9	772	16,7	166	3,6	936	20,2
Torres Vedras	6 916	17,4	11 351	23,6	17 720	44,6	7 034	18,8	14 601	39,1	10 124	27,1	3 165	8,5	5 702	15,0	7 650	20,1	10 915	28,6	2 217	5,8	9 338	24,5
Vila Franca de Xira	18 775	36,8	15 714	30,8	12 703	24,9	19 562	38,0	19 265	37,5	6 981	13,6	3 056	5,9	17 408	31,8	12 699	23,2	8 623	15,7	2 309	4,2	11 126	20,3

PORTALEGRE

Alter do Chão	1 000	27,8	1 040	28,9	1 261	35,0	982	29,5	1 137	34,2	703	21,1	256	7,7	925	27,7	786	23,6	726	21,8	128	3,8	505	15,1
Arronches	708	23,4	1 167	38,6	962	31,8	615	21,6	1 309	46,1	545	19,2	249	8,8	566	20,9	772	28,5	608	22,4	136	5,0	446	16,5
Avis	2 365	53,8	662	15,0	1 181	26,8	2 312	54,5	920	11,7	726	17,1	147	3,5	2 285	53,5	735	17,2	731	17,1	71	1,7	291	6,8
Campo Maior	2 119	37,5	1 939	34,5	1 347	23,8	2 085	38,7	2 204	40,9	753	14,0	155	2,9	2 095	37,9	1 899	34,3	662	11,9	114	2,0	537	9,8
Castelo de Vide	486	15,5	1 323	42,3	934	29,9	455	15,9	1 470	51,4	434	15,2	234	8,2	416	14,7	856	30,2	434	15,3	126	4,5	712	25,1
Crato	1 069	27,3	1 574	40,2	979	25,0	1 108	30,3	1 678	45,9	335	9,2	293	8,0	982	27,0	1 083	29,8	409	11,2	168	4,6	710	19,5
Elvas	3 365	21,4	5 148	32,7	5 712	36,3	3 869	25,6	6 025	39,9	2 716	18,0	1 530	10,1	3 059	20,1	3 486	22,9	3 147	20,6	950	6,2	3 574	23,4
Fronteira	759	23,7	1 207	37,8	1 030	32,2	867	28,3	1 134	37,0	710	23,1	189	6,2	809	26,6	722	23,7	742	24,4	117	3,8	450	14,8
Gavião	973	21,2	1 921	41,8	1 173	25,5	987	22,8	2 153	49,7	493	11,4	390	9,0	798	18,9	1 252	29,6	532	12,6	265	6,3	1 048	24,8
Marvão	355	9,0	1 652	42,1	1 461	37,2	361	10,0	1 871	52,0	709	19,7	386	10,7	299	8,7	1 001	29,2	733	21,4	250	7,3	814	23,8
Monforte	897	30,0	822	27,5	1 005	33,6	855	31,4	867	31,9	528	19,4	280	10,3	762	28,3	462	17,2	460	17,1	185	6,9	605	22,5
Niza	1 562	19,6	3 136	39,3	2 506	31,4	1 821	24,4	3 063	41,0	1 424	19,1	581	7,8	1 688	22,9	1 702	23,1	1 562	21,2	350	4,8	1 512	20,5
Ponte de Sor	5 631	44,0	2 314	18,1	3 906	35,5	5 406	45,1	2 792	23,3	2 260	18,9	704	5,9	4 913	40,6	1 691	14,0	2 402	19,8	519	4,3	1 731	14,3
Portalegre	2 636	13,9	7 671	40,4	7 347	38,6	2 657	14,7	8 744	48,3	4 156	23,0	1 703	9,4	2 234	12,1	5 217	28,3	4 714	25,6	1 083	5,9	4 134	22,5
Sousel	2 031	38,7	536	10,2	2 346	44,7	1 853	38,1	789	16,2	1 726	35,5	224	4,6	1 708	35,7	492	10,3	1 674	35,0	127	2,7	485	10,1

PORTO

Amarante	1 766	6,5	8 653	31,7	13 788	50,4	1 642	6,2	11 683	44,4	9 199	34,9	1 993	7,6	2 060	7,7	6 801	25,4	8 773	32,8	2 157	8,1	4 922	18,4
Baião	738	5,9	4 865	39,1	5 372	43,1	751	6,7	5 823	51,9	2 687	23,9	1 075	9,6	828	7,5	3 537	32,2	2 980	27,1	955	8,7	1 627	14,8
Felgueiras	1 562	6,2	8 608	34,1	12 582	49,9	1 640	6,8	11 492	47,3	5 869	24,2	3 810	15,7	1 699	6,6	6 618	25,8	6 669	26,0	3 090	12,1	5 944	23,2
Gondomar	13 680	17,8	27 274	35,5	30 389	39,6	15 125	20,0	32 483	42,9	18 542	24,5	6 245	8,3	14 418	18,3	17 117	21,7	20 340	25,8	5 353	6,8	17 821	22,6
Lousada	1 439	7,4	6 734	34,5	9 593	49,2	1 590	8,4	8 844	47,0	5 216	27,7	2 048	10,9	1 527	8,0	5 072	26,5	5 637	29,5	1 750	9,1	3 925	20,5
Maia	5 776	12,2	18 035	38,2	19 655	41,7	6 563	14,3	21 187	46,1	10 333	22,5	5 664	12,3	5 622	11,6	11 253	23,1	12 808	26,3	4 591	9,4	11 914	24,5
Marco de Canaveses	1 276	5,5	6 490	27,8	13 183	56,4	1 215	5,5	9 082	41,1	7 748	35,0	2 599	11,8	1 465	6,5	5 308	23,5	7 746	34,3	3 478	15,4	3 007	13,3
Matosinhos	11 135	13,3	35 307	42,3	31 400	37,6	12 427	15,3	40 166	49,5	17 648	21,8	7 568	9,3	11 086	13,1	23 204	27,4	21 088	24,9	5 968	7,0	19 573	23,1
Paços de Ferreira	1 684	7,8	5 017	22,4	13 289	61,9	1 647	8,0	7 500	36,5	7 121	34,6	3 397	16,5	1 715	7,7	5 585	25,1	8 339	37,5	2 761	12,4	2 874	12,9
Paredes	2 526	7,4	8 217	24,2	20 619	60,7	2 556	7,7	11 969	36,1	9 678	29,2	7 230	21,8	2 766	7,7	7 110	19,8	11 794	32,9	6 228	17,4	5 881	16,4
Penafiel	1 845	8,5	9 560	28,6	17 695	53,0	3 121	9,6	13 431	41,2	9 842	30,2	4 271	13,1	3 218	9,4	7 575	22,2	10 085	29,6	3 839	11,3	7 036	20,7
Porto	33 245	14,8	71 515	31,9	107 154	47,8	36 475	17,1	79 775	37,5	57 439	27,0	30 431	14,3	31 223	14,6	43 172	20,2	67 441	31,5	21 517	10,1	42 054	19,7
Póvoa do Varzim	2 453	8,4	6 950	23,7	18 136	62,0	1 630	9,3	9 366	33,0	8 903	31,4	6 291	22,2	2 419	8,1	5 624	18,9	11 350	38,2	5 160	17,4	3 904	13,1
Santo Tirso	4 611	8,4	20 034	36,3	26 087	47,3	5 376	10,0	26 081	48,6	12 314	23,0	7 208	13,4	4 850	8,6	14 531	25,8	14 829	26,3	6 095	10,8	12 954	23,0
Valongo	3 440	12,5	13 758	38,9	14																			

VIANA DO CASTELO

	1980						1983						1985											
	APU		PS		AD		APU		PS		PSD		CDS		APU		PS		PSD		CDS		PRD	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arcos de Valdevez	763	4,9	3 090	19,8	10 165	65,2	635	4,4	4 083	28,4	6 130	42,7	2 308	16,1	524	3,7	2 837	20,1	5 875	41,7	2 439	17,3	1 121	8,0
Caminha	1 030	10,5	3 577	36,5	4 325	44,1	1 072	11,3	4 526	47,6	2 338	24,6	998	10,5	834	8,5	3 032	30,7	2 400	24,3	788	8,0	2 053	20,8
Melgaço	290	4,0	2 226	30,7	4 065	56,0	254	4,1	2 618	42,4	2 045	33,2	831	13,5	204	3,3	2 156	35,0	1 934	31,4	937	15,2	437	7,1
Monção	584	4,3	2 986	22,2	8 787	65,3	477	4,0	3 756	31,3	3 234	27,0	3 673	30,6	428	3,6	2 253	18,9	4 056	33,9	2 706	22,6	1 651	13,8
Paredes de Coura	448	7,5	1 719	28,9	3 028	50,9	404	7,3	2 472	44,8	1 810	22,8	381	6,9	316	5,9	1 485	27,7	1 858	34,7	323	6,0	889	6,6
Ponte da Barca	317	4,1	1 711	22,1	5 124	66,2	258	3,6	2 198	30,3	3 174	43,7	1 141	15,7	212	2,9	1 543	20,9	3 335	45,2	1 231	16,7	576	7,8
Ponte de Lima	1 481	6,0	3 406	13,8	18 390	74,1	1 285	5,3	5 267	21,8	8 318	34,4	7 996	33,1	1 243	4,9	3 147	12,5	9 573	37,9	7 408	29,4	2 376	9,4
Valença	386	4,6	2 402	28,6	4 986	59,3	329	4,3	2 840	37,0	2 791	36,4	1 222	15,9	278	3,7	1 639	21,5	3 570	44,0	861	11,3	941	12,4
Viana do Castelo	8 913	18,9	10 549	22,4	23 988	50,9	8 552	18,6	15 152	32,9	12 786	27,8	6 435	14,0	7 309	15,2	6 626	13,8	12 936	26,9	6 211	12,9	11 820	24,6
Vila Nova de Cerveira	323	5,8	1 571	28,2	3 232	58,0	320	6,1	1 932	36,7	2 284	43,4	354	6,7	238	4,5	1 193	22,8	1 904	36,3	437	8,3	1 033	19,7

VILA REAL

Allijó	495	4,5	2 973	26,8	6 593	51,4	535	5,3	3 625	36,1	3 745	37,3	1 312	13,1	600	6,1	2 773	28,1	3 436	34,8	1 570	15,9	688	7,0
Boticas	173	3,7	852	18,3	3 088	66,4	153	3,4	1 241	27,8	2 304	51,7	337	7,6	247	5,8	838	19,5	2 425	56,5	318	7,4	100	2,3
Chaves	1 347	5,2	5 325	20,5	16 963	65,4	1 257	5,2	7 073	29,2	12 016	49,6	2 131	8,8	1 470	6,1	4 747	19,8	12 226	50,9	2 004	8,3	1 668	6,9
Mesão Frio	209	6,3	835	25,0	1 843	55,1	190	6,0	1 137	35,7	1 331	41,8	300	9,4	202	6,5	620	19,9	1 246	40,1	283	9,1	516	16,6
Mondim de Basto	176	3,7	804	17,1	3 181	67,7	78	1,8	1 068	24,4	1 269	29,0	1 526	34,8	212	4,6	653	14,1	1 282	27,7	1 718	37,2	361	7,8
Montalegre	464	4,5	2 528	24,6	6 021	58,6	457	5,1	3 099	34,5	4 238	47,2	382	4,3	460	5,4	2 308	26,8	3 842	44,7	629	7,3	624	7,3
Murça	206	4,4	722	15,3	3 340	70,9	210	4,7	944	21,0	2 050	45,6	864	19,2	290	6,5	641	15,4	2 140	48,0	793	17,8	249	5,6
Peso da Régua	904	7,9	4 222	36,7	5 770	44,9	1 022	9,4	4 986	45,9	2 708	24,9	1 434	13,2	967	9,1	3 288	30,9	2 784	26,2	1 328	12,5	1 445	13,6
Ribeira de Pena	124	2,5	866	17,7	3 262	66,7	51	1,1	1 299	29,2	2 055	46,3	606	13,6	123	3,1	838	21,4	1 683	42,9	650	16,6	230	5,9
Sabrosa	250	4,8	977	18,6	3 460	65,9	210	4,3	1 609	32,9	2 098	42,9	554	11,3	272	5,4	1 415	28,3	2 019	40,4	521	10,4	347	6,9
S. Marta de Penaguião	317	5,3	2 086	34,7	2 949	49,1	338	5,8	2 620	45,1	1 959	33,7	543	9,3	334	6,0	1 957	35,1	1 966	35,3	447	8,0	476	8,6
Valpaços	314	2,1	1 962	13,2	11 514	77,6	256	2,1	2 451	19,8	5 997	48,4	2 793	22,5	319	2,7	1 766	14,7	6 265	52,0	2 193	18,2	558	4,6
Vila Pouca de Aguiar	456	4,7	2 277	23,6	5 747	59,6	423	4,7	3 177	35,7	3 988	44,8	577	6,5	517	6,1	1 972	23,1	3 627	42,5	914	10,7	761	8,9
Vila Real	1 939	7,4	6 274	23,9	15 580	51,4	1 747	6,8	8 482	33,0	10 135	39,5	3 479	13,6	1 794	6,7	6 293	23,6	10 377	39,0	3 006	11,3	3 323	12,5

UISEU

Armamar	269	5,2	788	15,2	3 692	71,1	264	5,7	1 145	24,6	1 733	37,3	1 028	22,1	332	7,2	592	12,8	1 838	39,7	780	16,9	636	13,8
Carregal do Sal	294	4,4	1 574	23,4	4 313	64,1	251	4,1	1 945	31,9	2 483	40,7	933	15,3	280	4,6	1 198	19,8	2 700	44,6	808	13,3	658	10,9
Castro Daire	390	3,5	2 124	19,1	7 797	70,0	317	3,2	2 738	28,0	4 111	42,1	1 750	17,9	364	3,7	2 013	20,3	4 279	43,2	1 871	18,9	682	6,9
Cinfães	611	4,4	3 359	24,3	8 531	61,8	563	4,6	4 614	37,4	3 357	28,8	2 474	20,1	701	5,8	2 628	21,7	4 064	33,6	1 894	15,7	1 782	14,7
Lamego	1 312	7,4	4 619	26,2	10 350	58,7	1 263	7,6	5 834	35,2	5 553	33,5	2 547	15,4	1 438	8,6	3 007	17,9	5 428	32,4	2 637	15,7	3 025	18,1
Mangualde	713	5,6	3 348	26,5	7 645	60,4	679	5,8	4 500	38,3	3 573	30,4	2 217	18,9	701	5,9	3 106	26,0	4 085	34,2	1 978	16,6	1 296	10,9
Moimenta da Beira	454	6,4	1 345	18,9	4 767	67,0	409	6,2	1 810	27,5	2 190	33,2	1 713	26,0	450	7,1	1 237	19,5	2 063	32,4	1 787	28,1	374	5,9
Mortágua	376	6,2	1 384	22,7	3 886	63,7	311	5,6	1 892	34,0	2 422	43,5	570	10,2	284	5,3	1 586	29,3	2 350	43,4	614	11,4	295	5,5
Nelas	554	6,5	2 868	33,5	4 498	52,5	513	6,4	3 458	43,3	2 501	31,3	955	12,0	507	6,3	1 927	24,0	2 745	34,2	1 111	13,8	1 179	14,9
Oliveira de Frades	168	2,6	1 002	15,4	5 025	77,1	163	2,6	1 416	23,0	3 152	51,2	1 149	18,7	208	3,4	1 168	18,9	2 798	45,3	1 251	20,3	415	6,7
Penalva do Castelo	221	3,7	1 014	17,1	4 165	70,3	160	3,1	1 613	30,9	1 678	32,1	1 379	26,4	175	3,4	1 215	23,6	1 952	37,9	1 117	21,7	344	6,7
Penedono	130	5,4	537	22,4	1 493	62,4	115	5,7	574	28,2	763	37,5	361	17,7	119	5,8	372	18,3	774	38,0	309	15,2	256	12,6
Resende	234	2,9	1 972	24,4	5 064	62,7	243	3,3	2 220	29,8	3 816	51,2	540	7,2	277	3,9	1 408	20,0	3 470	49,3	516	7,3	812	11,5
Santa Comba Dão	220	2,7	2 071	25,1	5 317	64,4	235	3,1	2 571	33,5	3 057	39,9	1 075	14,0	270	3,5	1 813	23,4	3 334	43,1	1 049	13,5	637	8,2
S. João da Pesqueira	404	7,2	1 174	21,0	3 389	60,5	357	7,1	1 549	30,6	1 619	32,0	1 096	21,7	370	8,0	928	20,1	1 597	34,6	725	15,7	520	11,3
S. Pedro do Sul	976	7,8	2 946	23,5	6 629	60,8	859	7,5	3 737	32,4	4 308	37,4	1 759	15,3	859	7,5	2 350	20,5	3 842	33,5	1 958	17,1	1 625	14,2
Sátão	151	2,0	912	12,2	6 036	80,6	88	1,3	1 511	21,6	2 376	34,0	2 565	36,7	99	1,4	1 044	14,9	2 474	35,4	2 598	37,1	408	5,8
Sernacelhe	79	1,9	666	15,7	3 151	74,3	68	1,8	859	22,2	977	25,3	1 637	42,4	95	2,4	596	14,9	1 324	33,1	1 466	36,6	239	6,0
Tabuaço	129	2,6	905	18,2	3 541	71,4	110	2,4	1 100	24,0	1 244	27,2	1 797	39,2	138	3,0	664	14,4	1 195	25,9	1 787	38,7	541	11,7
Tarouca	554	12,2	413	9,1	3 136	69,3	384	9,0	823	19,2	1 778	41,5	942	22,0	382	9,7	391	9,9	1 610	40,8	872	22,1	407	10,3
Tondela	802	3,7	4 085	18,8	15 559	71,7	610	3,0	5 778	28,3	7 404	36,2	5 279	25,8	715	3,5	3 962	19,2	8 506	41,2	4 868	23,6	1 403	6,8
Vila Nova de Paiva	73	2,1	492	14,2	2 652	76,3	64	1,9	722	21,0	1 398	40,7	941	27,4	61	1,8	4							

Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII

N.º 615

10 de Outubro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Quinta 10

Águeda — Plenário de quadros.

Marinha Grande — Reunião da célula da IZIMA, às 21.30, no C.T.

Amadora — Plenário de militantes, às 20.30, na Sociedade Filarmónica da Amadora, para análise da situação política e eleitoral e as próximas eleições autárquicas, com José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Sexta 11

Coimbra — Plenário de militantes do distrito de Coimbra, às 21 horas. Da Ordem de Trabalhos constam a análise da situação política e dos resultados das eleições legislativas, a informação das conclusões da reunião do CC e a preparação das eleições autárquicas.

Barreiro — Plenário da Direcção da Organização Regional de Setúbal, às 19.30, no Centro de Trabalho do Barreiro.

Faro — Reunião geral de militantes, às 21.30 h.

Portimão — Reunião geral de militantes, às 21.30 h.

Olhão — Reunião geral de militantes, às 21.30 h.

Loulé — Reunião geral de militantes, às 21.30 h.

Avelro — Plenário de militantes.

Mealhada — Plenário de quadros.

Domingo 13

Santa Justa — Comício, às 16 h., com António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, integrado na «Festa das Colheitas» que inclui ainda, às 10 h., actividades desportivas, às 15 h., folclore com os grupos «Malmequeres do Sorraia», e «Foros de Salvaterra», às 17 h., actuação de Teresa Paula Brito e Filipe Gomes dos Santos e, às 21 h., sessão de cinema.

Peniche — Plenário de militantes, com o camarada António Orçincha, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, às 10 h., na Escola Secundária.

Vieira de Leiria — Plenário geral de militantes, às 21 h., no Centro de Trabalho.

Lisboa — Reunião de militantes das Organizações de Bancários e Seguros de Lisboa do PCP, aberta a simpatizantes, às 17.30 h., no Salão do Centro Vitória, com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP. Da ordem de Trabalhos consta a análise da situação política decorrente das eleições legislativas.

Barreiro — Plenário concelhio de militantes, às 21.30, no C.T.

Sábado 12

Lisboa — Plenário da Organização dos Olivais do PCP, às 15 h., na Escola Fernando Pessoa, para análise do momento político, com José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP.

Marinha Grande — Plenário da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP, às 10 h., no CT da Marinha Grande, para análise da presente situação política e das tarefas imediatas. Às 21 h., no mesmo local, plenário concelhio de militantes.

Sesimbra — Plenários de quadros do PCP, às 16 h., em Sesimbra, Quinta do Conde e Zambujal.

Montijo — Plenário concelhio de militantes, às 21.30, no C.T.

Santa Justa — «Festa das Colheitas», durante todo o dia, com actividades desportivas às 10 h., variedades e fados com artistas locais, às 17 h., e baile às 21 h., com Conjunto Standard.

Segunda 14

Lisboa — Reunião de militantes das Organizações de Bancários e Seguros de Lisboa do PCP, aberta a simpatizantes, às 17.30 h., no Salão do Centro Vitória, com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP. Da ordem de Trabalhos consta a análise da situação política decorrente das eleições legislativas.

Terça 15

Barreiro — Plenário concelhio de militantes, às 21.30, no C.T.



sem mãos a medir



Não me chateie! Já disse que só lhe posso virar a casaca lá para Setembro


POVO UNIDO

**ELEIÇÕES
AUTÁRQUICAS**

Tarefas imediatas:

- concluir a formação das listas APU

- preparar a campanha


UNIDO

TV **O Programa**

Quinta **10**
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.45 — Desporto
19.15 — As Mulheres no Mundo
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela: «Louco Amor»
21.15 — Campeonatos do Mundo de Ginástica
22.30 — Montanha Mágica
23.30 — Último Jornal.

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Conheça Melhor
20.30 — Munch, Pintor da Angústia
21.30 — Da... Música
22.30 — Jornal da Noite.

Sexta **11**
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela: «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.30 — Notícias
18.45 — Documentário «URTI»
19.20 — Poesia ao Vivo, 1.º Ep.
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Telenovela: «Louco Amor»



21.15 — Televisão, «A Caixa» que mudou o Mundo
22.30 — Crime, disse ela
23.30 — Último Jornal.

RTP2

19.30 — Animação
20.00 — Recordações
21.00 — Directo/2
22.30 — Jornal da Noite.

Sábado **12**
RTP1

11.30 — Tempo dos Mais Novos
13.30 — Dar e Receber
14.00 — O Colegial, real. James W. Horn (EUA/1927)
15.00 — Reportagem do Exterior
17.00 — Revista de Touros
17.30 — Reportagem do Exterior
18.30 — Um Planeta para Amar
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — A Grande Barraca



21.00 — Rabo de Sala
21.45 — Aplauso

22.45 — Fátima
23.15 — Último Jornal
23.30 — Sábado Especial: «A Arma da Justiça», real. Alain Corneau.

RTP2

16.00 — Troféu
22.00 — Terra Mãe.

Domingo **13**
RTP1

09.36 — 70x7
10.00 — Fátima
12.30 — Tempo dos Mais Novos
13.30 — TV Rural
14.00 — Tempos dos Mais Novos
15.00 — Sessão da Tarde: «Orgulho Contra Orgulho», real. Robert Gallant (EUA/1955)
16.30 — O Mundo Maravilhoso de Walt Disney
17.00 — Fórmula J
18.30 — No Mundo dos Fraggles
19.00 — Top Disco
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Portugal, Passado e Presente



21.30 — Western à Siciliana, 1.º Ep.
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Último Jornal.

RTP2

16.30 — Automobilismo, Campeonato da Europa, Turismo



17.00 — Campeonato do Mundo de Ginástica Rítmica
20.30 — Nós... Por Cá
21.30 — Cine Clube: «O Dinheiro», real. Robert Bresson (França/1983).

Segunda **14**
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela: «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Desportivamente
19.20 — A Primeira República Portuguesa-1910/1926: «O Poder e o Povo»
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Direito de Antena
20.45 — Telenovela: «Louco Amor»
21.25 — Bazaríssimo
22.35 — Opinião Pública: «Saúde — O Regresso do João Semana»
23.20 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Documentário
20.30 — RTP/Madeira



21.00 — Telefilme: «Malmequeres em Agosto», real. Ross Devenish
22.30 — Jornal da Noite

Terça **15**
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela: «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias



18.50 — Século XX — O Mundo em Guerra
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela: «Louco Amor»
21.15 — O Corpo Humano
21.45 — Actual
22.45 — Tudo em Família
23.10 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Videopolis
20.30 — O Mundo em Guerra: «Portugal 1935/45»
21.00 — Sessão das Nove: «A Dama de Constantinopla», real. Judit Elek (Hungria)
22.30 — Jornal da Noite

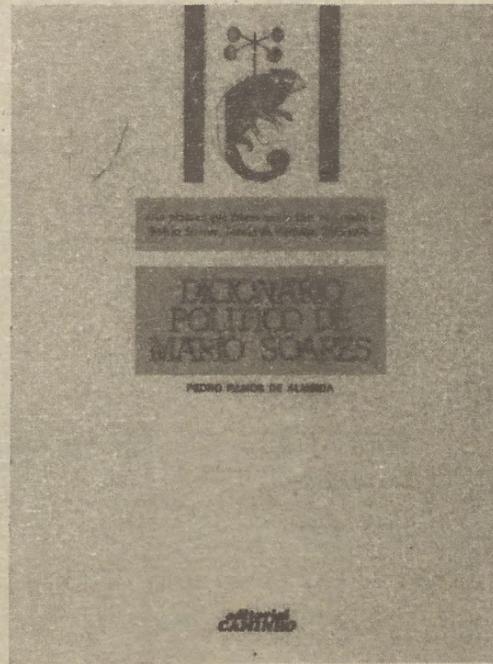
Quarta **16**
RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela: «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Trânsito
19.20 — O que é a CEE?
19.50 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela: «Louco Amor»
21.15 — Noite de Cinema: «A Semente do Diabo», real. Roman Polanski (EUA/68)
23.35 — Último Jornal

RTP2


16.57 — Campeonato Mundial de Futebol: Checoslováquia-Suécia
19.00 — Concerto: «Música Indiana»
19.30 — Desenhos Animados
19.50 — A Arte e as Coisas: «Traçados da Nossa Esfera»
20.30 — A História Secreta do Petróleo
21.30 — FilMOTECA TV
22.30 — Jornal da Noite

Livros



«Dicionário Político de Mário Soares» — Pedro Ramos de Almeida; editorial «Caminho», Lisboa, 1985. Preço 750\$00

Uma pessoa diz muitas coisas pela vida fora. E longe de nós queremos que o falador — seja ele qual for — diga sempre a mesma coisa. Há gente que, felizmente, vai acertando o discurso e as ideias ao longo dos anos; outra há que, infelizmente, desacerta. O mais raro, porém, é o desacerto acompanhado de permanente contradição e o desacerto do discurso com o acto. É o caso que este livro, de Pedro Ramos de Almeida, vindo a lume no lume da campanha eleitoral com oportunidade, trata. Mário Soares será, porventura o caso paradigmático da degradação das ideias e do discurso, do desacerto deste com a prática política.

Qual o interesse porém no desabusado discurso de uma personagem que se tem distinguido por dar o dito por não dito, cuja imagem se tem caracterizado — também — pela irresponsabilidade do discurso, pela falta de valor que atribui às palavras?

É que Mário Soares, embora sendo todo o contrário de uma personalidade vertical, não deixa por isso de ter marcado, com a sua actividade — e com a sua palavra — o evoluir da sociedade portuguesa ao longo dos últimos dez anos.

O próprio autor explicou recentemente, numa breve entrevista a um vespertino, o interesse que poderá ter falar de Mário Soares falando-se dos 10 anos de política portuguesa depois de Abril: «Sabemos que Soares não é o centro do mundo nem o centro de Portugal. Mas num país que conheceu oito séculos de senhorialismo, de quase-absolutismo e de quase-liberalismo (...) e meio século de fascismo, a política, a 'democracia' das classes possuidoras nestes 10 anos passados desde o 25 de Abril é — como é natural — ainda mais pessoalizada, mais reduzida ao apoio e seguidismo da acção dirigente de alguns 'chefes' sociais do que noutras circunstâncias. E neste quadro, como este livro mostra, Mário Soares, com quase sete anos de governo, tem um papel de primeira grandeza na reconstituição do monopolismo em Portugal e na sua submissão à dominação imperialista estrangeira — nomeadamente americana — e à sua política de guerra».

De A a Z, este «dicionário» começa e muito justamente pelo aborto e logo pela ambiguidade da posição assumida por Mário Soares, ao tempo primeiro-ministro e secretário-geral do Partido Socialista.

De A a Z, é um longo enumerado de «declarações» em que o «soarismo» se define, a propósito de milhentos temas. São nada menos de

650 páginas de aturado trabalho de pesquisa e registo. O resultado está à vista. E, por mais que a gente suspeite conhecer Mário Soares, há-de sempre surpreender-se com a «versatilidade» do «político» que diz agora uma coisa e amanhã outra.

Apesar, por vezes, de um sorriso poder vir a sublinhar a leitura de algumas passagens — quando não o riso aberto, a indignação, o repúdio —, este é um livro muito sério. Um livro esclarecedor. E, se por vezes ao leitor a surpresa assalta, não é certamente por a memória ser curta. O próprio P. Ramos de Almeida o sublinha em prefácio:

«A memória dos povos é curta? Não o cremos. E a história está aí para mostrá-lo: é a curto e a médio prazo que os homens — mergulhados nos acontecimentos e embates que geram e mudam a sua própria vida — mais dificuldades encontram em apurar e reter os mil e um fios que puxam o seu movimento, que tecem o seu ser.»

Um livro, pois, para que a memória do que é recente, se avive e esperte sobre o que Mário Soares tem sido. «MS, que desde o 25 de Abril já foi governante da República Portuguesa — e governante em cargos de primeira e geral responsabilidade — durante mais de seis anos», diz ainda o prefácio, «é em si mesmo a expressão concentrada (e por vezes quase caricatural) das características e principais imperfeições dos grupos sociais e políticos dominantes, pelo menos de há dez anos para cá, em Portugal: do modo sinuoso, empírico e contraditório como são levados a praticar a sua governação, e da recriação do sistema monopolista a quem ela, mal ou bem, tem realmente servido».

Um livro, também, sobre a tragédia da burguesia portuguesa: «Pode-se até dizer que MS é, em muitos aspectos, a expressão pessoal da tragédia histórica da burguesia portuguesa e, desse modo, até da comunidade nacional: um grupo dominante que só se sente socialmente seguro quando é dominado, quando subsiste ou se encaimha para uma aliança sob a direcção de grandes potências estrangeiras».

Não fique a pensar-se que Mário Soares só diz mentiras. Seria injusto — não para ele, mas para o leitor. Ele diz verdades, tão raras como saborosas. Como aquela que proferiu há vinte anos atrás e vem impressa na contracapa do livro que propomos à vossa atenção: «Em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição».

Nesse tempo ainda não se tratava de um candidato a Belém a falar...

Cinema A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	—	★★★★	★★★★	—	—
B Dune	★	★★	★★	★★	★
C Desesperadamente Procurando Susana	★★★	—	★★	—	—
D Os Favoritos da Lua	★★★★	★★★★	★★	—	—
E Reacção em Cadeia	★★	★★★	★★★	—	★★★
F A Rosa Purpura do Cairo	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—
G Para Além das Muralhas	★★★	★★	—	—	—
H A Testemunha	★★★	★★★	★★	★★★	★★★

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. David Lynch — Alfa (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; Casino (17.00, 21.15) — Estoril.
 C — Real. Susan Seidelman — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Hollywood/2 (14.30, 16.45, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa; Trindade (21.45) — Porto.
 D — Real. Otar Iosseliani — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 E — Real. Mike Nichols — Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; Cinestúdio (15.30, 21.30) — Cascais.
 F — Real. Woody Allen — Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30) — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — S. Jorge/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — Lisboa; Bébé (18.45, 21.45) — Porto.
 G — Real. Uri Barbash — Quarteto/2 (21.30) — Lisboa.
 H — Real. Peter Weir — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa; S. João (18.45, 21.45) — Porto.

Classificação de * a *****

Exposições

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém. dias das 14.00 às 20.00.

Vestir 1955-85. A moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

A cor e o desenho no Brasil (colectiva de 20 artistas) na Galeria de Exposições Temporárias, piso 1 da Fundação Gulbenkian. Quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17. Encerra às segundas e feriados.

Arte Portuguesa, de Mário Botas, Jorge Martins, João Hogan, Eduardo Nery e outros, na Casa Museu Anastácio Gonçalves, Av. 5 de Outubro. De 3.ª a domingo, das 10 às 17.00.

«Gaetana Sala de Estar», desenhos e trabalhos Tridimensionais de Gaetana, objectos de Ana Jota e pinturas tempera acrílica sobre papel de F. M. Na Galeria EMI-Valentim de Carvalho (Palácio das Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais). Todos os dias (excepto às segundas), das 15 às 19.00.

Clarabóias do Porto, de Fernando Aruso, na Casa do Infante (à Ribeira), todos os dias das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17. PORTO.

Edith Ambuhl, desenhos: «Mãos de Mulheres». Museu Municipal. PENICHE

Arqueologia Naval. Exposição itinerante organizada pela Ass. dos Municípios de Setúbal, a percorrer todos os concelhos do distrito. SETÚBAL

Arquitectura e Escultura Góticas. Até 3/11. Mosteiro de St.ª Maria da Vitória. BATALHA

Colectiva de pintura. De 3.ª a Dom./15 às 19, em A Galeria — R. Nova de Alfaroelra. CASCAIS

Fernando Sobral, escultura, na Galeria Astolfi, Birre Centro, diariamente, excepto às 3.ª, das 16.30 às 21. CASCAIS.

Colectiva de artes plásticas a favor dos artistas moçambicanos na casa TAIT, Rua de Entre Quintas, 219. De terça a quinta das 10 às 12.30 e das 14.30 às 17. Sexta e sábado da 10 às 12.30 e das 14.30 às 18. Encerra aos domingos e segundas. CASCAIS.

Homenagem a Gil do Monte (Felício José Pássaro) — exposição bibliográfica no Museu. ÉVORA

Colectiva de pintura (Carlos Calvet, Cruzeiro Seixas, Gulma, Jorge Martins, Nadir Afonso e outros). De 3.ª a domingo, das 15 às 19.30. Galeria Gilde, S. Torcato. GUIMARÃES

Atrium da Imprensa, Artur Bual, Francisco Relógio, Gil Teixeira Lopes, Ilda Reis, Isabel Lajinhas, João Aires, Joaquim Baltazar, Matilde Marçal, Paiva Raposo e Pedro Saraiva (desenho), João Duarte (escultura), no Atrium da Imprensa, Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20 de segunda a sexta, das 10 às 20. Até 28 de Outubro.

Cohen Fusé, «Realidade, Transmutação e Magia» (pintura), na Galeria Tempo, R. Nova de S. Mamede, 17-A de segunda a sábado das 15 às 20. Até 17 de Outubro.

Pintura Portuguesa, colectiva, na Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16 de terça a domingo, das 10 às 20.

Traje Romântico (comemoração do 1.º centenário da morte de D. Fernando II), no Museu Nacional do Traje, ao Lumiar.

Exposição do Cartaz do Festival Internacional de Cinema de Tróia, na Cooperativa Árvore.

V Salão de Artesanato, promovida pela Câmara Municipal, no Pavilhão do Parque das Feiras em Vila Franca de Xira.

Uma Academia de Amsterdão, colectiva de estudantes da Academia Gerrit Rieveld com pintura, desenho, artes gráficas e trabalhos em vídeo. Alvalade (Palácio dos Coruchéus), das 10 às 13 e das 15 às 19.

Christine Hélène (pintura), na sala Camões da Sociedade de Língua Portuguesa. Diariamente das 13 às 19, excepto sábados e domingos.

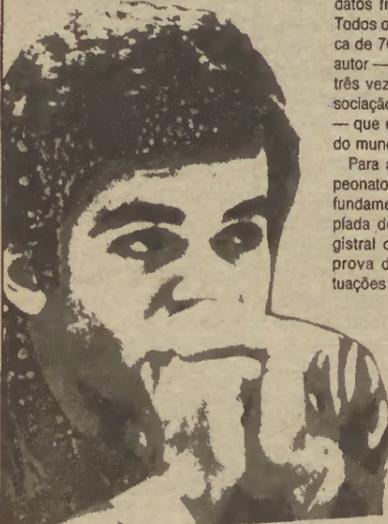
Fernando Vidal (pintura) na Galeria de Arte Moderna da Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro. Até 15 de Outubro.

Teatro O Cartaz

LISBOA
ABC, Parque Mayer. As 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. Fininho mas Jeitosinho, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.
 Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24. De 3.ª a s á b / 2 1 . 4 5 ; dom./18.00. Savannah Bay, de Marguerite Duras, enc. Filipe La Ferla.
 Comuna, Pr. de Espanha. Café Concerto: «Cozido à Portuguesa», com texto e coreografia de Fernando Gomes, às quintas, sextas e sábados às 22 horas.
 Maria Matos, grupo «A Barraca». «Um Homem é um Homem», de 4.ª a 6.ª, 21.45, sáb. 16.00, 21.45; dom. 16.00 h.
 Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, Embalagem Perdida, enc. de Ricardo Marques, com Cucha Carvalheiro e Lucinda Loureiro, às 21.30.

Aí está.
 Kasparov, aos 22 anos,
 a caminho do título mundial

COLEÇÃO DESPORTO E TEMPOS LIVRES
 DIRIGIDA POR JORGE MIGUEZ ARAUJO



LUÍS SANTOS

KASPAROV
 Percurso do Jovem Campeão

editorial CAMINHO na estrada do futuro

Este livro inclui todas as partidas de Kasparov desde Setembro de 1982, quando iniciou o seu brilhante percurso no Campeonato do Mundo no Interzonal de Moscovo. São analisadas em pormenor todas as partidas dos matches de candidatos frente a Beliavsky, Korchnoi e Smyslov. Todos os jogos (todos desde o Interzonal — cerca de 70) são detalhadamente comentados pelo autor — o mestre da FIDE (e ICCF) Luís Santos, três vezes campeão nacional e membro da Associação Internacional dos Jornalistas de Xadrez — que elegeu Kasparov como o melhor jogador do mundo nos últimos dois anos.
 Para além das competições oficiais do Campeonato do Mundo, são também analisadas profundamente as actuações de Kasparov na Olimpíada de Lucerna, Espartaquiada, Torneio Magistral de Niksic e, inclusive, uma importante prova de partidas rápidas, sempre com actuações memoráveis do jovem campeão.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.00.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. Terça a Sáb/22.00; Sáb e Dom/17.00. A Noite e o Momento, de Crébillon Fils, enc. Carlos Fernando — Grupo Teatro Hoje.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a S á b . / 2 1 . 3 0 , Dom./16.00. Jardim de Outono, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

CASCAIS
Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a S á b / 2 1 . 4 5 , Dom/17.00. Duas Anedotas Provincianas, de Alexander Valentinovitch, enc. Artur Ramos.

...e ainda Música, debates, etc.

Som da Malta

Nos Claustros do Governo Civil de Vila Real, sexta-feira, actuação de Carlos Alberto Moniz, Midus e a banda «A Jovem Guarda». Participação de um grupo de músicos da Orquestra Ligeira da RDP, dirigida por Pedro Osório, com a colaboração de João Nuno Represas e apresentação de Armando Carvalheda.



peças de João Lourenço Rebelo; domingo, concerto com o Coro de Câmara da Fundação Calouste Gulbenkian e o conjunto instrumental dirigido pelo maestro Jorge Matta. Obras de Carlos Seixas, dia 15, concerto com Jordi Savall, Christophe Coin, Roberto Gini, Paolo Pandolfo, Bruce Dickey, Paolo Grazi, Charles Toet e Claude Wassmer executam obras de Bach.

Juventude Musical Portuguesa

A Juventude Musical Portuguesa abriu inscrições para a frequência nos cursos de viola, piano, flauta de bisel e transversal, violino, iniciação musical para crianças e adultos, canto e introdução ao jazz. Matrículas e informações, Rua Rosa Araújo, 6-3.º, das 15 às 20 horas.



Teatro para a miudagem

Na Comuna (à Praça de Espanha), sábados e domingos às 15 horas, «Os Cágados», uma produção do grupo de teatro «O Bando», inspirada numa história de Almada Negreiros com encenação de João Brites. No TIL (Rua Leão de Oliveira, 1, sábados e domingos, às 16 horas, o «Canteiro Valdoso», com encenação de Rui Matos.

Seixal com Festival Infantil

No pavilhão da Siderurgia Nacional, dia 10 de Novembro, realiza-se o 4.º Festival de Canção Infantil do Seixal, numa iniciativa do Clube Recreativo e Desportivo Brasileiro — Rouxinol — com o apoio da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Os interessados devem fazer as inscrições nas Juntas, na Câmara do Seixal ou no clube organizador.

Música

Em Óbidos, na Igreja de Sta. Maria, III Festival de Música Antiga: hoje, recital de violoncelo barroco com Christophe Coin que executa três peças de Bach; amanhã, Jordi Savall em viola de gamba e Ton Koopman em cravo interpretam obras de Bach; sábado, Huelgas Ensemble Helgas Schola sob a direcção do maestro Paul Van Nevel interpreta

Tecelagem

A Portiar — Oficina de Equipamento Têxtil Manual — vai realizar, durante as tardes de sábado de Outu-

Tempo Fim de Semana



O Verão pelo menos vai continuar durante mais alguns dias. Sem alterações significativas, excepto no que se refere à pequena subida de temperatura, céu pouco nublado e vento fraco.

Marinha Grande

Promovido pelo grupo «Amigos de "o diário"», realiza-se de 11 a 25 de Outubro, na Biblioteca Municipal uma exposição-venda de livros a preços de feira. Esta exposição está aberta, nos dias úteis, das 15 às 21 h. e aos sábados das 15 às 18 h. Estão previstas três palestras, a primeira amanhã, dia 11, pelas 21 h., com Miguel Urbano Rodrigues e as restantes nos dias 18, com Joaquim Campino e 25, com os jornalistas José Goulão, Cipriano Ricardo e Baptista Bastos.

Utilidades & variedades

A luta do homem contra os gelos perpétuos

A zona dos gelos perpétuos forma um cinturão com 10 milhões de quilómetros quadrados à volta do globo que atravessa o Canadá, o Alasca, a Mongólia e a URSS. A camada de solo gelado pode ir de escassas dezenas de metros até um quilómetro e meio, nos territórios para lá do Círculo Polar. Ao contrário do que se pode supor, nestas regiões podem observar-se temperaturas elevadas. Em Yakutia, uma vasta região siberiana que constitui uma república autónoma, o termómetro nunca pára nos zero graus. O frio é intenso durante 10 meses seguidos, chegando aos 70 graus negativos. No período quente a temperatura sobe de um momento para o outro até 40 graus positivos. As diferenças térmicas atingem, em média, 102 graus.

Se o frio é, nesta região, o inimigo poderoso e desapiedado contra o qual os homens travam um combate sem tréguas, são, no entanto, as temperaturas elevadas que podem vir a destruir

mens nestas regiões inóspitas, a fim de que este leve o desenvolvimento científico e técnico a uma das zonas mais ricas do globo.

Quando a temperatura atinge

gelo nos períodos quentes mas também devido ao calor libertado pelos edifícios, os alicerces vão até uma profundidade de 12 a 15 metros e todas as construções estão assentes sobre estacas de dois metros que permitem a circulação de ar frio.

Tudo em Yakutia é regulado pelo «Instituto para o Estudo da Congelação Perpétua». Num edifício com paredes de um metro de espessura e janelas largas de vidros triplos, trabalham 30 departamentos equipados com computadores, os principais protagonistas da luta titânica contra o frio. O fornecimento do calor, medida das temperaturas, cálculo da solidez dos diversos tipos de gelo, estão a cargo de um hidrogeólogo.

Um «deserto» sensível

Foi um tal Fiodor Sherguin, um mercador russo, que ao cavar um poço de 100 metros deu conta que a terra estava congelada. A descoberta de Sherguin foi acolhida com cepticismo pela Academia de Ciências de S. Petersburgo e até há pouco foi considerada quase como uma mera curiosidade científica.

A partir dos anos 20, o território começou a interessar os geólogos. A exploração mostrou, afinal, a imensa generosidade do deserto glacial cujos depósitos de minerais e hidrocarbonetos parecem inesgotáveis.

As reservas de gás, petróleo, cobre, ouro, diamantes, estanho, tungsténio, mica e carvão, é possível que um dia só existam no Norte.

A exploração do solo em Yakutia obrigou ao desenvolvimento de centros urbanos. Estradas, casas, aeroportos, aquedutos, cortaram a paisagem siberiana. Mas tudo tem que ser feito de «modo especial». As primeiras casas e estradas que se construíram com os materiais mais modernos de que havia conhecimento na altura, para acompanhar os contingentes de exploradores, ficaram ao fim de algum

tempo praticamente inutilizados.

Com a fusão da camada superficial do solo gelado, as paredes dos edifícios cederam e o asfalto das estradas estalou. Além dos problemas levantados pela grande amplitude térmica, um outro apareceu ainda mais complicado: a extrema sensibilidade do meio ambiente. Os solos congelados estão cobertos por uma delicada vegetação produtora de oxigénio, que é destruída com uma única passagem

frequentes simpósios e encontros especialmente entre a URSS, os EUA e o Canadá. Em 1973 realizou-se em Yakutia a II Conferência Para os Problemas da Congelação Perpétua onde participaram mais de 150 especialistas de 14 países.

O futuro industrial do Norte Siberiano, incluindo a segurança da linha férrea Baikal-Amur, está a cargo do Instituto Para o Estudo da Congelação Perpétua de Yakutia e das suas estações

O local mais puro do planeta

O continente da Antártida é o lugar ideal do planeta para avaliar as alterações que o homem produz na Natureza, por se situar muito longe dos centros industriais. Justamente por isso, estão aqui instaladas várias estações e centros científicos, onde é estudado o conteúdo de dezenas de elementos químicos na neve e nas amostras de gelo. Por enquanto, segundo dizem os cientistas, a influência da indústria mundial na Antártida é insignificante.

Os especialistas pensam que, para avaliar o estado da biosfera, é muito importante ter um ponto de partida para saber o nível originário da contaminação do meio ambiente. Actualmente, por decisão das Nações Unidas está a ser criada uma rede de estações de observação.

Calcula-se que, para o nosso planeta, bastarão entre 30 a 40 estações terrestres e umas 10 marítimas. O lugar da sua instalação tem que obedecer a uma série de requisitos: nos seus arredores não devem passar auto-estradas nem rotas aéreas e, num raio de 100 quilómetros, no mínimo, a agricultura não deve sofrer alterações ao longo de 50-100 anos.

O número de trabalhadores destas estações é também limitado, e nas suas casas apenas se permite o uso de electricidade. As reservas biosféricas são as que melhor cumprem estes requisitos, para além da Antártida, naturalmente.

de um veículo pesado, levando cerca de dez anos a reconstituí-lo. A luta contra o frio implica o cuidado de não o eliminar e a conservação do meio ambiente, cuja destruição poderia levar a catástrofes de repercussões mundiais.

A conservação e defesa dos territórios gelados é objecto de

científicas: uma em Mirni, outra no porto de Igarka.

Um dos principais problemas que se põem aos cientistas é a procura de novos materiais que se adaptem às latitudes geladas. Para substituir a borracha encontrou-se o poliestireno e o isopendrivil; o primeiro para as temperaturas de -40°C; o segundo para as que descem para além dos 60 graus negativos. Conseguiram-se êxitos assinaláveis em esferas específicas como a trituração de rochas congeladas sob efeitos mecânicos e térmicos e na soldadura a temperaturas de 50 graus negativos.

Neste momento está a dar-se especial atenção à exploração dos hidratos de gases, descobertos no território de Krasnoïarsk. Esta matéria, que a olhos menos experientes parece gelo comum, dá, por cada metro cúbico, 200 metros cúbicos de gás.

A necessidade de encontrar novos processos para a resolução dos problemas que se levantam nos «desertos glaciais» deu origem não só à descoberta de novos materiais como à de novas técnicas e processos de trabalho nos mais diversos ramos da economia. «Não passa um só dia — afirmou o director do Instituto Para o Estudo da Congelação Perpétua — que a ciência não conquiste terreno ao frio e o ponha ao serviço do Homem».



aquilo que se julgava solidamente implantado durante o frio rigoroso.

Para poder suportar o frio e as súbitas elevações da temperatura todos os materiais e processos de construção têm que ser «especiais», cabendo assim à ciência a tarefa de encontrar as respostas para os sucessivos problemas levantados pela Natureza e garantir a vida dos ho-

os 60 graus negativos algumas espécies de aço e de outros metais perdem a solidez e a dureza; a borracha, por exemplo, torna-se tão frágil como o cristal.

Quando chega o Verão, a camada superficial dos solos gelados funde-se até um nível de dois metros. O problema que se põe a este nível é evitar o contacto dos edifícios com o solo. Não só por causa da fusão do



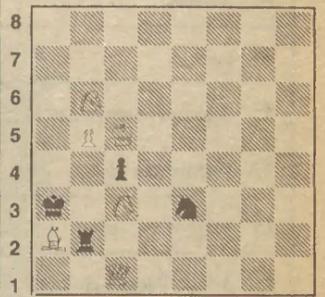
Xadrez

XXI — 10 de Outubro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 21

Por A. Simay-Molnar
«Magyar Sakkvilág», 1927

Pr. (4): Pç4-Ce3-Tb2-Ra3



Br. (6): Pb5-Cs.b6.g3-Ba2-Rç5

MATE EM DOIS LANÇES

JOGO N.º 21

Interzonais de Tunes, 1985

Br. Gavrikov
Pr. Yussupov

1. d4, Cf6; 2. Cf3, d5; 3. ç4, e6; 4. Cç3, Be7; 5. Bg5, 0-0; 6. e3, h6; 7. Bh4, b6; 8. Bd3, Bb7; 9. 0-0, Cbd7; 10. De2, ç5; 11. Bg3, Ce4; 12. Tfd1, çxd4; 13. exd4, Cçg3; 14. hxg3, Cf6; 15. Ce5, Tç8; 16. Taç1, dxç4; 17. Bxç4, Cd5; 18. Bb3, Cçç3; 19. bçç3, Tç7; 20. Dd3, Bf6; 21. Cg4, h5; 22. Ce3, Td7; 23. g4, hxg4; 24. Cxg4, g6; 25. Te1, Rg7; 26. Tçd1, Th8; 27. Dg3, Th5; 28. Df4, Be7; 29. Dç1, Bd6; 30. Ce5 (Se g3?, Th1! +), Dh4; 31. F3, Dg3; 32. Te3, Td8 e as Br. abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 21

Chave: 1. Da1! Bloqueio!

1. ... Txb5+ 2. Cxb5 mate
1. ... Tb4; 2. Bxç4 mate
1. ... Tb3; 2. Bb1 mate
1. ... Tb1; 2. Cxb1 mate
1. ... Tç2 ou d2...; 2. Cb1 mate
1. ... Txa2; 2. Dxa2 mate
1. ... C ad lib.; 2. Cxç4 mate

Bloqueio? O que é? Um problema tipo bloqueio é aquele em que a chave não apresenta nenhuma ameaça! Explora o facto de as Pretas serem obrigadas a jogar!!! Diz-se, também, Zugzwang!

■ A. de M. M.

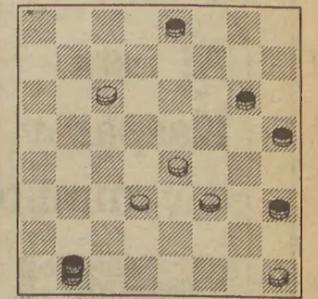
Damas

XXI — 10 de Outubro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 21

Por Dr. Mário Tavares de Pinho
«Lar do Médico» n.º 6, 15.XII.43

Pr. (4)-9-17-21-30



Br. 1-10-11-14-23

Jogam as brancas e ganham

... 0 ...

Jogo n.º 21

Rio Tinto, 9.VI.1984
Campeonato Nacional Individual
Br. Medalha — Pr. Bravo

1. 10-14, 21-18; 2. 14-21, 25-18; 3. 5-10, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 10-14, 23-19; 7. 14-23, 27-20; 8. 1-5, 32-28; 9. 5-10, 28-23; 10. 10-14, 31-27; 11. 14-21, 26-17; 12. 6-10, 23-19; 13. 7-12, 20-16; 14. 9-13, 16-7; 15. 3-12, 29-25; 16. 13-18, 22-6; 17. 15-31, 6-3; 18. 12-16, 3-10; 19. 11-15. EMP.

... 0 ...

Golpe n.º 21

Por S.W. Carter, 1892

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 2-5, 28-23; 4. 10-13, 27-22; 5. 6-10, 22-19; 6. 13-22, 20-16; 7. 11-15, 32-28? e as Br. ganham de golpe! (Br. 1-3-4-5-7-8-9-10-12-14-15-22. Pr. 16-19-21-23-24-25-26-28-29-30-31 J. Br.)

... 0 ...

SOLUÇÕES (10.X.85)

N.º 21 (Dr. M.T. de Pinho): 11-15, 4-18; 1-5, 9-2; 10-13!, 2-27; 13-31+
Golpe n.º 21: 8. 15-20, 24-15; 9. 10-13, 19-10; 10. 12-19, 23-14; 11. 13-18, 26-19; 12. 7-11, 14-7; 13. 5-32... G. Br.

■ A. de M. M.